

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JADSON DE ARRUDA ALMEIDA

MONITORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES): UMA ANÁLISE DO IFPE *CAMPUS* BELO JARDIM

RECIFE
2018

JADSON DE ARRUDA ALMEIDA

MONITORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES): UMA ANÁLISE DO IFPE *CAMPUS* BELO JARDIM

Dissertação apresentada à banca examinadora do Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Gestão de Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Saulo Santos de Souza.

RECIFE
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

A447m Almeida, Jadson de Arruda.
Monitoramento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) : uma análise do IFPE *Campus* Belo Jardim / Jadson de Arruda Almeida. – 2018.
108 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Saulo Santos de Souza.
Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2018.
Inclui referências e apêndices.

1. Política pública. 2. Estudantes – Programas de assistência. 3. Estudantes – Avaliação. 4. Ensino técnico. 5. Monitoramento. I. Souza, Saulo Santos de (Orientador). II. Título.

320.6 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-203)

JADSON DE ARRUDA ALMEIDA

MONITORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
(PNAES): UMA ANÁLISE DO IFPE *CAMPUS* BELO JARDIM

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas (MPPP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Profissional em Políticas Públicas.

Aprovada em: 29/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Saulo Santos de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof^a. Dr^a. Silvana Medeiros Costa (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dedico esta obra a Deus, que sempre me guia, conduz os meus passos e minhas atitudes, e me concede perseverança e força a todo o momento, para enfrentar com coragem os diversos desafios que a vida nos proporciona.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me concedido a oportunidade de estudar em uma universidade pública renomada, bem como por ter conduzido as minhas ações e atitudes durante os dois anos de curso.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a alcançar os meus objetivos acadêmicos.

Aos meus irmãos, que torceram por mim durante a elaboração desta pesquisa.

A minha esposa Thaís, que além de ter me incentivado nas situações que mais precisei, compreendeu de forma ímpar os momentos que estive ausente para dedicar-me à elaboração do trabalho. Obrigado amor!

Ao meu filho Pietro, felicidade de todos os meus dias e razão dos meus melhores objetivos.

Ao meu orientador, Prof. Saulo Souza, pela disponibilidade dispensada durante a construção do trabalho, pelo acompanhamento contínuo, sabedoria, experiência e amizade, e por sempre ser otimista em relação à elaboração da pesquisa.

A todos os docentes do MPPP/UFPE, por todos os conhecimentos ministrados e compartilhados ao longo do curso.

A todos que compõem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - *Campus* Belo Jardim, de forma especial ao Diretor-Geral Professor Francisco das Chagas e ao Técnico-administrativo Denivaldo Medeiros, o qual me substituiu efetivamente durante as sextas-feiras que estive ausente para o curso.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão e suporte nos momentos de ausência.

Aos meus colegas de curso, que conviveram comigo durante os dois anos, seguiram comigo este percurso da minha vida e contribuíram para a minha formação acadêmica, política e moral.

As minhas amigas Ana Karine e Elivânia Costa, companheiras de viagem e de jornada, as quais sempre dividi minhas alegrias e angústias durante todo o curso.

Aos meus amigos Renato Hayashi e Phillip César, amigos fiéis que sempre estavam prontos para auxiliar-me na realização das atividades durante o curso.

A todos que contribuíram diretamente e indiretamente para a elaboração desta dissertação.

Muito obrigado!

“É preciso servir aos frágeis ao invés de se servir deles” (FRANCISCO I, Papa, 2014).

RESUMO

Quais ações são necessárias para que seja realizado um efetivo monitoramento de uma política pública? Este trabalho aborda o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), cujas ações visam garantir a permanência de estudantes de baixa renda matriculados na educação superior pública federal. O objetivo desse programa é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Este trabalho objetivou verificar a efetividade das ações de monitoramento da política de assistência estudantil realizadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim. Para responder a pergunta de pesquisa – as ações adotadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim asseguram o efetivo monitoramento da política de assistência estudantil? – e alcançar o objetivo: 1) foi elaborada uma revisão da literatura sobre o ciclo de políticas públicas, monitoramento de programas assistenciais e PNAES; e, 2) procedeu-se com uma investigação de base qualitativa, que envolveu coleta de dados indiretos por meio de pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A coleta de dados deu-se a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com atores institucionais que atuam diretamente no PNAES. Para nortear a descrição e análise dos dados resultantes das entrevistas semiestruturadas, foi utilizado o método de análise de conteúdo qualitativa. Os resultados mostraram que as ações adotadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim não asseguram o efetivo monitoramento da política de assistência estudantil.

Palavras-chave: Política Pública. Assistência Estudantil. PNAES. Ensino Técnico. Monitoramento.

ABSTRACT

What actions are necessary for an effective monitoring of a public policy? This work addresses the National Program of Student Assistance (PNAES), whose actions aim to guarantee the permanence of low-income students enrolled in federal public higher education. The objective of this program is to enable equal opportunities among all students and to contribute to the improvement of academic performance, based on measures that seek to combat situations of repetition and avoidance. This work aimed to verify the effectiveness of the monitoring actions of the Student Assistance Policy carried out by IFPE *Campus* Belo Jardim. To answer the research question - do the actions adopted by IFPE *Campus* Belo Jardim ensure the effective monitoring of the Student Assistance Policy? - and to achieve the objective: 1) a literature review was done on the public policy cycle, monitoring of assistance programs and PNAES; and 2) a qualitative research was carried out, involving indirect data collection through bibliographical, documentary and field research. The data collection was based on semi-structured interviews with institutional actors who work directly in the PNAES. To guide the description and analysis of the data resulting from the semi-structured interviews, the qualitative content analysis method was used. The results showed that the actions taken by the IFPE *Campus* Belo Jardim do not ensure the effective monitoring of the Student Assistance Policy.

Keywords: Public policy. Student Assistance. PNAES. Technical education. Monitoring.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ASPE	Assessoria Pedagógica
BIA	Bolsa de Incentivo Acadêmico
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CEFETs	Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CEOF	Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CGU	Controladoria-Geral da União
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COE	Coordenadoria de Orientação Educacional
CONSUP	Conselho Superior
DADT	Diretoria de Desenvolvimento e Tecnologia da Informação
DAE	Diretoria de Assistência ao Estudante
DEPEX	Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
EAFBJ	Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim
FIC	Formação Inicial e Continuada
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFs	Institutos Federais
IFE	Instituições Federais de Ensino
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPA	Plano Plurianual

PRODEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos
SAD	Sistemas de Apoio à Decisão
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIG	Sistemas de Informações Gerenciais
SPT	Sistemas de Processamento de Transação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	- Delimitação espacial da pesquisa.....	19
Figura 2	- Site da Reitoria do IFPE.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Volume de recursos destinados ao PNAES no IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim (2012 a 2018).....	18
Quadro 2	-	Cursos ofertados pelo <i>Campus</i>	21
Quadro 3	-	Indicadores requeridos nas etapas do Ciclo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas.....	33
Quadro 4	-	Áreas estratégicas do PNAES.....	35
Quadro 5	-	Identificação dos entrevistados.....	44
Quadro 6	-	Total de Beneficiários do PNAES em 2018.....	52
Quadro 7	-	Perfis dos entrevistados.....	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2	DELIMITAÇÃO ESPACIAL.....	18
1.2.1	O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco...	19
1.2.2	O IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim.....	20
1.3	HIPÓTESE.....	21
1.4	JUSTIFICATIVA.....	22
1.5	OBJETIVOS.....	22
1.5.1	Objetivo Geral.....	22
1.5.2	Objetivos Específicos.....	23
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	24
2.1	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
2.2	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E O MONITORAMENTO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS.....	27
2.2.1	Monitoramento de Programas Públicos.....	30
2.2.2	Indicadores e Políticas Públicas.....	31
2.2.3	O Papel do Gestor Público.....	33
2.3	O HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PNAES.....	34
2.4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPE.....	36
3	METODOLOGIA.....	38
3.1	DESENHO DO ESTUDO.....	38
3.2	FASES DA PESQUISA.....	39
3.2.1	1ª fase – Pesquisas Bibliográfica e Documental.....	39
3.2.2	2ª fase – Delimitação do Campo Empírico.....	40
3.2.3	3ª fase – Coleta de Dados.....	41
3.2.4	4ª fase – Análise dos Dados.....	41
3.3	SUJEITOS DA PESQUISA.....	42
3.4	INSTRUMENTOS DE PESQUISA.....	44
3.5	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA.....	45
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	46
4.1	ANÁLISE DOCUMENTAL.....	46

4.1.1	Regimento Geral do IFPE e Regimento Interno do <i>Campus</i>	46
4.1.2	O Decreto nº 7.234/2010 (PNAES)	47
4.1.3	A Política de Assistência Estudantil do IFPE	49
4.1.4	Regulamentação do Programa Bolsa Permanência	51
4.1.5	Editais de Seleção	51
4.1.5.1	<i>Quantitativo de Beneficiários</i>	52
4.1.6	Portarias e Normativos Internos	53
4.1.7	Controles Administrativos da Seleção de Alunos e dos Pagamentos Efetuados	53
4.1.7.1	<i>Seleção de beneficiários (Concessão dos benefícios)</i>	53
4.1.7.2	<i>Pagamento dos benefícios (Concessão dos benefícios)</i>	54
4.1.8	Monitoramento e Avaliação quanto aos Resultados do PNAES	55
4.1.8.1	<i>O IFPE Campus Belo Jardim não realiza junto aos estudantes beneficiários, o monitoramento e avaliação dos resultados dos programas de assistência estudantil</i>	55
4.1.8.2	<i>O IFPE Campus Belo Jardim não realiza o monitoramento e a avaliação dos programas com base em indicadores</i>	56
4.1.9	CrITÉrios de Contrapartida para a Manutenção do Benefício	57
4.1.10	Sistemas Informatizados do PNAES	58
4.1.11	Consulta aos Sites da Instituição	59
4.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	61
4.2.1	Perfis dos Entrevistados	62
4.2.2	Monitoramento do PNAES, Análises e Discussões	62
4.2.2.1	<i>Categoria I: importância das estratégias e dos mecanismos de monitoramento da Política de Assistência Estudantil</i>	63
4.2.2.2	<i>Categoria II: entendimento sobre o monitoramento dos programas de assistência estudantil</i>	75
4.2.2.3	<i>Categoria III: ações realizadas no processo de acompanhamento e seus limites</i>	82
4.2.2.4	<i>Categoria IV: aperfeiçoamento das ações de monitoramento da Política de Assistência Estudantil</i>	89
5	CONCLUSÕES	95
5.1	CONCLUSÕES	95

5.1.1	Identificar as Estratégias e os Mecanismos de Monitoramento da Política de Assistência Estudantil, Previstos e Utilizados pelo IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim.....	95
5.1.2	Verificar a Percepção dos Gestores Acerca da Realização de Ações de Monitoramento dos Programas de Assistência Estudantil.....	96
5.1.3	Identificar Eventuais Fragilidades no Processo de Acompanhamento do Desempenho dos Programas de Assistência Estudantil e suas Respectivas Causas.....	97
5.1.4	Propor Sugestões para o IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim Quanto à Adoção de Mecanismos de Monitoramento da Política de Assistência Estudantil do IFPE.....	98
5.1.5	Problema e Hipótese de Pesquisa.....	99
5.2	RECOMENDAÇÕES.....	100
	REFERÊNCIAS.....	101
	APÊNDICE A – QUESTÕES APLICADAS NAS ENTREVISTAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo aborda: problema de pesquisa, delimitação espacial, hipótese, justificativa e, por fim, os objetivos da pesquisa.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em 2008, através da Lei nº 11.892, e surgiram na última reforma realizada na educação profissional e tecnológica durante os anos 2000, que transformou as Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) em novas instituições equiparadas às universidades e com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades, articulando ensino, pesquisa e extensão. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão inseridos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os quais são autarquias especiais de base educacional humanístico-técnico-científico, na qual se articulam a educação superior, básica e profissional, no formato multicurricular e multicampus, dotadas de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar (MEC, 2010).

Em 2010, os Institutos Federais (IFs) foram contemplados no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado pelo governo federal através do Decreto nº 7.234/2010 para ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Diversas ações de assistência estudantil foram estabelecidas pelo PNAES nas seguintes áreas: moradia, transporte, alimentação, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Cada instituição possui a responsabilidade para estabelecer os critérios e a metodologia para seleção dos estudantes a serem beneficiados, entretanto, devem ser atendidos prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio (BRASIL, 2010).

Já em 2011, os IFs receberam uma ampliação significativa de recursos orçamentários e financeiros na rubrica de assistência estudantil, incentivando assim o processo de elaboração e aprovação de uma política pública de assistência estudantil nos mesmos. Por sua vez, a partir da publicação da Lei nº 12.711/2012, surgiu a necessidade de consolidação da política de assistência estudantil, uma vez que o ingresso de estudantes nessas instituições passou a ser realizado nos processos seletivos através da utilização de regimes de cotas para discentes

oriundos de escolas públicas. Tal mudança trouxe importantes desafios tanto às universidades quanto aos IFs no sentido de minimizar os efeitos das possíveis desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão de cursos nos mais diversos níveis e modalidades por parte dos estudantes.

Diante dessa situação, diversos IFs, os quais são exemplos de instituição pública que têm a função de contribuir com o desenvolvimento educacional e socioeconômico do conjunto de regiões dispostas no território brasileiro, elaboraram e aprovaram políticas de assistência estudantil com base no PNAES.

A presente pesquisa foi realizada no *Campus* Belo Jardim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), que é uma instituição de ensino dedicada à formação profissional técnica e de nível superior, possuidora de um potencial promissor no âmbito da pesquisa científica e aplicada, que possui 1.291 estudantes regularmente matriculados.

A política de assistência estudantil nessa instituição foi aprovada e implementada em 2012 e apresenta-se como um instrumento que visa contribuir com o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem a permanência do estudante na instituição (IFPE, 2012a).

Entretanto, os indícios de que poucos membros da comunidade acadêmica do *campus* a conhecem em profundidade, de que ela é gerenciada a partir de uma premissa equivocada, através da qual a assistência estudantil não seria um direito do estudante, mas sim um favor que a instituição oferece a ele; e de que não são realizadas efetivamente ações de monitoramento dos programas no tocante à permanência e ao êxito dos estudantes assistidos, inspiraram a presente pesquisa.

As etapas de planejamento, implementação, monitoramento e avaliação se destacam enquanto etapas necessárias à execução de políticas públicas. Em relação ao PNAES, observa-se uma maior preocupação com o planejamento e a implementação, porém, em relação ao monitoramento e à avaliação, há sinais de escassez de informações.

Diante desse cenário, há uma questão central que precede a pergunta que guiou a presente pesquisa: quais ações são necessárias para que seja realizado um efetivo monitoramento de uma política pública?

O MEC preconiza que o acompanhamento e a avaliação do PNAES devem ser realizados de modo a garantir que as ações de assistência estudantil considerem a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho

acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

O IFPE *Campus* Belo Jardim, por exemplo, no período de 2012 a 2018 recebeu recursos destinados ao PNAES na ordem de R\$ 8.656.458,17, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 1: Volume de recursos destinados ao PNAES no IFPE *Campus* Belo Jardim (2012 a 2018)

Ano	Recursos Descentralizados para o PNAES
2012	R\$ 469.641,61
2013	R\$ 1.894.679,50
2014	R\$ 1.867.729,00
2015	R\$ 1.472.400,00
2016	R\$ 1.408.712,00
2017	R\$ 1.543.296,06
2018	R\$ 1.418.883,72
Total	R\$ 8.656.458,17

Fonte: O autor.

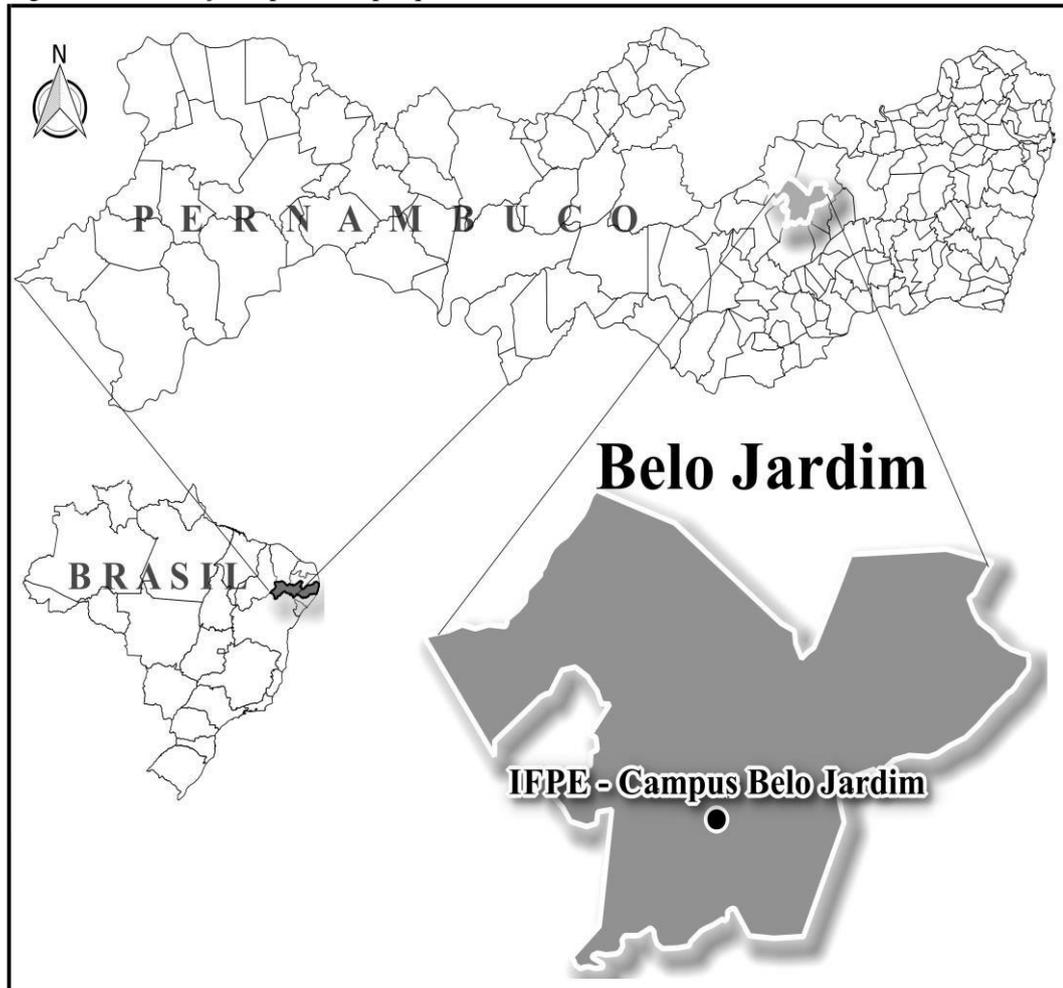
Diante do volume de recursos públicos destinados pelo PNAES ao IFPE *Campus* Belo Jardim e considerando que, de acordo com o que estabelece o programa, as instituições federais de ensino devem fixar seus mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, a realização de ações dessa natureza deve ser priorizada pelos gestores públicos, de modo a possibilitar que através dos resultados obtidos, possam ser realizadas melhorias na gestão e no processo de *accountability* da política pública.

Desse modo, considerando a problemática apresentada, pretende-se responder a seguinte pergunta: as ações adotadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim asseguram o efetivo monitoramento da política de Assistência Estudantil? Diante da importância e da urgência da melhoria do gasto público, sobretudo com programas sociais e educacionais no intuito de fazer mais utilizando o mesmo volume de recursos, pesquisar sobre o monitoramento de políticas públicas é essencial para a busca da qualidade do gasto no setor público.

1.2 DELIMITAÇÃO ESPACIAL

A instituição que serviu de referência para a realização do estudo foi o IFPE *Campus* Belo Jardim, que se encontra localizado no município de Belo Jardim, região agreste do estado de Pernambuco, Brasil, como podemos observar na figura a seguir:

Figura 1: Delimitação espacial da pesquisa



Fonte: O autor

1.2.1 O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco

O governo federal, através do Ministério da Educação (MEC), criou um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que são espaços fundamentais na construção dos caminhos visando o desenvolvimento local e regional, por meio de uma formação contextualizada e baseada em princípios, valores e conhecimentos que agregam a preparação para o trabalho à formação acadêmica (PACHECO, 2010).

A proposta dos IFs consiste em um modo de organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, estruturada em multicampi e com clara definição de sua área de abrangência. Estas instituições foram concebidas com o compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, de modo que os problemas sejam identificados e que soluções técnicas e tecnológicas sejam criadas, tendo em vista o desenvolvimento local e regional sustentáveis.

Neste sentido, o IFPE é uma autarquia federal criada por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Ele integra, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao MEC. O IFPE resultou da integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco e das Escolas Agrotécnicas Federais de Barreiros, Belo Jardim e Vitória de Santo Antão.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPE 2014-2018, a missão do órgão é promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e o desenvolvimento sustentável (IFPE, 2015).

O IFPE atua nas seguintes áreas: educação profissional técnica de nível médio, com cursos integrados regulares, Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e subsequentes; cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de trabalhadores; cursos superiores de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado; cursos de pós-graduação lato sensu, de aperfeiçoamento e especialização; e, cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado.

A comunidade acadêmica do IFPE é composta por 1.252 docentes, 1.014 servidores administrativos e 27.870 discentes, distribuídos em dezesseis unidades de ensino localizadas estrategicamente nas regiões de desenvolvimento do estado: Abreu e Lima, Afogados da Ingazeira, Barreiros, Belo Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Palmares, Pesqueira, Recife e Vitória de Santo Antão (IFPE, 2018).

1.2.2 O IFPE *Campus* Belo Jardim

A história do IFPE *Campus* Belo Jardim teve início com a celebração de um convênio entre o governo federal e o governo do estado de Pernambuco, em 27 de junho de 1958, quando foi autorizada a sua instalação. Através do Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964, recebeu a denominação de Ginásio Agrícola de Belo Jardim (IFPE, 2018).

Em maio de 1967, a dependência administrativa do Ginásio Agrícola passou do Ministério da Agricultura para o MEC e, em 1968, a escola recebeu a denominação de Colégio Agrícola de Belo Jardim. Em 1969, o seu funcionamento foi autorizado, sendo inaugurado em 5 de maio de 1970. A partir de então, os cursos e as primeiras turmas foram iniciados.

Em 1979, o Colégio passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim (EAFBJ). Em novembro de 1993, foi transformada em autarquia federal e passou a ter autonomia administrativa, financeira, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar, compatíveis com a sua personalidade jurídica e de acordo com os seus atos normativos.

A partir de 29 de dezembro de 2008, com a publicação da Lei nº 11.892 — que criou os IFs —, a EAFBJ foi elevada à condição de *campus* do IFPE e atualmente oferece cursos em diversos níveis e modalidades de ensino: cursos técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Informática para Internet e Enfermagem, além do Curso Superior de Licenciatura em Música, como podemos observar no quadro a seguir:

Quadro 2: Cursos ofertados pelo *campus*

Curso	Nível	Modalidade(s)
Agropecuária	Técnico	Integrado / Subsequente
Agroindústria	Técnico	Integrado / Subsequente / PROEJA
Informática para Internet	Técnico	Integrado / Subsequente
Enfermagem	Técnico	Subsequente
Música	Superior	Licenciatura

Fonte: O autor.

O IFPE *Campus* Belo Jardim possui uma área total aproximada de 718.178 m², da qual são utilizados 33.753 m² — sendo 19.569 m² de área construída. Ademais, dispõe de 684.605 m² de área verde.

Quanto à infraestrutura, a instituição conta com: bloco administrativo; blocos de salas de aula; alojamentos; biblioteca; refeitório; sala de jogos; academia; laboratórios de informática, enfermagem, música e agroindústria; garagem para os veículos oficiais; parque poliesportivo; área de convivência; e, unidades educativas de produção de origens vegetal — culturas anuais, olericultura e fruticultura — e animal — avicultura, bovinocultura, caprinocultura e suinocultura.

1.3 HIPÓTESE

A pesquisa está fundamentada na hipótese de que o monitoramento da política de assistência estudantil no IFPE *Campus* Belo Jardim não é realizado de maneira efetiva, em virtude da fragilidade dos controles administrativos dos programas vinculados à política.

1.4 JUSTIFICATIVA

Um aspecto que reforça a importância da pesquisa é o fato dos resultados servirem ao mesmo tempo como instrumento de melhoria da gestão e *accountability* da política, uma vez que o presente trabalho permitirá que os resultados de investimentos públicos sejam julgados com base em evidências empíricas. Além disso, a presente pesquisa é destinada ao aprimoramento dos resultados de ações de monitoramento da política de assistência estudantil do IFPE, fornecendo elementos para novas intervenções e aprimoramento do acompanhamento dos programas em curso, fortalecendo assim o processo de prestação de contas e responsabilização dos agentes estatais (*accountability*).

O estudo também mostra-se relevante à medida que apresenta como locus de pesquisa o IFPE *Campus* Belo Jardim, instituição que representa um papel importante para o desenvolvimento do município onde está localizado e demais circunvizinhos, pois oferece ensino, pesquisa e extensão para discentes de diferentes perfis socioeconômicos, bem como gera vários empregos diretos e indiretos para o agreste pernambucano.

A presente pesquisa justifica-se ainda pelas seguintes razões: 1) fornecimento de subsídios para a correção de desvios no decorrer do processo de implementação da política de assistência estudantil; 2) oferecimento de informações para o controle social da política pública; 3) dados empíricos disponibilizados à comunidade científica, em relação aos processos de monitoramento de políticas públicas em uma Instituição Federal de Ensino (IFE); e 4) contribuições para a identificação das ações que devem ser realizadas visando o efetivo monitoramento de uma política pública.

1.5 OBJETIVOS

1.5.1 Objetivo Geral

Considerando a pergunta de pesquisa, o objetivo geral da presente pesquisa é:

- Verificar a efetividade das ações de monitoramento da política de assistência estudantil realizadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim.

1.5.2 Objetivos Específicos

A partir do objetivo geral, os objetivos específicos são:

- Identificar as estratégias e os mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil, previstos e utilizados pelo IFPE *Campus* Belo Jardim;
- Verificar a percepção dos gestores acerca da realização de ações de monitoramento dos programas de assistência estudantil;
- Identificar eventuais fragilidades no processo de acompanhamento do desempenho dos programas de assistência estudantil e suas respectivas causas;
- Propor sugestões para o IFPE *Campus* Belo Jardim quanto à adoção de mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil do IFPE.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura apresenta definições e conceitos básicos sobre: políticas públicas e seu ciclo; avaliação e monitoramento; sistemas de informação; e, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

2.1 AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As constituições brasileiras sempre contemplaram o direito à educação para os indivíduos. Nos últimos anos ocorreu, e ainda vem acontecendo, um aumento significativo de novas Instituições Federais de Ensino que ofertam diversos cursos nas mais diferentes modalidades existentes. Com a ampliação da oferta de vagas e o acesso ao ensino básico, técnico, tecnológico e superior por parte da população advinda de famílias de baixa condição socioeconômica, surgiu a necessidade de ampliar as condições de permanência e êxito destes estudantes, tanto nas universidades quanto nos IFs, através da ação do Estado no tocante à formulação e implementação de políticas públicas.

De acordo com Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos que agem diretamente ou por meio de delegação, e que exercem influência na vida dos cidadãos. Por sua vez, Laswell (1936) apud Souza (2006) afirma que para se analisar uma política pública é necessário responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz, ou seja, estimula uma reflexão sobre o público-alvo, a demanda existente e os objetivos e resultados a serem alcançados. De acordo com Rua (2009), uma política pública é oriunda da atividade política e compreende o conjunto das decisões e ações referentes à alocação imperativa de valores envolvendo bens públicos.

Desse modo, a análise de políticas públicas requer um olhar multidisciplinar com a finalidade de compreender as causas e as consequências da atuação do governo. Segundo Souza (2006), para realizar a análise de políticas públicas é necessário levar em consideração o tipo de problema que a política visa solucionar, de que forma esse problema chega à esfera política e quais organizações irão definir, formular e implementar tal política. Além disso, para analisar os conteúdos das políticas públicas são utilizadas diferentes tipologias, modelos e ciclos processuais pertinentes à área.

Uma das formas mais populares de simplificar a análise de política pública foi compreendê-la como um conjunto de estágios inter-relacionados, por meio dos quais os temas políticos e as deliberações ocorrem de um modo razoavelmente sequencial, desde os problemas até às políticas (HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

A sequência resultante de estágios é comumente reconhecida como o ciclo político-administrativo, o qual ultrapassa os simples estágios de problemas e políticas e contempla também as atividades de monitoramento e de avaliação (WERNER e WEGRICH, 2007 apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013).

De acordo com Saravia (2007), o processo de formatação de uma política pública é constituído por sete fases: (1) agenda ou definição de prioridades; (2) elaboração, que diz respeito à identificação e à delimitação de um problema existente ou que pode vir a existir, à determinação de possíveis alternativas para sua solução e à avaliação dos custos e efeitos de cada uma delas; (3) formulação, que contempla a seleção e especificação da alternativa considerada mais conveniente, acompanhada de uma declaração que indica a decisão adotada, com objetivos e marco teórico; (4) implementação, que consiste no planejamento e na organização da estrutura administrativa, financeira e tecnológica para executá-la; (5) execução, que se refere ao conjunto de ações direcionado a alcançar os objetivos estabelecidos; (6) acompanhamento ou supervisão da execução; e (7) avaliação, que consiste na mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas.

A avaliação e o monitoramento de políticas públicas são etapas fundamentais para a análise contínua dos processos, programas, resultados e impactos das ações realizadas, bem como para aperfeiçoar a formulação das políticas, em busca de melhores decisões e de aprimoramentos gerenciais (RUA, 2009).

A avaliação é o estágio em que é realizado o processo de levantamento de informações e análise do programa adotado. É nessa etapa que se define de que forma determinada política pública está sendo executada na prática. Esta ação possibilita a análise dos impactos, a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade das ações desenvolvidas. Há cinco tipos diferentes de avaliação: avaliação de processo, avaliação de esforço, avaliação de desempenho, avaliação de eficiência e avaliação de eficácia (SUCHMAN, 1967; DAVIDSON, 2005 apud HOWLETT; RAMESH; PERL, 2013)

Segundo Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação compreende a análise dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos. Por sua vez, Garcia (2001) define avaliação como “operação na qual é julgado o valor de uma iniciativa organizacional, a partir de um quadro referencial ou padrão comparativo previamente definido”.

De acordo com Faria (2005), a avaliação possui três funções básicas: a informação, a realocação e a legitimação, sendo possível distinguir pelo menos quatro tipos de utilização dela: instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para o “esclarecimento”. Ainda segundo o autor, a avaliação exerce basicamente três funções: técnica - fornecendo subsídios

para correção de desvios no decorrer do processo de implementação de um programa; política - oferecendo informações para o controle social das políticas públicas; e acadêmica.

De acordo com Nogueira (2002, p. 149), uma tarefa que antecede à avaliação e sem a qual a mesma é inviável, é a necessidade de um sistema de monitoramento/acompanhamento, o qual deve contemplar a indicação com clareza acerca de quais serão os instrumentos utilizados para o registro das ações desenvolvidas, gerando assim um sistema de informações sobre as mesmas.

O monitoramento é uma coleta sistemática e uma análise da informação de como um projeto avança, de modo a melhorar a eficiência e a eficácia de um projeto ou programa (SHAPIRO, 2007). Nessa fase, é possível identificar as ações que não estão sendo realizadas corretamente, a forma de utilização dos recursos e é considerada uma ferramenta imprescindível para um efetivo gerenciamento, fornecendo subsídios para a realização da avaliação.

É a partir desta fase que são realizados os ajustes necessários ao alcance dos objetivos propostos pela política pública, uma vez que, de acordo com Arretche (2001), é preciso considerar que a implementação altera as políticas públicas.

Entende-se o monitoramento como um processo sistemático e contínuo para produzir informações sintéticas que permitam ou viabilizem a rápida avaliação situacional e a intervenção que confirma ou corrige as ações monitoradas (NOGUEIRA, 2002).

Matus (1996) nos explica que:

O monitoramento da gestão pública responde ao seguinte princípio elementar: não se pode conduzir com eficácia se o dirigente não conhece de maneira contínua e a mais objetiva possível os sinais vitais do processo que lidera e da situação na qual intervém. Um sistema de informações casuístico, parcial, assistemático, atrasado, inseguro, disperso e sobrecarregado de dados primários irrelevantes, é um aparato sensorial defeituoso que limita severamente a capacidade de uma organização para sintonizar-se com os processos concretos, identificar os problemas atuais e potenciais, avaliar os resultados da ação e corrigir oportunamente os desvios com respeito aos objetivos traçados (MATUS, 1996, p. 2).

O monitoramento, assim como a avaliação, de acordo Shapiro (2007), possibilitam revisar o desenvolvimento da política pública, verificar os problemas em planejamento e/ou implementação, bem como promover ajustes de modo a fortalecer o alcance dos resultados almejados.

Ao analisar o monitoramento, Texeira (1996) classifica vantagens e desvantagens para as empresas monitoradas:

“As vantagens de monitorar e inspecionar compreendem melhor oferta de produtos e serviços para o público e maior capacidade competitiva para as empresas. As desvantagens são, em um primeiro instante, a reação das empresas monitoradas e, com frequência, a burocracia e a corrupção” (TEXEIRA, 1996, p. 197).

Grau e Bozzi (2008) destacam que monitoramento e avaliação, apesar de serem muito próximos, devem ser tratados como ferramentas distintas, uma vez que o monitoramento utiliza indicadores de desempenho selecionados *ex-ante* para atribuir valor qualitativo ou quantitativo ao avanço da intervenção, enquanto a avaliação é precisa e tem por objetivo medir a confiabilidade do processo, os resultados e os impactos causados.

Por sua vez, Jannuzzi (2005) argumenta que existe uma articulação entre o monitoramento e a avaliação, cujo objetivo é prover o gestor público com informações acerca da forma de implementação dos programas (monitoramento) e dos resultados e efeitos desejados (avaliação).

De acordo com Vaitsman *et al* (2006), apenas através do fortalecimento de uma cultura de transparência e prestação de contas na administração pública e por meio da utilização dos resultados da avaliação e monitoramento para melhorar o desempenho das políticas públicas, será possível realizar a aplicação dos recursos públicos de maneira mais eficaz e eficiente.

2.2 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E O MONITORAMENTO DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS

A Tecnologia da Informação compreende todos os recursos tecnológicos para armazenagem, tratamento e recuperação de dados que são, então, transformados em informações úteis à sociedade. Assim, a Tecnologia da Informação torna-se um instrumento de fundamental importância na gestão de programas assistenciais, por ser um recurso organizacional estratégico que atua como suporte para o desenvolvimento dos mais variados sistemas de informação (ROLIM, 2009).

Assim, a informação e sua gestão são, por meio de ferramentas tecnológicas, consideradas como uma mediação lógica, indispensável e estratégica no contexto das políticas governamentais, assim como de outras organizações, visando a agilização de seus processos, o acompanhamento e o monitoramento de suas ações (MDS, 2005).

Em relação ao Sistema de Informação, Tapajós (2006) argumenta que:

O fator tecnologia da informação (por meio da administração da informação e da informática) é decisivo para qualquer organização agilizar seus fluxos, confluir conectividades e acompanhar suas ações. A composição da aplicação desses incrementos com o mandato de política pública de Assistência Social, desenvolvida na forma de Sistema Único, materializa uma circunstância ainda inédita na história de gestão da política pública no Brasil, no que se refere ao âmbito governamental, nas suas três esferas, como no âmbito da sociedade civil, englobando organizações não-governamentais, fóruns de discussão, conselhos e câmeras de pactuação que realizam com sua atuação, a política de Assistência Social (Tapajós, 2006, p.185).

De acordo com Almeida *et al* (2007), sistemas de informação são formados por um conjunto de componentes inter-relacionados, que tem por finalidade coletar dados e informações, manipulá-los e processá-los para em seguida dar saída para novos dados e informações. Já para Laurindo *et al* (2001), sistemas de informação tratam das questões relativas ao fluxo de trabalho, pessoas e informações envolvidas.

É importante ressaltar que, para Almeida *et al* (2007), é preciso compreender que os mesmos existem independentes dos computadores, como é o caso dos sistemas de informação manuais baseados em anotações e outros recursos elementares de escritórios. Os sistemas de informação baseados em computadores possuem os seguintes elementos principais: *hardware* (equipamentos computacionais), *software* (programas de computadores) e banco de dados (recurso utilizado para armazenar de forma ordenada um conjunto de dados e informações).

Ainda segundo Almeida *et al* (2007), os sistemas de informação computadorizados são classificados em: Sistemas de Processamento de Transação (SPT), Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) e Sistemas de Apoio à Decisão (SAD).

Sistemas de Processamento de Transação é uma categoria de sistemas utilizada atualmente na maioria das organizações, e monitora, coleta, armazena, processa e distribui os dados das variadas transações realizadas dentro da organização, servindo como base para os demais sistemas nela existentes. Já os Sistemas de Informações Gerenciais possuem sua base associada principalmente à saída de informações por meio de relatórios de natureza diversa. Por fim, Sistemas de Apoio à Decisão trata de situações problemas utilizando dados de diferentes fontes internas ou externas à instituição (PENHA, 2015).

Dessa forma, os sistemas de informação podem auxiliar no monitoramento e avaliação por meio do acompanhamento e desenvolvimento de ferramentas que permitam assegurar a qualidade e agilidade da informação, algo indispensável para a elaboração de indicadores de eficiência, por exemplo.

De acordo com Penha (2015), um exemplo do uso de sistemas de informação para monitoramento e avaliação, por meio da emissão de relatórios de informações sociais que

constituem um banco de dados que contempla diversos programas e ações, é encontrado na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), órgão público responsável pelas atividades de avaliação e monitoramento das políticas e programas de desenvolvimento social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Segundo Vaitsman *et al* (2006), a SAGI foi pioneira nesse tipo de sistema na gestão pública brasileira, considerando que até então não existia em nenhum ministério, uma secretaria com essa finalidade exclusiva.

Ainda conforme Vaitsman *et al* (2006), sistemas de monitoramento e avaliação são uma das etapas mais sensíveis na gestão de programas e políticas públicas, especialmente de desenvolvimento social, mesmo que sua relevância seja inquestionável. Para o autor, o acompanhamento rotineiro e a realização de estudos específicos são ações relativamente novas no Brasil e, portanto, ainda não institucionalizadas de maneira adequada por órgãos públicos, para além daqueles criados para essa atividade específica.

A experiência da SAGI/MDS apresenta que é possível modificar esse paradigma e pode servir de orientação para demais órgãos e programas. De acordo com Kerzner (2006), a coleta de informações sobre a experiência com projetos semelhantes deve ser utilizada para possibilitar uma visão mais abrangente da atividade a ser realizada, uma vez que estas podem revelar aspectos que poderiam ser negligenciados.

Segundo Rolim (2009), é de fundamental importância a construção de um banco de dados no sistema de monitoramento e avaliação, considerando que a avaliação apenas pode ser garantida e viabilizada pela informação. Desse modo, elaborar e estruturar um banco de dados é de grande importância para se obter um mínimo de viabilidade da avaliação.

Segundo Vaitsman *et al* (2006), a aproximação da dimensão técnica da gestão das políticas, ocorreu a partir da institucionalização da avaliação e monitoramento como parte das organizações do Estado, através da experiência da SAGI.

Dessa maneira, a gestão de dados e informações abrange a guarda e recuperação de dados, bem como o controle e os níveis de acesso às informações, demandando para essa gestão um completo plano de contingência e de segurança de dados e informações (REZENDE, 2005).

A gestão da informação, através da integração entre as ferramentas tecnológicas e a execução do programa, torna-se um importante e necessário componente para a melhor estruturação do programa e fortalecimento de uma política pública. Além disso, proporciona uma base para a avaliação da oferta e demanda de beneficiários, a exemplo do que é observado no PNAES (PENHA, 2015).

Para Tapajós (2006), a tecnologia da informação (através da administração da informação e da informática) é decisiva para qualquer organização agilizar seus fluxos e acompanhar suas ações.

Por meio da gestão da informação, é possível mensurar com mais segurança a eficiência do programa, assim como contribuir com a tomada de decisões com relação a melhor estratégia a ser adotada (ROLIM, 2009; GARCIA, 2013).

Dessa forma, a tecnologia da informação é tida como um instrumento de elevada importância na gestão de programas, a exemplo do PNAES, por ser, conforme Garcia (2013), um recurso organizacional estratégico que atua oferecendo suporte ao desenvolvimento de sistemas de informação. As ferramentas tecnológicas são consideradas uma mediação lógica indispensável e estratégica no contexto das políticas governamentais, bem como de outras organizações, cuja finalidade é agilizar seus processos, acompanhar e monitorar as suas ações (ROLIM, 2009).

2.2.1 Monitoramento de Programas Públicos

Política pública é definida nos manuais clássicos como o conjunto de decisões tomadas pelas instituições de Estado visando solucionar um problema ou redirecionar uma tendência, com a intenção de orientar sua evolução para um fim estabelecido desejável. Por sua vez, programa é um dos instrumentos de operacionalização da política e, especificamente, trata-se de um conjunto sistêmico de ações programadas e articuladas entre si, com objetivo de atender uma demanda pública específica, presente na agenda de prioridades de políticas públicas do Estado ou governo (ROSSI et al., 2004; VILLANUEVA, 2006).

Os programas públicos são sistemas complexos, geralmente operados por meio de arranjos federativos, envolvendo diversos processos de trabalho e atividades para que os recursos orçamentários alocados produzam resultados para os públicos-alvo definidos e gerem impactos à sociedade. De acordo com a área setorial da política social, os recursos orçamentários, a escala de cobertura e a complexidade do desenho do programa, milhares ou centenas de milhares de agentes participam das atividades de gestão, preparação e entrega efetiva de produtos, serviços e benefícios à população (JANNUZZI, 2014).

De acordo com Jannuzzi (2014, p.28), conhecer melhor a configuração, os objetivos explícitos e tácitos, o arranjo operacional e a complexidade de implementação dos programas em um contexto federativo, são requisitos de suma importância para que a informação e o

conhecimento produzidos tenham maior aplicabilidade para o aperfeiçoamento da política e do programa público.

A ampliação da atuação do Estado Brasileiro na promoção de políticas sociais, sobretudo após a constituição de 88, tem sido acompanhada do aprimoramento da capacidade de formulação e avaliação de programas públicos no país, segundo Jannuzzi (2011a). Contudo, o autor acredita que ainda existe um descompasso e um contraste no monitoramento de programas, e principalmente a existência de uma desigualdade neste acompanhamento pelas diferentes esferas do governo e regiões do país.

Para Jannuzzi (2011b), o aumento do gasto e a diversificação dos programas direcionados a atender às diversas demandas públicas, vem pressionando o setor público a aprimorar suas práticas de gestão, incluindo a especial atenção para com o monitoramento e a avaliação dos programas e políticas, sobretudo por meio da utilização de indicadores.

2.2.2 Indicadores e Políticas Públicas

A consolidação da sistemática do Planejamento Plurianual (PPA), o aprimoramento dos controles administrativos dos Ministérios, a mudança da ênfase da auditoria dos Tribunais de Contas (da avaliação da conformidade legal para a avaliação do desempenho dos programas) e a Reforma Gerencial da Gestão Pública em meados dos anos 1990, são exemplos de mudanças institucionais que vem acontecendo na Administração Pública (GARCIA 2001; COSTA e CASTANHAR 2003). Segundo Jannuzzi (2005), o interesse crescente pela utilização de indicadores nas atividades ligadas à gestão de políticas públicas é motivado, em grande parte, pelo aprimoramento do controle societal do Estado Brasileiro nos últimos 20 anos.

Na avaliação de programas sociais, dentre os quais se abrangem as políticas no âmbito da educação, Mourão (2007, p.6) explica que é importante a definição de indicadores, que devem ser objetivamente mensuráveis ou verificáveis, para de fato possibilitar a avaliação dos resultados obtidos. A autora ainda considera os indicadores como “medidas explícitas e objetivamente mensuráveis de mudanças induzidas”. Além disso, também aponta que há vários critérios de avaliação, cada qual requerendo uma perspectiva diferente, como por exemplo, a eficiência, a eficácia e a efetividade.

Para a realização do monitoramento de uma política ou programa, é essencial o estabelecimento de critérios de avaliação, os quais não se resumem somente à análise do desempenho do programa, mas também sua sustentabilidade, a satisfação do beneficiário, entre

outros. Assim, para a utilização desses critérios de avaliação, de acordo com Costa e Castanhar (2003), é necessário a definição de indicadores.

De acordo com Penha (2015, p. 49), “os indicadores são utilizados para medir e acompanhar a evolução de algum fenômeno ou o resultado de processos sociais, onde o aumento ou diminuição do mesmo aponta as mudanças nas condições dos fenômenos”.

Segundo Vaitsman *et al* (2006), o sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais do Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil é um exemplo prático da utilização de indicadores, onde os eles são divididos em três classes, da seguinte forma: “estrutura” - valores relativos à execução físico-financeira, à infraestrutura, etc.; “processos” – valores relativos às etapas/relações que fazem parte da implementação do programa; “resultados” – valores relativos ao alcance de metas do programa.

De acordo com Jannuzzi (2005), o ciclo de formulação e avaliação de políticas públicas, em sua forma clássica, é composto pelas etapas de diagnóstico, formulação, implementação e avaliação, sendo que cada etapa desse ciclo envolve o uso de um conjunto de indicadores de diferentes naturezas e propriedades, devido às necessidades intrínsecas das atividades nelas envolvidas (Quadro 3).

Quadro 3: Indicadores requeridos nas etapas do Ciclo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas

Etapas	Tipos e Propriedades	Fontes de Dados Predominantes
Elaboração do Diagnóstico Indicadores que permitam “retratar” a realidade	Ampla escopo temático Ampla desagregabilidade geográfica e populacional Validade de constructo Boa confiabilidade	Censos Demográficos Pesquisas amostrais
Formulação de programas e seleção de alternativas Indicadores que orientem objetivamente a tomada de decisão	Indicadores sintéticos Indicadores multicriteriais Tipologias de situações sociais	Censos Demográficos Pesquisas amostrais
Implementação/Execução Indicadores que permitam “filmarm” o processo de implementação dos programas formulados e a eficiência	Esforço (insumos/processos) Atualidade/regularidade Sensibilidade Especificidade	Registros Administrativos Registros gerados nos procedimentos dos próprios programas
Avaliação Indicadores que permitam “revelar” a eficácia e efetividade social dos programas	Resultados e Impactos Distância às metas Tipologias	Pesquisas amostrais Registros administrativos Grupos focais Pesquisas de egressos e participantes no programa

Fonte: Adaptado de Jannuzzi (2005)

2.2.3 O Papel do Gestor Público

O gestor público - servidor que atua na esfera pública e é investido de um cargo de gerenciamento - possui elevada importância na condução das políticas públicas, ainda mais diante de um cenário de mudanças que vem ocorrendo na administração pública no Brasil (SOARES, OHAYON e ROSENBERG, 2009).

Ao se tornar responsável pelo bom funcionamento das organizações públicas, ele assume um compromisso indispensável com a sociedade e com o desenvolvimento do país. De acordo com Albarello (2006, p. 52), “a visão do administrador público se concentra na qualidade da prestação de serviços, sendo que os objetivos e respectivos resultados devem estar relacionados aos interesses sociais”. Já para Barros (2009, p. 7), “o gestor público tem o papel de integrar sua equipe, exigindo eficiência e eficácia na prestação de serviços, agregando novos valores à administração pública em prol de serviços públicos de qualidade”.

Em relação às atribuições, Sachs, Lopes e Dowbor (2010 apud REIS e MATOS, 2012, p. 299) consideram que “o gestor público é o responsável por assessorar, planejar, tramitar os processos deliberativos e decisórios, coordenar ações e avaliar programas e políticas públicas [...]”. Estas responsabilidades do gestor público, associadas com a qualidade do serviço público, é resultado da Reforma Gerencial do Estado Brasileiro, a qual ofereceu uma combinação de ferramentas administrativas e políticas para superar a ineficiência e o autoritarismo da burocracia, e a atuação dos gestores frente às organizações públicas ganhou muita importância na busca das metas e ações estabelecidas.

Bresser (1997), explica da seguinte forma os resultados da reforma:

O resultado dessa reforma será um Estado mais eficiente, que responda a quem de fato deve responder: o cidadão. Logo, será um Estado que estará agindo em parceria com a sociedade e de acordo com os seus anseios. Será um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição. Será um Estado que não utilizará burocratas estatais para executar os serviços sociais e científicos, mas contratará competitivamente organizações públicas não-estatais. Será o que propusemos chamar de um Estado Social-Liberal, em substituição ao Estado Social Burocrático do século vinte (Bresser, 1997, p. 89-90).

A reforma gerencial do Estado partiu do pressuposto de que o regime democrático estava se consolidando no Brasil, ignorando o egoísmo próprio do ser humano, criticando a alternativa intervencionista estatal e burocrática, admitindo que as falhas do Estado eram grandes e que as tendências autoritárias da burocracia eram fortes.

Assim, Rios (2011, p. 15) afirma que o conceito de foco no cliente, oriundo da iniciativa privada, foi transposto para a esfera pública como “administração voltada para o cidadão”. Por sua vez, Bergue (2010 apud RIOS, 2011), argumenta que esse novo modelo de gestão pública trouxe consigo novos conceitos e práticas gerenciais, como estratégia, eficiência, eficácia, efetividade, economicidade, otimização, gestão pela qualidade, produtividade, racionalização, desempenho, prestação de contas, planejamento estratégico, gestão por programas, ouvidorias, entre outros.

2.3 O HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O PNAES

De acordo com Kowalski (2012), a assistência estudantil surge com a criação das universidades. Por meio do Decreto nº 19.851/1931, o Estatuto das Universidades Brasileiras foi instituído e o mesmo já contemplava a assistência estudantil. A Constituição Federal de 1946 e a Lei de Diretrizes de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, já definiam a assistência estudantil como um direito. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a igualdade de condições para acesso e permanência nas escolas é referenciada legalmente, contribuindo assim para a trajetória da assistência estudantil no Brasil e levando-a para uma agenda política nacional, através da atuação de diversos atores na época.

Após ser elaborada uma proposta de Plano de Assistência Estudantil por parte do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantes (FONAPRACE), a qual foi apresentada à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e encaminhada ao Ministério da Educação (MEC) em julho de 2007, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e pouco mais de dois anos depois, através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o mesmo foi estabelecido pela presidência com os objetivos de 1) democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; 2) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; 3) reduzir as taxas de retenção e evasão; e, 4) contribuir para a promoção da inclusão social por meio educação (BRASIL, 2010).

O PNAES concede às instituições federais de ensino superior a responsabilidade pelo desenvolvimento de ações de assistência estudantil. No entanto, determina as áreas em que estas ações devem ser desenvolvidas: moradia; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e, acesso, participação e aprendizagem de

estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2010).

No Quadro 4, são apresentadas as áreas consideradas estratégicas pelo FONAPRACE para o desenvolvimento de uma política efetiva de assistência estudantil, organizadas por linhas temáticas e com a sugestão de órgãos que devem estar envolvidos na execução (ANDIFES, 2008).

Quadro 4: Áreas estratégicas do PNAES

Áreas	Linhas Temáticas	Órgãos Envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> - Moradia - Alimentação - Saúde (física e mental) - Transporte - Creche - Condições básicas para atender os portadores de necessidades especiais 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Ensino - Pesquisa - Extensão
Desempenho Acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas - Estágios remunerados - Ensino de Línguas - Inclusão Digital - Fomento à participação político-acadêmica - Acompanhamento psicopedagógico 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão - Parcerias com órgãos públicos e entidades com fins sociais
Cultura, Lazer e Esporte	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais - Acesso a ações de educação esportiva, recreativa e de lazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil
Assuntos da Juventude	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação profissional, sobre mercado de trabalho - Prevenção a fatores de risco - Meio ambiente - Política, Ética e Cidadania - Saúde, Sexualidade e Dependência Química 	<ul style="list-style-type: none"> - Assuntos Estudantis - Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil

Fonte: Extraído de ANDIFES (2008, p.16).

Ainda segundo o PNAES, as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010).

O Decreto foi um marco regulatório da política de assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pois, a partir deste referencial legal, eles passaram a fazer parte do PNAES e a receberem recursos orçamentários de assistência estudantil. Ainda de acordo com o Decreto nº 7.234/2010, é papel das Instituições Federais de Ensino adotar

mecanismos de monitoramento e avaliação do PNAES, ou seja, elas devem planejar e implementar processos de acompanhamento da execução das ações dos programas com a finalidade de obter informações para subsidiar decisões, bem como identificar e corrigir possíveis problemas e desalinhamentos estratégicos. Além disso, as mesmas devem planejar e executar processos de análises sistemáticas de informações sobre os programas de assistência estudantil, com base em critérios de eficiência, eficácia e efetividade, no intuito de aperfeiçoar a gestão da política de assistência estudantil e ampliar a qualidade dos gastos públicos.

Para tanto, a partir da implementação do PNAES, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia tiveram que incorporar à sua agenda institucional, a elaboração e implementação de uma política pública de assistência estudantil, com a finalidade de executar as ações previstas no Decreto nº 7.234/2010.

2.4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFPE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE), com a finalidade de “ampliar as condições de permanência dos estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais”, aprovou sua política de assistência estudantil através da Resolução nº 021/2012 do Conselho Superior, no dia 26 de março de 2012. Esta política abrange os estudantes regularmente matriculados nos cursos e modalidades presenciais de ensino que sejam, prioritariamente, advindos de escolas públicas, ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, conforme o Art. 5º do Decreto nº 7.234/2010, e/ou em situação de vulnerabilidade social e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (IFPE, 2012a).

O processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação desta política é realizado pela Diretoria de Assistência ao Estudante do IFPE, em conjunto com as Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi*. Além disso, uma Equipe Multiprofissional constituída de Assistente Social, Pedagogo(a) e Psicólogo(a) exercem atribuições de acordo com os programas que constituem a política (IFPE, 2012a).

A política de assistência estudantil do IFPE é constituída de Programas Técnico-Científicos (PIBIC, PIBEX, Monitoria, BIA, dentre outros) que contemplam as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão; de Programas Específicos (Manutenção Acadêmica, Auxílio Financeiro, Benefício Eventual, Apoio à Participação em Eventos, Apoio a Visitas Técnicas e Assistência ao Estudante do PROEJA); e, de Programas Universais

(Acompanhamento Biopsicossocial, Incentivo à Cultura e Arte, Incentivo ao Esporte e Lazer) (IFPE, 2012a).

Em relação à avaliação, o item 9 da política dispõe que esse processo assume uma função essencialmente formativa e reguladora, de permanente ação-reflexão-ação, cujos programas de assistência estudantil devem ser acompanhados e avaliados pela Diretoria de Assistência ao Estudante do IFPE e pelas Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi*, estas últimas constituídas por equipes multiprofissionais (IFPE, 2012a).

A partir do presente marco teórico, o presente trabalho avaliou a política de assistência estudantil do IFPE em relação à efetividades das ações de monitoramento que são realizadas no âmbito da instituição.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta: desenho do estudo, fases da pesquisa, sujeitos e definição dos sujeitos da pesquisa, instrumentos de pesquisa e considerações éticas.

3.1 DESENHO DO ESTUDO

Para realização da pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa em busca do conhecimento da realidade, a partir da análise subjetiva do problema estudado. De acordo com Rodrigues (2006), essa abordagem é utilizada para investigar problemas em que os procedimentos estatísticos não conseguem alcançá-los ou representá-los. Por sua vez, segundo Minayo (2007), ela se preocupa com determinado nível de realidade que não pode ser quantificado, pois envolve um universo de significados, valores, crenças, aspirações e atitudes.

Na investigação, a abordagem qualitativa permitiu identificar a realidade do IFPE *Campus* Belo Jardim acerca da temática do monitoramento de políticas públicas, com base na percepção dos gestores e demais atores institucionais envolvidos com o PNAES. A técnica utilizada para interpretar os dados coletados foi a análise de conteúdo qualitativa, preconizada por Laurence Bardin.

Esta análise abrange várias etapas para auferir significação aos dados e designa um conjunto de técnicas de análise das comunicações voltadas à obtenção de indicadores que permitem a inferência de conhecimentos referentes às mensagens produzidas e recebidas (BARDIN, 2011).

Tratou-se de uma pesquisa do tipo descritiva, buscando reunir informações sobre determinado problema ou situação (COLLIS; HUSSEY, 2005), preocupando-se com a atuação prática (GIL, 2008); e também exploratória, considerando que existem poucos trabalhos científicos sobre o monitoramento de políticas de assistência estudantil em Instituições Federais de Ensino, tendo por objetivo proporcionar uma visão geral, realizada por aproximação, acerca do assunto (GIL, 2008) e não existindo a intenção de finalizá-lo.

O estudo descritivo, por sua vez, envolveu a contextualização — a partir das variáveis identificadas do IFPE *Campus* Belo Jardim, sobretudo em relação à identificação de estratégias e mecanismos de acompanhamento de políticas públicas e à percepção dos gestores e atores institucionais acerca da realização de ações de monitoramento dos programas de assistência estudantil. Por sua vez, o estudo exploratório buscou uma maior familiaridade com o tema monitoramento de políticas públicas, a partir dos aspectos centrais do PNAES, além de uma

aproximação com novas ideias e perspectivas que possam ser adaptadas à realidade da instituição que serviu de base para a pesquisa.

Foi realizado um estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) – *Campus* Belo Jardim, uma vez que de acordo com Lakatos e Marconi (2010), esta é uma estratégia de pesquisa aconselhada quando o propósito é aprofundar a compreensão de determinada situação ou fato, dando significado para os envolvidos. O estudo de caso tem como objetivo captar as circunstâncias e as condições de uma situação, desse modo, as lições aprendidas no caso são informativas sobre a população pesquisada.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a pesquisa foi delineada com base em: 1) pesquisas documentais — arquivos públicos e documentos oficiais; e 2) pesquisas de campo — que foram realizadas entre os meses de abril e maio de 2018, no *lócus* de estudo, considerando que o interesse é voltado ao aprofundamento das questões propostas, ao estudo de uma única comunidade dentro de uma estrutura social e à localização de elementos que possibilitem ao pesquisador a análise de aspectos norteadores à compreensão da realidade estudada (GIL, 2008).

3.2 FASES DA PESQUISA

Com vistas ao alcance dos objetivos geral e específicos propostos, a investigação foi realizada em quatro fases distintas — pesquisas bibliográfica e documental; delimitação do campo empírico; coleta de dados; e, análise dos dados —, permitindo ao pesquisador retornar a cada uma delas, quando necessário, de modo que o objeto de estudo fosse analisado com maior profundidade.

3.2.1 1ª fase – Pesquisas Bibliográfica e Documental

A etapa inicial do estudo foi constituída por pesquisas bibliográfica e documental. A primeira foi composta pela revisão da literatura e abrangeu materiais já publicados, como livros, artigos de periódicos, dissertações, teses e outros do gênero, sobre os temas: ciclo de políticas públicas, monitoramento de programas assistenciais, assistência estudantil e o PNAES.

A segunda, por sua vez, se restringiu à análise de documentos que possibilitaram a coleta de dados primários e secundários sobre os documentos norteadores referentes ao PNAES no âmbito do IFPE e do *Campus* Belo Jardim, a quantidade de beneficiários dos programas

assistenciais, o volume de recursos orçamentários disponibilizados e os indicadores de acompanhamento da política.

De acordo com Gil (2010, p. 121), a consulta a fontes documentais é imprescindível em qualquer estudo de caso. O autor (2010, p. 122) também indica as principais fontes documentais que podem interessar aos pesquisadores, sendo elas: documentos pessoais, documentos administrativos, material publicados em jornais e revistas, publicações de organizações e documentos disponibilizados na internet.

Por sua vez, Yin (2001) argumenta que as informações contidas nos documentos serão de extrema importância para aferir os dados coletados nas entrevistas

Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes. Em primeiro lugar, os documentos são úteis na hora de se verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionados na entrevista. Segundo, os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. Se uma prova documental contradizer algum dado prévio, ao invés de corroborá-lo, o pesquisador do estudo de caso possui razões claras e específicas para pesquisar o tópico de estudo com mais profundidade. Terceiro, é possível se fazer inferências a partir de documentos (Yin, 2001, p.109).

Os dados foram coletados, principalmente, a partir de documentos internos, do sítio eletrônico do IFPE e do Portal da Transparência do Governo Federal e de relatórios e sistemas de informações gerenciais do *campus*. Também foi necessário conhecer as legislações correlatas ao assunto como, por exemplo, a Portaria MEC nº 39/2007 e o Decreto nº 7.234/2010 que criou o PNAES e, no que se refere à pesquisa documental, é de fundamental importância para o desenvolvimento desse estudo.

Essa técnica foi utilizada com o objetivo de complementar a análise de conteúdo, principalmente no que diz respeito à obtenção dos dados necessários para compreender o processo de monitoramento da política de assistência estudantil no IFPE *Campus* Belo Jardim.

3.2.2 2ª fase – Delimitação do Campo Empírico

Com base no tema da pesquisa — monitoramento do PNAES —, o campo empírico foi definido *a priori* e as primeiras aproximações com os sujeitos pesquisados foram realizadas, possibilitando desde o início a identificação de aspectos relevantes para a investigação.

3.2.3 3ª fase – Coleta de Dados

Após a definição do problema de pesquisa, a fase seguinte foi a identificação das informações relevantes para responder ao problema e da melhor forma de obtê-las. Antes de realizar a coleta de dados, foram estabelecidas as técnicas empregadas no processo e determinado os atores institucionais que atuam na execução da política de assistência estudantil no IFPE *Campus* Belo Jardim, os quais foram representativos e suficientes para subsidiar as conclusões.

Desse modo, essa pesquisa utilizou a entrevista semiestruturada para a realização da coleta de dados, a qual, de acordo com Boni e Quaresma (2005, p.75), combina “perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto”. Na entrevista semiestruturada, o entrevistador deve aplicar um conjunto de perguntas pré-definidas, no entanto, caso seja necessário, é possível direcionar a discussão para o assunto que o interessa, através da utilização de perguntas adicionais.

A entrevista semiestruturada neste trabalho foi utilizada com a finalidade de “delimitar o volume das informações, obtendo, assim, um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

Assim, para a realização das entrevistas foi estabelecido contato prévio com os atores institucionais selecionados, de modo que o pesquisador se apresentasse e identificasse o tema da pesquisa. Posteriormente, foi realizado o agendamento das entrevistas, sendo que antes de iniciá-las, o pesquisador solicitou aos entrevistados que preenchessem o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”, no qual registra a garantia do sigilo da identidade do respondente. Portanto, as entrevistas foram realizadas na data e horário agendados, com a realização de gravação das falas para posterior transcrição.

As entrevistas foram realizadas com base nos questionamentos que constam no apêndice A, sendo que para cada objetivo específico desta pesquisa, foram elaboradas perguntas que contribuíssem para o alcance dos mesmos.

3.2.4 4ª fase – Análise dos Dados

A análise dos dados aconteceu concomitantemente à coleta, possibilitando assim que o pesquisador identificasse eventuais aspectos que precisassem ser reelaborados. Nesta etapa, foram adotados métodos de acordo com a abordagem qualitativa do estudo.

Como método de descrição dos dados resultantes das entrevistas semiestruturadas, utilizou-se a análise de conteúdo. Segundo Minayo (2007), a análise de conteúdo tem sido bastante utilizada no tratamento de dados de pesquisas qualitativas e envolve mais que um conjunto de técnicas, compreendendo a análise de informações acerca do comportamento humano, permitindo uma aplicação bastante variada, com a função de verificar hipóteses e/ou questionamentos, bem como descobrir aquilo que se encontra por trás dos conteúdos manifestos. Desse modo, foram adotados procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição dos conteúdos, agrupados em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A primeira fase, conforme prescrito por Bardin (2011), correspondeu ao período de intuições e de organização, com a finalidade de tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais da análise das entrevistas semiestruturadas. A pré-análise, neste estudo, envolveu a leitura “flutuante”, em que foi estabelecido contato com os documentos analisados, de modo a conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações; e, a escolha dos documentos de análise, a qual se deu *a priori*, respeitando as regras da exaustividade, representatividade, homogeneidade e exclusividade.

Na segunda fase, foram selecionadas as unidades de codificação, em função de regras previamente formuladas. No estudo, utilizou-se como unidade de registro o tema — unidades de significado —, configurando uma análise categorial temática que, de acordo com Bardin (2011), consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e podem significar alguma coisa para o objetivo analítico estabelecido.

Na terceira fase, o pesquisador procurou, a partir de técnicas qualitativas, condensar os resultados brutos, de modo a torná-los significativos e válidos, conforme determina Bardin (2011). Em relação às inferências na análise do conteúdo, utilizou-se como instrumento de indução o roteiro de entrevista semiestruturada. Através das perguntas realizadas aos sujeitos, foram obtidos recortes das falas dos atores institucionais, os quais induziram às inferências a respeito dos temas.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

De acordo com Gil (2008, p.109), a entrevista é “a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”.

Desse modo, com o objetivo de obter informações relevantes sobre a política de assistência estudantil do IFPE *Campus* Belo Jardim, foram entrevistados indivíduos que possuem relação com a execução do PNAES na instituição. Para isso, os sujeitos da pesquisa foram selecionados através de amostra não probabilística intencional, ou seja, o pesquisador selecionou indivíduos que representam cada cargo escolhido. A escolha dos entrevistados foi baseada em quais sujeitos poderiam ser fonte de informação sobre o assunto, considerando que o objeto da pesquisa é verificar a efetividade das ações de monitoramento da política de assistência estudantil realizadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim.

O entrevistado 1 ocupa o cargo de Diretor de Assistência ao Estudante do IFPE, o qual é responsável pela formulação e coordenação de políticas institucionais voltadas ao corpo discente em toda a instituição. Por sua vez, o entrevistado 2 trata-se do Diretor-Geral do IFPE *Campus* Belo Jardim, que possui a competência de planejar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração do *campus*, em consonância com a Reitoria do IFPE. Já o entrevistado 3, foi o Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do *campus*, unidade organizacional que executa as políticas de ensino, emanadas pela Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN), homologadas pelo Conselho Superior e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), a partir de orientações da Direção-Geral e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação (MEC), promovendo ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O entrevistado 4 ocupa o cargo de Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira do *campus*, o qual possui a competência de acompanhar a execução das atividades relativas à aplicação dos recursos financeiros e créditos orçamentários, bem como a descentralização de créditos para a aquisição de materiais, contratação de serviços e concessão de benefícios financeiros a estudantes, visando atender às solicitações provenientes das diversas unidades organizacionais da instituição. O entrevistado 5 foi escolhido considerando que o mesmo ocupa o cargo de Coordenador de Assistência Estudantil do *campus*, cuja principal atribuição é promover e coordenar políticas de assistência ao discente, no âmbito do *campus*, atendendo aos aspectos sociais, econômicos, culturais, de saúde e pedagógicos.

Além disso, na Coordenação de Assistência ao Estudantil (CGAE), há três categorias de profissionais que atuam diretamente com os estudantes, no que diz respeito à política: Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagoga. Desse modo, foi selecionada uma servidora da instituição dentro de cada uma destas categorias profissionais, como forma de verificar a visão de cada categoria referente ao PNAES, totalizando assim 8 (oito) entrevistados.

Com a finalidade de facilitar a apresentação dos atores institucionais entrevistados, os quais foram selecionados com base no critério de atuação direta na execução do PNAES na instituição, foi elaborado um quadro que apresenta a razão específica da escolha de cada entrevistado, bem como indica o cargo ocupado na instituição.

Quadro 5: Identificação dos entrevistados

Entrevistado	Razão da Escolha	Cargo Atual no IFPE
E1	Diretor responsável pela condução do processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da política de assistência estudantil do IFPE	Diretor de Assistência ao Estudante do IFPE
E2	Dirigente Máximo do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim e responsável pelo planejamento das ações dos programas de assistência estudantil	Diretor-Geral do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim
E3	Diretor responsável pelo planejamento das ações dos programas de assistência estudantil do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim	Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim
E4	Técnico-administrativo responsável pela coordenação das atividades de liquidação e pagamento de recursos orçamentários e financeiros do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim	Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim
E5	Docente responsável pelo planejamento e pela coordenação das atividades de assistência estudantil do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim	Coordenador de Assistência Estudantil do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim
E6	Membra da Equipe Multiprofissional do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim	Assistente Social do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim
E7	Membra da Equipe Multiprofissional do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim	Psicóloga do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim
E8	Membra da Equipe Multiprofissional do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim no período de janeiro de 2010 a março de 2018	Ex-pedagoga do IFPE <i>Campus</i> Belo Jardim

Fonte: O autor.

3.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para o alcance dos objetivos da pesquisa, a coleta de dados foi realizada por meio de: 1) levantamento de dados nas unidades organizacionais competentes do IFPE *Campus* Belo Jardim, com a finalidade de compreender o processo de monitoramento da política de assistência estudantil na instituição, bem como levantar o número de estudantes assistidos; e 2) realização de entrevistas semiestruturadas com 8 (oito) atores institucionais, cuja finalidade foi aprofundar e complementar os conhecimentos coletados.

Para a realização das entrevistas, foram selecionados os principais servidores que atuam diretamente na gestão dos programas de assistência estudantil do *campus*, utilizando-se critérios próprios da pesquisa qualitativa que, de acordo com Merriam (1998), são a intenção do pesquisador e a facilidade de acesso ao campo.

A análise dos dados foi realizada concomitantemente à coleta, de modo a possibilitar a identificação de eventuais aspectos que precisassem ser reelaborados.

3.5 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS DA PESQUISA

Esta pesquisa atendeu aos fundamentos éticos e científicos preconizados pela Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual aprovou as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Todas as etapas da investigação foram balizadas pelos referenciais da bioética e realizadas com o consentimento livre esclarecido dos participantes, por si e/ou por seus representantes legais, através da manifestação autônoma, consciente, livre e esclarecida de sua anuência em relação à participação no estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, considerando a metodologia utilizada e a revisão da literatura elaborada.

4.1 ANÁLISE DOCUMENTAL

Com a finalidade de identificar as estratégias e os mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil, previstos e utilizados pelo IFPE *Campus* Belo Jardim, assim como eventuais fragilidades no processo de acompanhamento do desempenho dos programas, foi utilizada a análise documental, a partir do exame de diferentes documentos, tais como: leis, decretos, resoluções internas do IFPE, portarias e editais de seleção de discentes para os programas de assistência estudantil.

4.1.1 Regimento Geral do IFPE e Regimento Interno do *Campus*

O funcionamento do IFPE é regulamentado por seu Regimento Geral, o qual foi aprovado por meio da Resolução CONSUP nº 046, de 24 de julho de 2012 e disciplina a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, técnicas, administrativas e acadêmicas do IFPE, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias (IFPE, 2012b).

Nos Artigos 53 e 54 do Regimento Geral, é estabelecida a regulamentação das diretorias sistêmicas do IFPE, dentre elas, a Diretoria de Assistência ao Estudante (DAE):

Art. 53. As Diretorias Sistêmicas assessorarão diretamente à Reitoria e darão suporte nas áreas de Educação à Distância, Assistência ao Estudante, Recursos Humanos e Tecnologia da Informação.

Art. 54. As Diretorias Sistêmicas serão compostas por: I - Diretoria de Gestão de Pessoas; II - Diretoria de Assistência ao Estudante; III - Diretoria de Avaliação e Desenvolvimento de Tecnologias; IV - Diretoria de Educação à Distância (IFPE, 2012b).

Desse modo, a DAE é o órgão da Reitoria responsável por promover e assistir à comunidade estudantil, planejando, propondo, supervisionando, apoiando e acompanhando os programas nas áreas social, cultural, técnica, científica, esportiva e política na instituição (IFPE, 2012b).

O Art. 58 do Regimento Geral apresenta as atribuições da DAE:

Art. 58. Compete à Diretoria de Assistência ao Estudante: I - acompanhar o desempenho acadêmico do corpo discente; II - propor e coordenar as ações com vistas à minimização da evasão acadêmica; III - propor e coordenar os programas de apoio psicopedagógico ao estudante; IV - propor e coordenar ações para redução da influência dos fatores socioeconômicos no desempenho do corpo discente; V - apoiar os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais instituídos nos *campi*, por meio do Programa de Educação, Tecnologia e Profissionalização para Alunos com Necessidades Educacionais Especiais; VI - propor diretrizes e coordenar a atuação dos programas institucionais relacionados com a assistência estudantil; VII - propor diretrizes e acompanhar os programas de apoio psicopedagógico ao estudante; VIII - definir diretrizes para os sistemas de assistência médica, odontológica e psicopedagógica aos discentes; IX - propor diretrizes e coordenar o desenvolvimento de programas e ações de assistência estudantil no âmbito do IFPE, com vistas à minimização da evasão acadêmica e à redução da influência dos fatores socioeconômicos no desempenho acadêmico do corpo discente; X - executar outras atividades correlatas que lhe venham a ser atribuídas (IFPE, 2012b).

Já os *campi* do IFPE, são organizados e regulamentados através de seus regimentos internos. O *Campus* Belo Jardim, por exemplo, teve o seu regulamento analisado e aprovado pelo CONSUP/IFPE no dia 25 de setembro de 2017.

Considerando o propósito da presente pesquisa, foi observada a estrutura organizacional do *campus*, de modo particular as instâncias administrativas que atuam direta na execução do PNAES. A partir da análise do documento, foi verificado que a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) é a unidade organizacional responsável pela maior parte dos programas de assistência aos estudantes, considerando que ela tem por finalidade principal promover e coordenar políticas de assistência ao discente na instituição, atendendo aos aspectos sociais, econômicos, culturais, de saúde e pedagógicos. Esta coordenação possui ainda as seguintes coordenadorias que auxiliam na execução dos programas específicos: Acompanhamento Estudantil; Orientação Educacional; Alimentação e Nutrição; e, Desporto. Os programas específicos da política são em sua maioria gerenciados pela CAE.

Por sua vez, os programas técnico-científicos e universais são gerenciados por comissões constituídas anualmente pela Direção-Geral do *campus*, as quais são responsáveis pelas atividades de planejamento, gestão e controle dos programas.

4.1.2 O Decreto nº 7.234/2010 (PNAES)

O PNAES foi instituído em âmbito federal através da Portaria Normativa do MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das IFES, a qual foi implementada a partir do ano de 2008 e é considerada um marco histórico para a

política de assistência, uma vez que definiu suas áreas de ação e passou a ser o referencial para os programas e projetos realizados nas diversas IFES.

Contudo, essa portaria foi alterada em 2010 e o PNAES passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, sendo considerado um instrumento jurídico com mais força e que permite maior estabilidade ao programa. Diversas foram as inovações dessa nova regulamentação, sendo a primeira delas a definição da finalidade do PNAES, que é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, com os seguintes objetivos: democratizar as possibilidades de permanência; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais nas IFES; diminuir as taxas de evasão e retenção; e, promover a inclusão social por meio da educação (BRASIL, 2010).

A principal alteração promovida por esse Decreto refere-se ao público-alvo das ações, uma vez que foi estabelecida uma restrição do acesso a essa política através da sua focalização, sendo estabelecido que:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (BRASIL, 2010).

Desse modo, o acesso à assistência estudantil foi fixado a partir de um critério de renda, mais restritivo que o anterior, sendo possível ainda haver o acréscimo de outros critérios por parte das instituições.

Apesar do PNAES ser um programa no âmbito federal, sua execução é descentralizada. Cada IFES possui autonomia de gestão para utilizar os recursos disponibilizados, de acordo com as suas necessidades e especificidades locais, permitindo assim uma maior eficiência.

Em relação ao monitoramento e à avaliação do PNAES, o Decreto nº 7.234/10 determina que cada IFES deverá fixar mecanismos de acompanhamento e de avaliação, conforme consta no Art. 5º:

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no caput, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no caput do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES (BRASIL, 2010).

Além disso, o Decreto estabelece que caberá a IFES definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos a serem beneficiados. Além da situação de vulnerabilidade socioeconômica, a seleção para o programa poderá vincular-se a fatores condicionantes, como: frequência e rendimento escolar.

No entanto, um aspecto crítico acerca desse Decreto é a ausência de metas e indicadores claros e objetivos, assim como a inexistência de uma metodologia pré-definida para a realização das ações de monitoramento e avaliação por parte das IFES. Além disso, apesar de possuírem naturezas distintas das universidades, os IFs foram contemplados com o PNAES a partir da publicação do Decreto, no entanto, algumas particularidades que necessitavam de um dispositivo específico, como por exemplo o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de educação à distância, não foram observadas.

4.1.3 A Política de Assistência Estudantil do IFPE

O PNAES é executado no âmbito do IFPE através da política de assistência estudantil, aprovada por meio da Resolução CONSUP/IFPE nº 021, de 26 de março de 2012, a qual dispõe de: princípios e diretrizes; objetivos, abrangência e formas de gestão e planejamento dos programas; atribuições da equipe multiprofissional; programas de assistência estudantil ofertados, assim como suas metodologias de execução; e, aspectos sobre a avaliação da política.

A política da assistência estudantil do IFPE apresenta-se como um instrumento que tem a finalidade de contribuir com o processo de criação, ampliação e consolidação de programas, projetos e ações que propiciem a permanência do estudante na instituição. Assim, é uma política que tem como objetivo prover os recursos necessários para o estudante superar os obstáculos do seu desempenho acadêmico, sendo, ainda, um instrumento de fortalecimento de uma formação direcionada ao exercício da cidadania (IFPE, 2012a).

Suas linhas de ação são executadas através de repasses financeiros diretos aos estudantes, destinados no orçamento da instituição e de acordo com o plano de ação de cada *campus*, mediante a avaliação qualificada dos setores competentes (IFPE, 2012a).

Essa política possui os seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Ampliar as condições de permanência dos estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais (IFPE, 2012a).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I- Elaborar e executar Programas, Projetos e Ações que proporcionem o desenvolvimento acadêmico, científico e cultural do estudante;
- II- Minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e culturais, destinando ao estudante auxílio financeiro que vise assegurar a sua frequência e permanência com êxito nos cursos;
- III- Promover Programas/Projetos que garantam a formação integral dos estudantes, assegurando-lhes com isso o exercício pleno de sua cidadania (IFPE, 2012a).

A partir das consultas realizadas, verificou-se que a política de assistência estudantil do IFPE abrange os estudantes regularmente matriculados nos cursos e modalidades presenciais de ensino que sejam, prioritariamente, advindos de escolas públicas, ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, conforme o Art. 5º do Decreto nº 7.234/2010, e/ou em situação de vulnerabilidade social e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Consideram-se também os requisitos fixados a partir das necessidades institucionais e dos recursos orçamentários disponíveis para cada *campus*.

Em relação à gestão e ao planejamento dos programas, a DAE, em conjunto com as Coordenações de Assistência Estudantil dos *campi* ou instâncias equivalentes, conduz o processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação desta política. Nesse processo, a DAE é o órgão gestor e articulador das ações a serem desenvolvidas no âmbito da política de assistência estudantil (IFPE, 2012a).

Essa política viabiliza o desenvolvimento de Programas Técnico-Científicos que contemplam as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão, Programas Específicos e Programas Universais. No que diz respeito à avaliação da política, de acordo com os dispositivos formais, a mesma deve ser realizada da seguinte forma:

“[...] a avaliação deverá ser um processo permanente de ação-reflexão-ação, o qual pressupõe uma prática diagnóstica das ações vivenciadas, e, por conseguinte, estimula os sujeitos a buscarem possibilidades de mudanças e de regulação das práticas a partir das necessidades identificadas. Nessa perspectiva de avaliação, os Programas que compõem a política de assistência estudantil do IFPE deverão ser acompanhados e avaliados pela DAE e pelas Coordenações de Assistência Estudantil nos *campi*, constituídas pelas Equipes Multiprofissionais. Para tanto, a DAE instalará fórum permanente da Assistência Estudantil do IFPE, com o objetivo de fomentar e fortalecer o diálogo e as reflexões acerca das questões desta política (IFPE, 2012a).

Um aspecto crítico acerca dessa política é que a mesma foi elaborada e aprovada no ano de 2012 e até o momento não foi revisada, mesmo diante de inúmeras mudanças observadas durante o desenvolvimento dos IFs enquanto instituições que ofertam educação profissional,

técnica e tecnológica no Brasil. Além de estar desatualizada e ser necessária uma nova análise acerca dos programas que devem ser extintos ou reformulados, a política não contempla ações e métodos objetivos para que sejam realizadas ações de monitoramento e de avaliação.

4.1.4 Regulamentação do Programa Bolsa Permanência

No âmbito do IFPE, o desenvolvimento de políticas de permanência é viabilizado pela DAE, por meio de ações como o Programa Bolsa Permanência (Lei nº 12.155 de 23 de dezembro de 2009 e Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010), cujo objetivo principal é ampliar as condições de permanência dos estudantes do IFPE, contribuindo para a igualdade de oportunidades no exercício das atividades acadêmicas, científicas, esportivas e culturais (IFPE, 2012a).

O Programa de Bolsas de Permanência foi criado visando à promoção da permanência de estudantes em condições de vulnerabilidade social, sendo considerado como um importante instrumento equalizador de oportunidades (IFPE, 2012a). Esse programa, o qual possui a maior dotação orçamentária vinculada ao PNAES no âmbito da instituição, possui regulamentação própria por meio de resolução interna aprovada pelo Conselho Superior do IFPE. Após análise, verificou-se que ela apresenta os seguintes aspectos referentes ao programa: definições e finalidades; objetivos; formas e critérios de concessão; competências e atribuições; oferta, suspensão; e, cancelamento das bolsas.

Contudo, constatou-se a ausência de previsão legal acerca dos seguintes dispositivos: metas do programa; definição de indicadores; estabelecimento de fluxos de processos de monitoramento e de avaliação; e, métodos para realização de acompanhamento de beneficiários.

Apesar de ser um regulamento criado e aprovado recentemente, esta normativa não dispõe dos mapeamentos de processos de monitoramento das ações e avaliação dos resultados do programa, fato esse que dificulta a realização dessa importante etapa do ciclo de políticas públicas.

4.1.5 Editais de Seleção

A maior parte dos benefícios financeiros destinados aos estudantes é concedida através de editais de seleção, correspondendo aproximadamente a 68% do total de programas de assistência estudantil, sendo eles: Programa Monitoria; PIBIC Técnico, Graduação e Ações

Afirmativas; PIBEX Técnico e Superior; Programa de Manutenção Acadêmica; Programa Bolsa Permanência; Programa Moradia Estudantil; Aluno Colaborador; Incentivo à Arte e Cultura; e, Incentivo ao Esporte e Lazer.

A partir das análises realizadas em cada edital de seleção, constatou-se que os mesmos possuem critérios bem definidos quanto à concessão, suspensão e cancelamento do benefício financeiro. Contudo, não há informações detalhadas acerca de como será realizado o monitoramento das ações de cada programa, bem como dos recursos financeiros que serão concedidos. Além disso, não há previsão legal acerca das contrapartidas que os estudantes devem realizar considerando o benefício financeiro recebido, sobretudo no tocante aos programas classificados como técnico-científicos e universais.

4.1.5.1 Quantitativo de Beneficiários

O IFPE *Campus* Belo Jardim atualmente possui 1.291 estudantes regularmente matriculados, sendo que 1.102 deles já foram ou ainda são beneficiários de algum programa de assistência estudantil, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 6: Total de Beneficiários do PNAES em 2018

Tipo de Programa	Programa de Assistência Estudantil	Quantidade de Beneficiários(as)
Técnico-científico	PIBIC Técnico	2
Técnico-científico	PIBIC Superior	0
Técnico-científico	PIBIC Ações Afirmativas	0
Técnico-científico	PIBITI Técnico	0
Técnico-científico	PIBITI Superior	0
Técnico-científico	Bolsa de Incentivo Acadêmico (BIA)	0
Técnico-científico	PIBEX Técnico	16
Técnico-científico	PIBEX Superior	3
Técnico-científico	Monitoria	39
Específico	Manutenção Acadêmica	0
Específico	Bolsa Permanência	435
Específico	Auxílio Financeiro	32
Específico	Benefícios Eventual	31
Específico	Apoio à Participação em Eventos	134
Específico	Apoio à Participação em Visitas Técnicas	220
Específico	Assistência ao Estudante do PROEJA	53
Específico	Moradia Estudantil	137
Específico	Refeitório Estudantil	587
Específico	Aluno Colaborador	0
Universal	Acompanhamento Biopsicossocial	0
Universal	Incentivo à Arte e Cultura	0
Universal	Incentivo ao Esporte e Lazer	0

Fonte: O Autor

Desse modo, constatou-se que a abrangência da política de assistência estudantil no *campus* é satisfatória, com base na quantidade de estudantes atendidos e conseqüentemente alcançados pelos programas.

4.1.6 Portarias e Normativos Internos

Em consultas realizadas em documentos institucionais, foi verificado que a equipe multiprofissional foi oficialmente instituída no ano de 2014, sendo que os seus membros já não fazem mais parte do quadro de pessoal do IFPE *Campus* Belo Jardim, mas sim, de outros *campi* do IFPE, em virtude de remoções internas. Ou seja, a formalização da equipe está desatualizada, considerando que novos servidores ingressaram na instituição nos últimos anos.

Não há na instituição normativos internos, mapeamentos de processos, fluxogramas ou manuais administrativos referentes ao monitoramento dos programas de assistência estudantil, tanto no IFPE quanto no *Campus* Belo Jardim.

4.1.7 Controles Administrativos da Seleção de Alunos e dos Pagamentos Efetuados

A análise dos documentos e instrumentos normativos apresentados pelas unidades organizacionais DEPEX, CAE e COE, revelou o seguinte acerca da seleção de beneficiários dos programas e do pagamento dos benefícios (bolsas/auxílios) concedidos:

4.1.7.1 Seleção de beneficiários (Concessão dos benefícios)

Semestralmente, são lançados editais específicos para cada um dos programas de assistência estudantil, em todas as unidades do IFPE.

A documentação entregue pelos candidatos passa por análise e avaliação por parte do corpo técnico-administrativo (assistente social, psicóloga e pedagoga) do *campus* ou pelos membros da comissão responsável pela seleção de determinado programa de assistência estudantil. Havendo dúvidas ou informações incompletas acerca da situação socioeconômica dos candidatos, eles podem ser convocados a esclarecê-las e/ou fornecer as informações faltantes. Caso necessário, os servidores responsáveis pela seleção poderão, ainda, realizar entrevistas com os candidatos e, nos casos de alguns programas específicos, efetuar visitas domiciliares, com vistas a averiguar e confirmar informações. Verificou-se que, a seleção para

o Programa de Moradia Estudantil não requer obrigatoriamente a visita da assistente social e entrevista com membros da família do candidato.

Após a conclusão das análises e avaliações, é divulgada a relação dos alunos selecionados no sítio eletrônico do *campus*.

4.1.7.2 Pagamento dos benefícios (Concessão dos benefícios)

A partir da divulgação do resultado da seleção dos beneficiários, os discentes selecionados dispõem de um período de três a cinco dias para providenciar a abertura de uma conta bancária, caso ainda não a possuam.

Os alunos selecionados preenchem, então, fichas cadastrais cujos dados são inseridos em planilhas do tipo *Calc* para fins de controle e acompanhamento por parte da CAE, da COE ou da comissão responsável pelo programa. Com base nas referidas planilhas, registram-se o CPF e os dados bancários dos beneficiários no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), bem como elabora-se uma lista de credores, que é, então, enviada à Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira (CEOF), responsável pela efetivação de pagamento dos benefícios.

É importante destacar que não foram localizados no âmbito do *campus*, documentos circulares com o propósito de estabelecer procedimentos, rotinas e fluxos relativos ao pagamento dos benefícios aos beneficiários dos programas. A partir desses documentos circulares de acesso ao público de beneficiários, seria possível a elaboração de instrumentos que detalhassem as atribuições específicas de cada um dos setores internos da CAE e que fixassem as rotinas de trabalho e responsabilidades de seus profissionais. Assim, não foram localizados documentos pertinentes aos mapeamentos de seus processos das unidades organizacionais.

A partir das informações apresentadas de maneira sucinta sobre os processos de seleção e pagamento de beneficiários, é possível afirmar que os controles administrativos a eles relacionados apresentam falhas e limitações. Entre tais falhas, destaca-se o fato de a CAE e as comissões de seleção dos programas utilizarem formulários preenchidos manualmente e planilhas em formato *Calc*, o que atesta que os controles utilizados ainda são incipientes e que, embora razoavelmente eficazes (no sentido de garantir o alcance dos resultados) são vulneráveis (não dispõem de registro eletrônico de acesso e modificação) e pouco eficientes (demandam uma quantidade de homens-hora muito superior àquela demandada a partir da utilização de sistemas informatizados para a extração de informações gerenciais).

Diante dessas evidências, foi constatado que os controles em questão se apresentam razoavelmente eficazes, embora pouco eficientes.

Por fim, em relação à suficiência/insuficiência dos recursos orçamentários/financeiros oriundos do PNAES, as unidades organizacionais competentes do *campus* estimam a demanda por benefícios da assistência estudantil com base em dados relativos aos discentes ingressantes cotistas e com renda inferior a 1,5 salários mínimo, sem que sejam considerados os dados referentes aos discentes que não ingressaram por meio de cotas e aos discentes veteranos. Assim, não se conhece a demanda real, visto ser possível que também haja entre tais alunos aqueles que se encontrem em situação de vulnerabilidade econômica. Além disso, a definição da demanda por recursos é realizada com base na execução orçamentária do exercício financeiro anterior, sem que haja uma fundamentação mais consistente acerca da real necessidade existente para a viabilizar a execução dos programas.

Desse modo, chega-se à conclusão de que o desconhecimento da efetiva demanda prejudica o planejamento da DEPEX, da CAE e demais unidades organizacionais envolvidas com o PNAES; influencia negativamente a elaboração do orçamento para os programas e aos próprios pleitos para aumento de dotações destinadas a determinadas ações, os quais não se sustentam junto à Reitoria do IFPE se não forem devidamente fundamentados no dimensionamento adequado da demanda efetiva pelos auxílios/benefícios da assistência estudantil.

4.1.8 Monitoramento e Avaliação quanto aos Resultados do PNAES

A análise das informações prestadas pela DEPEX e CAE acerca da realização de monitoramento e avaliação dos resultados dos programas, bem como sobre o estabelecimento de metas e de indicadores específicos (em particular, a respeito do controle das taxas de evasão e de retenção dos alunos beneficiários) e, ainda, acerca de melhorias das referidas taxas que tenham sido ocasionadas por ações promovidas no âmbito dos programas de assistência estudantil, revelou o seguinte:

4.1.8.1 O IFPE Campus Belo Jardim não realiza junto aos estudantes beneficiários, o monitoramento e avaliação dos resultados dos programas de assistência estudantil

A partir das informações apresentadas pela DEPEX e pela CAE, constatou-se que o *campus* não realiza monitoramento e avaliação dos resultados dos programas de assistência

estudantil, junto aos alunos beneficiários, não havendo sistemáticas estabelecidas com a finalidade de analisar, por exemplo, a Média de Coeficiente de Rendimento Acadêmico, a Taxa Média de Reprovação do Estudante e a Taxa de Desistentes ou Desligados, tanto dos estudantes beneficiados pelo PNAES quanto dos não beneficiados.

Ressalta-se que, o único acompanhamento acadêmico que é realizado de forma sistemática é o dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência, em relação à matrícula em no mínimo três componentes curriculares dos cursos do IFPE; à frequência mensal nas aulas; às ocorrências de atos indisciplinados na instituição; à aprovação de, no mínimo, 50% dos componentes curriculares em que o estudante esteve matriculado no semestre anterior. O edital de seleção estabelece como um dos critérios para permanência no programa, a realização de avaliação do desempenho do estudante no curso, conforme os registros acadêmicos. Contudo, a partir das análises realizadas, estas avaliações mais detalhadas acerca do rendimento acadêmico do estudante beneficiário não são realizadas durante a execução do programa.

4.1.8.2 O IFPE Campus Belo Jardim não realiza o monitoramento e a avaliação dos programas com base em indicadores

A partir da coleta e análise de dados fornecidos pela DEPEX e CAE, não foi constatada a utilização de indicadores específicos para a realização do monitoramento e da avaliação dos programas que são desenvolvidos no âmbito do *campus*. Assim, é recomendável que a instituição crie seus próprios indicadores, sendo que a utilização deles deve ocorrer em conjunto com outros instrumentos desse tipo, a exemplo da “taxa de sucesso”, da “taxa de evasão” e da “taxa de retenção”, indicadores amplamente conhecidos e utilizados e que servem, inclusive, para fins de padronização e comparação com as demais IFES.

Portanto, recomenda-se, em vista das informações prestadas e dos documentos encaminhados pela DEPEX e pela CAE, ser necessário o planejamento e a implementação de ações desenvolvidas com vistas ao monitoramento e à avaliação dos resultados dos programas de assistência estudantil, o que inclui o estabelecimento de metas, além do cálculo e utilização da “taxa de sucesso”, da “taxa de evasão” e da “taxa de retenção”, em conjunto com outros indicadores específicos que devem ser elaborados pelo *campus*.

4.1.9 Critérios de Contrapartida para a Manutenção do Benefício

A análise dos instrumentos normativos (resoluções e editais) que regulamentam no âmbito do IFPE *Campus* Belo Jardim, as bolsas e os auxílios financiados com recursos do PNAES e efetivamente concedidos no decorrer dos exercícios de 2017 e 2018, revelou que foram estabelecidos em parte critérios de contrapartida para a manutenção de tais benefícios.

Ressalte-se que, de modo geral, os requisitos exigidos são de cunho eminentemente acadêmico e se relacionam com o desempenho dos alunos nas disciplinas dos cursos ofertados pela instituição, além de se apresentarem compatíveis com a finalidade principal do PNAES, prevista no art. 1º do Decreto nº 7.234/2010, a saber, ampliar as condições de permanência dos jovens de baixa renda na educação superior pública federal.

A despeito das observações contidas no parágrafo anterior, foram verificadas falhas no estabelecimento dos critérios em questão, conforme detalhado a seguir:

- Os procedimentos, rotinas e ações executadas pelo *campus* visando o controle do atendimento dos critérios de manutenção/contrapartida exigidos dos beneficiários dizem respeito unicamente ao Programa Bolsa Permanência, conforme informações fornecidas pela DEPEX e CAE, bem como consultas realizadas através dos processos seletivos. Em relação aos demais programas ofertados, foram verificadas nos editais de seleção apenas as atribuições dos beneficiários, não existindo o estabelecimento de critérios objetivos e/ou contrapartidas detalhadas para a manutenção do pagamento do benefício financeiro. No entanto, isso não significa a ausência de critérios de contrapartida, mas, sim, que os beneficiários do PNAES devem atender às mesmas exigências impostas aos demais alunos. Nesse aspecto, os alunos estão submetidos a uma série de normativos que regulamentam e disciplinam a vida acadêmica, como frequência mínima, obtenção de patamares mínimos para aprovação nas disciplinas e período máximo de conclusão do curso.
- Os procedimentos, rotinas e ações executadas pelo *campus*, bem como questões que lhes sejam correlatas, necessitam de formalização normativa por meio de manuais, portarias, resoluções, circulares ou outros instrumentos semelhantes. Cabe destacar que, não foram encontrados documentos circulares destinados a estabelecer procedimentos e rotinas internas relativas ao processo de acompanhamento dos beneficiários (acompanhamento do desempenho acadêmico dos beneficiários), bem como foi

constatada a ausência de mapeamentos de processos por parte das unidades organizacionais envolvidas com o PNAES.

- Os relatórios semestrais atualmente utilizados, a partir dos quais os coordenadores dos programas decidem acerca da manutenção ou exclusão dos alunos beneficiários, não possuem um modelo-padrão que estabeleça quais informações deverão ser fornecidas pela Assessoria Pedagógica (ASPE) e de outras coordenações, a fim de que ocorra a tomada de decisão pelos gestores.
- A ASPE do *campus* não utiliza fichas cadastrais individuais, impressas ou eletrônicas, para o acompanhamento dos alunos beneficiários que apresentam desempenho acadêmico insuficiente. Tais fichas deveriam ser utilizadas a partir da existência de um modelo-padrão, destinado a fornecer informações a serem utilizadas para a elaboração de relatórios semestrais, com base nos quais os coordenadores dos programas decidiriam acerca da manutenção ou exclusão dos alunos beneficiários.
- O Sistema Q-Acadêmico disponibiliza informações para o acompanhamento da frequência e do desempenho dos alunos nas disciplinas cursadas, a partir do momento em que os docentes inserem os dados no sistema, possibilitando assim um acompanhamento mais efetivo, proativo e tempestivo. Contudo, em consultas realizadas verificou-se que o sistema nem sempre dispõe de informações atualizadas, em virtude da insuficiência de dados lançados pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, impossibilitando assim um acompanhamento integral e impedindo a instituição de oferecer ao aluno apoio para superação das dificuldades acadêmicas no decorrer do semestre acadêmico. Além disso, foram verificadas a ocorrência de constantes problemas de ordem técnica que comprometem o acesso ao sistema de forma tempestiva.

4.1.10 Sistemas Informatizados do PNAES

Informações fornecidas pela CAE, em conjunto com a COE, revelaram que não são utilizados sistemas informatizados (*softwares*) para o gerenciamento da execução dos processos de concessão dos benefícios (divulgação dos programas, seleção de beneficiários e pagamento aos beneficiários dos valores referentes aos benefícios), bem como de acompanhamento dos

beneficiários (acompanhamento do desempenho acadêmico e acompanhamento pedagógico/psicossocial) e, ainda, de avaliação dos resultados dos programas.

Constatou-se, ainda, que um sistema destinado a executar e gerenciar a seleção de beneficiários por meio eletrônico encontra-se em fase de ajustes, sendo realizado o primeiro teste durante a seleção do Programa Bolsa Permanência 2018.1, onde a partir de 2018, as inscrições para o programa foram feitas exclusivamente pela internet, o que permitiu aos estudantes submeter todos os documentos e formulários no formato eletrônico. Esta iniciativa foi fruto de uma parceria entre a DAE e a DADT do IFPE, a qual pretende-se ampliar visando a aplicação nos demais programas de assistência estudantil.

Contudo, ressalta-se que, embora a utilização de tal *software*, quando ocorrer em plenitude, represente um avanço na gestão dos benefícios concedidos no âmbito da assistência estudantil, restará, ainda, a necessidade de desenvolvimento de funcionalidades adicionais desse sistema (ou, mesmo, de novos sistemas) destinadas a gerir os demais processos e subprocessos.

Cabe, por fim, destacar que, atualmente, a CAE e a COE utilizam, para o controle da execução dos processos de concessão dos benefícios, de acompanhamento dos beneficiários e de avaliação dos resultados dos programas, planilhas ou tabelas em arquivos do tipo *Calc* ou *Writer* para a consolidação e análise de alguns dados. Tais planilhas e tabelas não se constituem, todavia, instrumentos adequados de gerenciamento, uma vez que não dispõem das funcionalidades requeridas para um controle gerencial dos referidos processos.

4.1.11 Consulta aos Sites da Instituição

Na fase inicial da pesquisa foram realizadas consultas aos sítios eletrônicos do *campus* Belo Jardim e da Reitoria do IFPE, com a finalidade de identificar as estratégias e os mecanismos de monitoramento, previstos e utilizados, em relação à política de assistência estudantil, de modo a cumprir o artigo 5º do Decreto nº 7.234/2010, o qual estabelece que é responsabilidade das IFES fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Constatou-se que as interfaces de ambos os sites são semelhantes, fator este que contribui para a facilidade no momento de busca de informações por parte dos beneficiários dos programas e demais atores institucionais. No site do *campus*, a respeito da assistência estudantil, há informações bastante sucintas em relação aos seguintes aspectos: atribuições da CAE e equipe de trabalho; programas de assistência estudantil; horário de funcionamento e equipe de trabalho do refeitório; horários e percursos do transporte coletivo circular; direitos e

deveres dos estudantes que participam do programa de moradia estudantil; atribuições sumárias e equipe de trabalho da COE; e por fim, editais de seleção de alguns programas, dentre eles: moradia estudantil e bolsa permanência. Não foram encontrados relatórios de ações realizadas; síntese das ações que são desenvolvidas no âmbito do PNAES durante o ano acadêmico; quantitativos de beneficiários atendidos; e, valores orçamentários alocados para cada programa.

O site do *campus* mostrou-se bastante incompleto e carente de informações institucionais relativas aos programas de assistência estudantil, uma vez que os principais documentos legais do PNAES não estão disponibilizados à comunidade acadêmica – Decreto nº 7.234/2010, política de assistência estudantil do IFPE, Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Regulamento do Programa Bolsa Permanência –, bem como não há informações acerca da atuação da equipe multiprofissional, das ações de monitoramento e avaliação dos programas e da realização ou programação de pagamentos de recursos financeiros aos beneficiários, demonstrando assim um baixo índice de transparência e publicidade em relação à execução do PNAES no *campus*.

Já o site da Reitoria do IFPE contempla mais informações e documentos institucionais relevantes acerca do PNAES, tais como: atribuições sumárias e equipe de trabalho da DAE; informações e editais de seleção do Programa Bolsa Permanência; informações e editais de seleção dos programas de moradia e semimoradia estudantil; documentos norteadores do PNAES (Decreto nº 7.234/2010, Política de Assistência Estudantil do IFPE, Plano Nacional de Assistência Estudantil; Regulamento do Programa Bolsa Permanência e Nota Técnica sobre o Serviço Social do IFPE), com possibilidade de *download*; descrições sucintas dos programas e das ações realizadas; cartilhas temáticas direcionadas aos estudantes; e, por fim, contempla um *link* de acesso ao Portal do Estudante, que realize o direcionamento ao sistema Q-Acadêmico, às bibliotecas virtuais, ao Portal de Estágio e Empregos, calendário acadêmicos e informações de cursos do IFPE (Figura 2).

Figura 2: Site da Reitoria do IFPE



Fonte: IFPE, 2018.

Contudo, apesar do site da Reitoria do IFPE disponibilizar mais informações e documentos institucionais quando comparado ao do *Campus Belo Jardim*, verificou-se que boa parte das informações está desatualizada; não há relatórios das ações de monitoramento e avaliação dos programas, bem como acerca da realização ou programação de pagamentos de recursos financeiros aos beneficiários e de execução orçamentário durante o ano financeiro, demonstrando assim, também, um baixo índice de transparência e publicidade em relação à execução do PNAES no âmbito do IFPE.

A partir dos achados, observa-se que ambos os sites institucionais apresentam insuficiência de informações relativas aos programas, sobretudo no tocante às ações de monitoramento, uma vez que não há indicações detalhadas acerca de quais estratégias e mecanismos estão previstos nos regulamentos internos e, conseqüentemente, são utilizados no dia a dia durante a execução do PNAES na instituição. A ausência de relatórios de ações anuais, semestrais ou mensais é um aspecto que chama bastante atenção, uma vez que vai de encontro ao princípio da publicidade e da transparência institucional na administração pública.

4.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A partir das respostas fornecidas pelos entrevistados através do roteiro semiestruturado, utilizou-se a análise de conteúdo para gerar conclusões acerca das informações coletadas, de acordo com os procedimentos preconizados por Bardin (2011) e apresentados no capítulo

anterior. Para facilitar a compreensão das respostas, estas foram agrupadas em quatro categorias.

4.2.1 Perfis dos Entrevistados

Os perfis dos atores institucionais participantes das entrevistas semiestruturadas podem ser observados no Quadro 7.

Quadro 7: Perfis dos entrevistados

Entrevistado	Perfil
E1	Gênero masculino; docente; cinco anos de tempo de serviço na instituição; dez meses de tempo de exercício no Cargo de Direção CD-03, Diretor de Assistência ao Estudante do IFPE; ensino superior em Filosofia; e, mestrado em Educação.
E2	Gênero masculino; docente; trinta e oito anos e quatro meses de tempo de serviço na instituição; cinco anos e cinco meses de tempo de exercício no Cargo de Direção CD-02, Diretor Geral; ensino superior em Ciências Agrícolas; e, mestrado em Engenharia Agrícola.
E3	Gênero masculino; docente; vinte e cinco anos e dez meses de tempo de serviço na instituição; dois anos de tempo de exercício no Cargo de Direção CD-03, Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão; ensino superior em Química; e, doutorado em Engenharia de Processos.
E4	Gênero masculino; técnico-administrativo; seis anos e seis meses de serviço na instituição; dois anos de tempo de exercício no Cargo de Direção CD-04, Coordenador de Gestão Orçamentária e Financeira; ensino superior em Matemática; e, especialização em Gestão Pública.
E5	Gênero masculino; docente; vinte e três anos e nove meses de tempo de serviço na instituição; dois anos de tempo de exercício no Cargo de Direção CD-04, Coordenador de Assistência Estudantil; ensino superior em Matemática; e, mestrado em Engenharia Agrícola.
E6	Gênero feminino; técnica-administrativa; três anos e oito meses de tempo de serviço na instituição; ensino superior em Ciências Sociais; e, especialização em Gestão Pública.
E7	Gênero feminino; técnica-administrativa; três anos e oito meses de tempo de serviço na instituição; ensino superior em Psicologia.
E8	Gênero feminino; técnica-administrativa; oito anos e seis meses de tempo de serviço na instituição; ensino superior em Pedagogia; e, mestrado em Educação Contemporânea.

Fonte: O Autor

4.2.2 Monitoramento do PNAES, Análises e Discussões

Com base na análise temática do *corpus* das entrevistas semiestruturadas concedidas pelos atores institucionais do IFPE *Campus* Belo Jardim, emergiram quatro categorias, sendo elas: 1) importância das estratégias e dos mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil; 2) entendimento sobre o monitoramento dos programas de assistência estudantil; 3) ações realizadas no processo de acompanhamento e seus limites; e, 4) aperfeiçoamento das ações de monitoramento da política de assistência estudantil.

4.2.2.1 Categoria I: importância das estratégias e dos mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil

Na categoria “importância das estratégias e dos mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil”, foram identificadas as seguintes unidades de significado: 1) ausência de mapeamentos de processos; 2) estratégias e mecanismos de monitoramento insuficientes; 3) deficiências na avaliação de beneficiários; 4) ausência de controle de taxas de evasão e retenção; 5) prestação de contas de recursos públicos; 6) banco de dados institucionais incipiente; 7) inexistência de indicadores para monitoramento de políticas públicas.

De acordo com o Decreto nº 7.234/2010, o PNAES oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, sendo que as ações são executadas pela própria IFES, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa (BRASIL, 2010). Essa concepção foi reforçada por alguns atores institucionais do IFPE *Campus* Belo Jardim, identificando as ações discriminadas no art. 3º do Decreto e apontando quais delas são implementadas na instituição:

Então, nós temos a parte de alimentação, nós temos a parte de transporte, nós temos a parte de moradia, nós temos a parte de auxílios que visam ao estudante a sua permanência, por exemplo, se ele tem dificuldade com visão e essas coisas, a gente consegue atendê-los com óculos e esses tipos de coisa, sendo que tudo isso é fruto dessa política, visando justamente a permanência e o êxito do estudante. [...] Também atualmente na política atende-se aos programas universais, onde alguns *campi* ofertam o bolsa atleta, programas dessa natureza esportiva e de cunho mais artísticos e cultural, e também são ofertados programas técnico-científicos, como por exemplo: PIBIC, PIBEX e monitoria, além dos programas particulares da vulnerabilidade, [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Nós temos a Bolsa Permanência, Monitoria, tem o Arte e Cultura, o Auxílio Financeiro, o Refeitório e Auxílio Moradia. Esses são os principais programas [...] (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Na política de assistência estudantil do IFPE tem algumas dessas ações discriminadas, como por exemplo: moradia, alimentação, auxílio financeiro e também tem a parte de esporte e lazer, mas cada *campus*, de acordo com as suas condições, implementa aquilo que é possível. Por exemplo, no *Campus* Belo Jardim, o que nós executamos e temos é o programa de moradia, que também contempla alimentação. Também temos os programas de auxílio financeiro, mas os demais, não ofertamos (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Apesar de apenas o Entrevistado 1 ter mencionado praticamente todos os programas de assistência estudantil do IFPE associados às ações contempladas no art. 3º do Decreto nº

7.234/2010, infere-se que todos eles possuem conhecimento acerca dos principais programas da política.

Em relação às atividades que são desenvolvidas para a execução da política na instituição, parte dos entrevistados mencionou com bastante consistência e conhecimento as ações que são realizadas por cada um deles:

Primeiro nós fazemos o planejamento sistêmico e o acompanhamento junto aos *campi* acerca da utilização do recurso. Através desse planejamento, há uma provocação aos *campi*. Por sua vez, os *campi* também se planejam e nos dizem quais os programas que serão atendidos em cada semestre e também o valor que vai ser aplicado para cada programa e conseqüentemente a gente tem como saber quantos alunos serão beneficiados nele. [...] Então, o trabalho da DAE hoje é para além da execução financeira do recurso, uma vez que é uma assistência mais integral, porque cuida também dessa parte mais humana do estudante (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Nós temos na nossa Diretoria a Coordenadoria de Orientação Educacional (COE), onde atua a Assistente Social. Através dessa unidade, são conduzidas as seleções através de edital, ações estas que são acompanhadas por nós. Também acompanhamos a oferta de alimentação aos estudantes, através do Refeitório do *campus*, ressaltando-se que todo aluno do ensino médio integrado tem direito às refeições. Os programas Bolsa Permanência e Monitoria são os principais que nós participamos diretamente e acompanhamos, sobretudo a Monitoria, cuja comissão responsável pelos trabalhos é formada lá na Diretoria. Além disso, também acompanhamos o PIBIC e PIBEX (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018. Grifo do autor).

Eu sou principalmente responsável por três dos programas que são executados hoje no âmbito da assistência estudantil, que é o programa bolsa permanência, programa de auxílio financeiro e o programa de benefício eventual, mas em outros *campi* do IFPE, também eu teria competência para participar de outros programas, como por exemplo esporte e lazer e também o PROIFPE (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Os discursos dos entrevistados E1, E3 e E6, são os que mais se aproximam das atribuições que constam na política de assistência estudantil do IFPE, sobretudo no que diz respeito à gestão e ao planejamento dos programas. No entanto, os demais entrevistados apresentaram certa dificuldade em listar de forma precisa e objetiva suas atribuições referentes à política:

[...] Inicialmente nós nos reunimos a partir do momento em que sabemos da disponibilidade orçamentária anual. As vezes existem pequenos cortes no orçamento, o que exige ainda mais discussões com todos os envolvidos, mas geralmente nós fazemos um planejamento muito bem detalhado com toda a equipe (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Nós executamos os pagamentos que são solicitados à Coordenação, via processo aberto na Coordenadoria de Protocolo e Arquivo (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Especificamente lá no nosso departamento, eu poderia citar a questão da moradia e da alimentação (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Aqui a gente faz o acompanhamento do aluno, não é isso? A gente faz o acompanhamento do aluno numa linha mais de prevenção e também tomando conhecimento de algumas situações. Nós trabalhamos em conjunto com a Assistente Social, no intuito de identificar algumas coisas através da escuta dos estudantes (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Tais dificuldades para mencionar de forma detalhada as atividades desenvolvidas está fortemente associada à ausência de mapeamentos de processos no âmbito das unidades organizacionais da instituição, conforme constatado durante a realização das entrevistas e verificado na fase da análise documental. Por sua vez, é importante ressaltar que uma instituição pública possui funções estabelecidas e resultados que devem ser alcançados da forma mais adequada e eficiente possível, desse modo, é de fundamental importância que os órgãos públicos estejam muito bem estruturados e coordenados em seu ambiente organizacional, sobretudo no que diz respeito aos seus processos internos.

Sendo assim, a situação verificada na instituição não se aproxima daquilo que Araujo (2011) define sobre o mapeamento de processos, que é o desenho dos processos e representações gráficas que possibilitam a análise processual, em virtude das informações que disponibilizam a respeito das atividades, setores e profissionais envolvidos na execução dos processos, bem como a integração entre todos os processos realizados.

Em seu Art. 5º, o Decreto estabelece que as IFES devem fixar mecanismos de acompanhamento e de avaliação do PNAES, com a finalidade de verificar se os objetivos dos programas estão sendo alcançados. Dessa forma, por meio do recorte da fala dos entrevistados E1, E3, E4, E5 e E6, foi possível identificar que os mecanismos de acompanhamento e avaliação da política são insuficientes e deficientes no que se refere a sua formalização:

O que existe é o acompanhamento do recurso. [...] Nós estamos com um fórum instalado e ontem nós fizemos uma aprovação de minuta de regimento de regulamento para esse fórum, com a ideia que permanentemente a gente possa se reunir, pelo menos uma ou duas vezes por ano, para discutir essa política, ver o que tem funcionado ou não com mais assiduidade, e não esperar seis anos como nós esperamos, desde de 2012, quando a política foi criada. Até hoje, nunca houve reformulação, nem revisitação e nem nada do tipo [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

A própria comissão que atua nos programas é que se encarrega de fazer essas avaliações. A gente sempre solicita às comissões que avaliem o ano anterior acerca dos resultados obtidos, para que as correções necessárias sejam realizadas no ano atual. Ou seja, 2017 é referência para 2018 e assim sucessivamente. Então a própria comissão faz esse estudo (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018. Grifo do autor).

Que eu tenha conhecimento, não há esses mecanismos de acompanhamento e avaliação da política (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Como um todo, assim... ainda não. Eu não tenho conhecimento das formalizações desses mecanismos (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Formalizados eu diria que não. Pelo menos durante as minhas atividades, eu faço acompanhamento dos estudantes que participam do Programa Bolsa Permanência e também dos que participam do auxílio financeiro, mas eu faço isso baseado na atuação de outras assistentes sociais do IFPE, as quais têm mais experiência do que eu e que desenvolvem essas atividades (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

De modo geral, a partir das falas dos entrevistados, foi possível observar que são poucos os mecanismos de acompanhamento e de avaliação existentes, bem como os dispositivos legais que possibilitam a utilização deles é quase que inexistente, resumindo-se apenas ao que é contemplado nos editais de seleção e ao que está previsto de forma superficial na formalização da política.

Além disso, chamou a atenção o fato da política está há mais de seis anos sem passar por um processo de análise e atualização, conforme apontado pelo Entrevistado 1, apresentando assim um forte indício de ausência da etapa de avaliação dessa política pública.

Ao serem indagados sobre a realização de ações de acompanhamento da política, os entrevistados apresentaram informações distintas:

Eu posso falar a partir da perspectiva do fórum. Os grupos estão revisitando o texto atual da política, neste momento, hoje e amanhã, e a partir daí nós vamos ter os momentos de trabalhos continuados, que visam reconhecer esse texto na nova modalidade, verificar a viabilidade desse texto. Então é uma forma de execução do que está nesse texto e também uma forma de acompanhamento, e também a própria existência do fórum possibilita ter uma aproximação do acompanhamento da política na medida em que constantemente, pelo menos duas vezes por ano, nós vamos ter debate sobre ele, certo? Então eu acho que, para o momento, são as estratégias de acompanhamento que a gente tem, porque até então, de 2010 até 2018, nós ficamos meramente com a execução, e agora não. Para além da execução, tem esse momento de debate (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Não. Ainda está se programando a reformulação dessa política. Em relação ao acompanhamento, eu não tenho conhecimento da realização do monitoramento dessa política (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Não, não é realizado o acompanhamento. Pelo menos eu percebo que as pontas aqui são um pouco soltas. Cada profissional... pelo menos aqueles que deveriam compor a equipe multiprofissional, atuam de forma muito individualizada. Nós nos comunicamos, mas depende muito da nossa percepção. Por exemplo: quando eu percebo que preciso da atuação da Pedagoga, eu vou e entro em contato com ela, mas não há nada formalizado ou articulado, nem mesmo um fluxo que permita essa nossa comunicação oficial (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

Acompanhamento... eu acho que isso aí diz mais respeito a ter o *feedback* desses benefícios, não é? Têm uns relatórios que eles fazem diante do benefício eventual, onde os alunos têm que prestar contas daquele dinheiro que foi investido neles (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Com base na fala dos entrevistados, foi possível constatar que não é realizado de forma adequada e efetiva o acompanhamento das ações da política, uma vez que as atividades nesse sentido são executadas muitas vezes de forma isolada e sem quaisquer fluxos processuais formalizados entre as unidades organizacionais envolvidas. Além disso, há uma preocupação maior em realizar o acompanhamento da execução orçamentária dos recursos do PNAES ao invés de haver uma ênfase na gestão e nos resultados dos programas.

A situação verificada se distancia daquilo que Nogueira (2002) entende sobre monitoramento, o qual é um processo sistemático e contínuo para produzir informações sintéticas que permitam ou viabilizem a rápida avaliação situacional e a intervenção que confirma ou corrige as ações monitoradas. Além disso, apenas são realizadas avaliações regulares dos perfis dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência, não sendo realizadas estas mesmas ações avaliativas em relação aos demais programas da política.

Os recortes das entrevistas que possibilitaram esta análise temática foram:

Sim, semestralmente. No tipo da vulnerabilidade, eles passam todos pela análise do serviço social. [...] No caso de pesquisa, extensão e ensino, as próprias pró-reitorias é que criam os seus próprios mecanismos de controle [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Realmente a nossa Assistente Social realiza essas avaliações e faz muito bem, por sinal. É um acompanhamento que rigorosamente ela faz isso. Em relação à frequência, o que eu sei é que ela, se não me engano, duas ou três vezes ao ano, ela realiza essas avaliações (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Através dos editais, existem os pré-requisitos. Então quem se enquadra nos pré-requisitos, os benefícios são aprovados e quem não, as concessões de bolsas são indeferidas. Desse modo, quando o edital é lançado, são realizadas essas avaliações de perfis. Em relação ao modelo de avaliação, cada programa tem o seu, como por exemplo, os programas de monitoria e de bolsa permanência (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018. Grifo do autor).

Sim. No mínimo duas vezes ao ano, mas é porque é algo necessário para as seleções do Programa Bolsa Permanência. [...] Em relação à existência de modelo de avaliação, não há. O que nós temos é apenas um questionário socioeconômico e uma lista com documentação que é padronizada para todos os *campi* (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Essa deficiência no processo de avaliação do público-alvo da política é algo que confronta a importância que Faria (2005) atribui à avaliação, a qual segundo o autor, possui as funções básicas da informação, da realocação e da legitimação, sendo possível diferenciar pelo

menos quatro tipos de utilização dela: instrumental, conceitual, como instrumento de persuasão e para o “esclarecimento”.

Associado ao processo de monitoramento e avaliação está a prestação de contas, que é o conjunto de informações e documentos que tem por finalidade oferecer transparência as ações realizadas por alguma entidade, referindo-se não apenas à comprovação da boa e regular utilização dos recursos recebidos, mas também da responsabilidade que lhes foram transferidos, sejam eles originados da sociedade, da iniciativa privada ou do poder público.

Nesse aspecto, de acordo com as falas dos entrevistados E1, E3, E6, E7 e E8, são realizadas prestações de contas de alguns programas por parte dos beneficiários. Além disso, são elaborados e apresentados relatórios anuais de gestão, os quais contemplam dados do PNAES:

Existe um relatório que nós consideramos como um relatório de gestão. Existe também a própria prestação de contas que cada *campus* tem que realizar anualmente, para fins de auditoria e de controle interno também [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

As comissões de cada programa, no final das atividades e de cada ano, elaboram e entregam relatórios para a DEPEX. Em relação à prestação de contas por parte do estudante, no caso da monitoria, para ser concedido o recurso financeiro é necessário ser elaborado e entregue um relatório específico contendo as atividades realizadas durante determinado período (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

[...] apenas o Programa Benefício Eventual exige a realização de relatório de prestação de contas por parte do beneficiário, depois que o mesmo for atendido. [...] Já com relação ao Bolsa Permanência, eles não têm que prestar contas, mas existe uma exigência de uma certa porcentagem de frequência para que os estudantes recebam o auxílio e esse critério também serve para o Programa Auxílio Financeiro (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

Sim. Pelo menos eu já presenciei sendo elaborado relatórios dessa natureza, sobretudo pela Assistente Social. (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Eu não posso te responder com certeza, senão eu ficaria no achismo. Assim, eu informo que não tenho conhecimento (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

De modo geral, a partir das entrevistas realizadas e da análise documental, percebe-se que são realizadas prestações de contas referentes aos principais programas da política, havendo formulários específicos para essa atividade, bem como a análise dos respectivos responsáveis, contudo, há iniciativas da política que não exigem a prestação de contas dos recursos concedidos, sendo essa situação uma fragilidade perante os órgãos de controle interno e externo (Tribunal de Contas da União, Controladoria-Geral da União e Auditoria Interna).

Com base na análise documental e a partir do que foi apresentado pelos entrevistados, constatou-se que não há um banco de dados que ofereça subsídios acerca do monitoramento dos programas. Desse modo, o controle é realizado de forma precária, apenas com o auxílio de planilha de dados:

Esse banco de dados está em construção, justamente porque nós tínhamos os benefícios do ponto de vista do atendimento. Nós tínhamos os registros dos atendimentos, de saber de fato quanto foi utilizado e quanto foi a quantidade de alunos beneficiados, mas isso de uma forma bem generalizada (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Não. Nós temos o controle sendo realizado pelas comissões. Em relação ao livre acesso às informações, isso é observado apenas no sistema Q-Acadêmico, que está vinculado ao Programa Bolsa Permanência, por meio do qual o Professor, o Coordenador de Curso e os pais dos estudantes, possuem acesso [...] (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Existe. Mas, apenas na Diretoria de Assistência ao Estudante do IFPE (DAE). No *campus* não existe (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

O monitoramento que existe é realizado pela DAE. Pelo menos duas vezes ao ano, que é no final do primeiro semestre e também do segundo semestre. A DAE pede para que cada *campus* apresente dados dos programas que foram executados (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Em relação ao acesso às informações que existem, o mesmo é restrito aos servidores que atuam diretamente nos programas, não existindo base de dados disponíveis para consultas no sítio eletrônico da instituição, conforme foi constatado na análise documental.

Os resultados evidenciam que o IFPE *Campus* Belo Jardim não processa e armazena de maneira adequada os seus dados, os quais poderiam gerar informações valiosas para o processo de monitoramento dos programas da política. Nesse aspecto, é importante ressaltar que esse cenário vai de encontro com a definição de sistemas de informação apresentadas por Almeida et al (2007), os quais são formados por um conjunto de componentes inter-relacionados, cujo objetivo é coletar dados e informações, manipulá-los e processá-los para em seguida dar saída para novos dados e informações.

Um importante questionamento a ser realizado com o objetivo de verificar os resultados dos programas vinculados à política é: os estudantes que foram identificados como vulneráveis socioeconomicamente, ao receber benefícios do Programa PNAES, têm qual desempenho quando comparados aos que não recebem o benefício? A identificação das características socioeconômicas dos estudantes, em conjunto com o seu desempenho acadêmico em uma IFES, é de fundamental importância para a realização do monitoramento do PNAES.

Desse modo, a partir das falas dos entrevistados, foi verificado que o acompanhamento dos beneficiários é realizado de forma incipiente, assim como os casos de evasão e retenção:

Hoje existe uma equipe, uma comissão aliás, instituída por portaria pela Reitoria, que tem feito o acompanhamento de casos de evasão e retenção no IFPE. Essa comissão é sistêmica e tem visitado todos os *campi* e tem se reunido com as direções de ensino, com os professores, com os alunos e com a secretaria. Então, esse trabalho de retenção e evasão está em fase de andamento (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Parcialmente... nós não temos um acompanhamento pleno não. Mas, o ideal é fazer um acompanhamento pleno. Nós temos um acompanhamento parcial. Então aquele estudante do Programa Bolsa Permanência, que a gente constata que está faltando muito, nós buscamos identificar por qual motivo a frequência dele está baixa e se os números permanecem abaixo do esperado, a bolsa é cortada. No caso da monitoria, aqueles estudantes que não têm a frequência ideal e que não contribui com as atividades e os trabalhos, a bolsa também é cortada [...] (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

No programa bolsa permanência é acompanhada a frequência. Por exemplo, se o estudante possuir mais de 50% de falta, essa bolsa não é renovada (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Eu não afirmaria que o rendimento acadêmico dos alunos beneficiários é acompanhado. A única coisa que é feita é esse controle de frequência, que eu vejo mais com o intuito punitivo do que com o objetivo de promover de fato uma permanência na instituição. Para que o estudante fosse realmente acompanhado, teria que ter a participação mais direta das áreas pedagógica e psicológica do *campus*, para fazer um acompanhamento mais integral [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

Isso é realizado de seis em seis meses, quando é feito o processo de renovação do Programa Bolsa Permanência [...] (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Sim, através do sistema Q-Acadêmico e dos Conselhos de Classe. E sempre eram identificados casos de evasão e retenção de alunos beneficiários (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Com base nos discursos acima, percebe-se que tanto as análises do desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários e não beneficiários, quanto dos casos de evasão e de retenção, não são realizadas de forma adequada, regular e tempestiva pela instituição, situação esta que evidencia uma relevante fragilidade que vai de encontro ao processo de monitoramento, que Shapiro (2007) define como uma coleta sistemática e uma análise da informação sobre a forma que um projeto avança, de modo a melhorar a eficiência e a eficácia de um projeto ou programa.

Ao serem indagados sobre a ampliação das ações de assistência estudantil na medida em que houve aumento de estudantes na instituição, os entrevistados foram unânimes ao

afirmarem que as ações do PNAES não acompanharam o mesmo ritmo de ingressos de estudantes na instituição:

Não. Hoje a assistência estudantil e os *campi* de uma forma geral, de acordo com a situação de estudantes que nós temos, o investimento é comparado ao investimento que era realizado em 2012 [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Não. Não houve um aumento de investimento na área de assistência estudantil não, mesmo tendo ocorrido o aumento de alunos na instituição. Temos tido anualmente um aumento gradativo de estudantes, mas em termos de recursos eu acho que está praticamente estacionado (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Não, inclusive ocorreu o contrário: houve uma diminuição. O valor é o mesmo desde o início do programa (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Eu diria que não. Pelo menos aqui no *Campus* Belo Jardim, nós não temos problemas para atender todos os estudantes que estão no perfil e que apresentam a documentação correta. No entanto, de acordo com relatos de outras colegas assistente sociais, em outros *campi* do IFPE, eles não conseguem atender na totalidade os estudantes [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Não. Esse processo não acompanhou o aumento de estudantes na instituição (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Ao longo desses últimos, com certeza seria necessário ter tido o aumento das ações de assistência considerando a ampliação do número de estudantes. Especialmente nesses últimos anos, quando é sabido que aconteceu cortes de orçamento também no âmbito da assistência estudantil (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Desse modo, deduz-se que a abrangência das ações da política ficou comprometida e limitada no atendimento do seu público-alvo, uma vez que houve o aumento de ingresso de estudantes, no entanto, não ocorreu de forma proporcional a ampliação dos recursos orçamentários na instituição.

Um aspecto positivo em relação aos programas é que há critérios estabelecidos para a exclusão de beneficiários que não cumprem com as contrapartidas e condições fixadas pelos editais de seleção, pelo Decreto nº 7.234/2010 e pela política, conforme podemos observar nos recortes das falas dos entrevistados:

Uma vez que a gente não consegue atender a totalidade dos alunos, a gente estabelece critérios que geram uma lista de contemplados e consequentemente quem não foi contemplado, está fora do programa naquele semestre ou possivelmente naquele ano [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Com certeza. As vezes há algum problema disciplinar com algum aluno que não está cumprindo as regras da instituição, por exemplo, e de acordo com os

critérios do programa, ele pode vir a ser excluído (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Os critérios internos vão depender do tipo de programa, não é? Como por exemplo, a Monitoria, na qual se o estudante não frequentar as aulas e não desenvolver as atividades programadas pelo respectivo Professor, a sua bolsa é cortada. Em relação ao Bolsa Permanência, é apenas a frequência. O PIBIC e o PIBEX, além da frequência, é necessária a realização de diversas atividades para que haja a permanência no programa. Em relação à utilização do Refeitório, não há critérios para o cancelamento da oferta de refeições, basta o estudante estar no *campus* e se dirigir até as devidas dependências, desde que seja estudante do ensino integrado, o qual possui direito integral à alimentação (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Eu não conheço esses requisitos do PNAES, mas os casos de exclusão aqui dos nossos programas, pelo menos do Bolsa Permanência, é ter frequência inferior a 75% e também ser reprovado em mais de 50% das disciplinas cursadas no semestre anterior (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Que eu me lembre, a exclusão era só devido à questão da frequência. Eu também lembro que havia a exigência do rendimento, mas eu creio que isso não era motivo para ele perder, mas a frequência era sim (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

No entanto, observa-se que as contrapartidas exigidas para os beneficiários ainda são incipientes, havendo uma ênfase maior na necessidade de cumprimento de critérios para o ingresso no programa do que para a manutenção do benefício concedido. Constatou-se que a maior parte dos programas específicos, cuja ênfase está nas situações de vulnerabilidade social, não exige serviços ou atividades como forma de compensação pelo recurso recebido, situação essa que os órgãos de controle geralmente realizam recomendações, por se tratar do uso de recursos públicos sem que haja de forma efetiva o cumprimento das devidas condicionalidades pelos beneficiários.

Ainda em relação ao monitoramento dos auxílios que são concedidos aos beneficiários, os entrevistados apresentaram informações distintas sobre esta ação:

A gente sempre faz esse acompanhamento naquele tempo que eu tinha informado e existem permanentes reuniões com os coordenadores para saber da situação dos campi, de forma que tem momento que um campus A, B ou C precisa de um aporte orçamentário e a DAE, tendo também esse recurso disponível, chega junto e auxilia, descentralizando assim esse recurso demandado (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Esse acompanhamento é realizado através de planilhas, observando os resultados obtidos pelo programa. Realmente, a nossa Assistente Social busca informações dessa natureza junto aos beneficiários dos programas, utilizando sobretudo planilhas de organização de dados (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

A utilização dos recursos não é acompanhada, mas nós sempre buscamos orientar que o estudante utilize o recurso para a sua permanência no campus, transporte e material didático, sobretudo os beneficiários do Programa Bolsa

Permanência. No entanto, nós entendemos que muitas vezes o estudante usa esse recurso até mesmo para a sua sobrevivência, como por exemplo, o estudante que auxilia no custeio de despesas da sua família (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018. Grifo do autor).

Como já mencionei anteriormente, não é realizado monitoramento. Apenas no caso dos programas bolsa permanência e auxílio financeiro (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Não que eu saiba. Pelo menos eu desconheço que exista esse monitoramento. A única prestação de contas que eu faço é de fato para a Diretoria de Assistência Estudantil do IFPE, quando ela solicita, mas aqui no *campus* não há esse monitoramento (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Sim, através dos relatórios que são elaborados pelos estudantes, devido ao recebimento de auxílio financeiro. Então, uma vez que é liberada a verba, tem que existir o *feedback* de como esse recurso foi utilizado (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Não, não sei te informar. Não tenho como te responder isso (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

A partir das falas dos entrevistados E1, E3 e E5, é possível constatar que o monitoramento que é realizado diz respeito apenas aos recursos que são distribuídos aos *campi* do IFPE, por parte da Reitoria. Ou seja, o acompanhamento acerca do uso dos recursos por parte dos beneficiários não é uma ação estabelecida formalmente e realizada pelos atores institucionais, sobretudo pelo fato das prestações de contas exigidas serem relativamente simples e sem a presença de muitos detalhamentos e documentos comprobatórios.

Essas evidências não estão alinhadas com os argumentos de Vaitsman *et al* (2006), o qual defende que somente por meio do fortalecimento de uma cultura de transparência e prestação de contas na administração pública e através da utilização dos resultados da avaliação e monitoramento para melhorar o desempenho das políticas públicas, será possível realizar a aplicação dos recursos públicos de maneira mais eficaz e eficiente.

De acordo com Jannuzzi (2002), a existência de um sistema amplo de indicadores sociais relevantes, válidos e confiáveis com certeza potencializa as possibilidades de sucesso do processo de formulação e implementação de políticas públicas, na medida que possibilita, a realização de diagnósticos sociais, monitoramento de ações e avaliações de resultados mais abrangentes e tecnicamente mais bem respaldados.

Em relação a essa temática, a maior parte dos entrevistados afirmou que não são utilizados indicadores para cada programa do PNAES:

Não. Não utiliza (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Não. Pelo meu conhecimento, não há esses indicadores dos programas. Acredito que não existem (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Não. Não possuo informações acerca da existência e utilização de indicadores de acordo com a natureza de cada programa (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Não. Não são utilizados nenhum tipo de indicador. Pelo menos, não que eu saiba (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Isso aí eu não tenho conhecimento. Não te informar precisamente (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Com base nos discursos acima, infere-se que a instituição não estabelece como atividade a construção de indicadores para a realização de diagnóstico, monitoramento e avaliação dos programas de assistência estudantil, os quais poderiam subsidiar o processo de monitoramento das ações do PNAES na instituição.

No entanto, os entrevistados E1, E2 e E8 apresentaram em suas falas alguns contrapontos e afirmaram que são utilizados indicadores, porém, mostraram-se pouco consistentes:

Existem os critérios de seleção do estudante para os programas e através do estabelecimento desses critérios, eles acabam fornecendo filtros, que para nós são indicadores, entendeu? [...] Inclusive o planejamento anual é realizado utilizando como indicador o que foi construído e executado no ano anterior. Então, a execução também se torna um indicador para nós pensarmos o nosso planejamento para além do que já está estabelecido, porque por exemplo: o IDH da cidade, o número de matrículas e a questão dos pesos de cada curso, segundo a lógica institucional do MEC, são indicadores formais, mas eu digo para além daquilo que já está estabelecido pelo Governo, há outras estratégias que a gente usa para poder dividir o dinheiro de uma forma a garantir a isonomia de todos os *campi* (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Eu acredito que sim. Nesse momento, eu não consigo especificar mais ou exemplificar, mas, eu acredito que tem, com certeza (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Sim, utilizava. Não sei listá-los nesse momento, mas tinha sim a utilização desses indicadores (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

As falas dos entrevistados acima evidenciam o desconhecimento sobre o conceito de indicadores e conseqüentemente, estão desalinhadas como a definição apresentada por Mourão (2007), a qual explica que é importante a definição de indicadores para a avaliação de programas sociais, os quais devem ser objetivamente mensuráveis ou verificáveis, para de fato possibilitar a avaliação dos resultados obtidos.

4.2.2.2 Categoria II: entendimento sobre o monitoramento dos programas de assistência estudantil

Na categoria “entendimento sobre o monitoramento dos programas de assistência estudantil”, percebeu-se que a relevância está associada às unidades de significado: 1) presença de critérios para manutenção dos benefícios; 2) ausência de critérios específicos de contrapartidas; 3) ausência de ações coordenadas entre os atores institucionais; 4) importância de avaliar os resultados dos programas; 5) deficiências na estrutura de pessoal; 6) inexistência de dispositivos legais para o monitoramento; 7) ênfase na implementação e 8) inexistência de avaliação da política.

Em relação à percepção sobre os principais programas da política, a maior parte dos entrevistados considera o programa Bolsa Permanência como o benefício indispensável para a permanência dos estudantes na instituição. Essa análise foi realizada com base nos seguintes recortes das falas:

Eu penso que o investimento no programa Bolsa Permanência é um dos principais objetivos que a gente tem, porque de fato, quando falta a bolsa permanência, o aluno fica sem condições de ter um transporte para poder vir para a escola. As vezes ele vem, mas se não tiver o bolsa permanência, ele não tem o dinheiro para o lanche, enfim, penso que o bolsa permanência é estratégico e deve existir e ser reformulado na medida em que esses valores, não só por serem baixo, a gente também não tem um controle específico [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

O Programa Bolsa Permanência, a oferta de alimentação através do Refeitório e o Programa Moradia, sobretudo para a permanência dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária, uma vez que cerca de 80% dos estudantes desse curso usufruem desses programas e recursos (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Sem ter uma ordem de importância, eu citaria os programas de moradia, de alimentação, o bolsa permanência e o programa de auxílio financeiro (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

De acordo com o perfil aqui do *campus*, eu diria que a moradia, principalmente a moradia para os estudantes do Curso Técnico em Agropecuária e o Bolsa Permanência [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

O auxílio moradia e o programa Bolsa Permanência, na realidade. Esses são os principais, ao meu ver (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Os discursos dos entrevistados evidenciam a importância que o Bolsa Permanência tem, por se tratar de um amplo programa de assistência aos estudantes regularmente matriculados nos cursos presenciais do IFPE, que estejam em situação de vulnerabilidade social ou financeira, criado para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas e oferecer

igualdade de oportunidades no desempenho das atividades escolares/acadêmicas, por meio da concessão de diversas formas de auxílio financeiro para o custeio de transporte, creche, alimentação, moradia, entre outras necessidades (IFPE, 2018).

Um aspecto positivo observado na política, foi a ocorrência de desligamentos de beneficiários que descumprem condicionalidades e/ou contrapartidas dos programas, conforme mencionado pela maioria dos entrevistados:

Já ocorreu (o desligamento), no sentido dos critérios mínimos para o atendimento aos programas. Então, por exemplo, a frequência no caso de questões de vulnerabilidade é o único critério que se exige para a permanência da bolsa [...] Então, nesse sentido já houve um desligamento, mas há o desligamento quando não se tem o mínimo exigido para permanecer recebendo o recurso (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Já houve sim, inclusive, vários. Em relação ao programa Bolsa Permanência, por não ter preenchido os requisitos (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

[...] já ocorreu em caso de seleção do Bolsa Permanência, justamente desses estudantes que não alcançaram o rendimento ou que não estavam matriculados em pelos menos três componentes curriculares ou que reprovaram mais de 50% do período anterior (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Os dados acima demonstram que são realizadas ações de acompanhamento, quando há previsão legal nos editais de seleção dos programas, com a finalidade de verificar se as condicionalidades estão sendo cumpridas pelos beneficiários, no entanto, com base na análise documental realizada, verificou-se que os critérios de desempenho acadêmico estabelecidos em relação às disciplinas dos cursos, com vistas à manutenção das bolsas e auxílios concedidos, não são uniformes na política.

Em relação ao processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da política, a partir da análise das falas dos entrevistados, observa-se que é algo ainda pouco disseminado e conhecido por aqueles que lidam diretamente com os programas, conforme podemos observar nos recortes das falas:

[...] O Fórum de Assistência Estudantil hoje é um espaço estratégico de gestão, justamente para poder tornar essa política mais dinâmica e mais próxima da realidade. Eu penso que, somente a partir de agora é que a gente consegue, talvez, vislumbrar elementos que numa outra oportunidade essa pergunta seria respondida com mais facilidade [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Aí aparece a atuação da DAE. Geralmente eles estabelecem contato conosco para verificar como está o andamento dos programas [...] Posso afirmar que a DAE é quem lidera todo esse processo a nível de IFPE como um todo,

sobretudo nas questões relativas aos editais de seleção (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Todo esse processo é organizado e executado pela DAE lá na Reitoria do IFPE. Ela conduz todos os procedimentos (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Hoje, tudo isso está sob responsabilidade da DAE. São eles que organizam tudo, desde essa proposta que temos agora, de reformulação da política de assistência estudantil do IFPE, até a construção dos editais de seleção do Bolsa Permanência, que é o principal programa executado pela instituição [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Não. Infelizmente não tenho conhecimento. O processo é bem complexo (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

São quatro coisas distintas e inclusive essa política está sendo reformulada em breve. Bem, considerando informações que obtive com colegas de outros *campi*, uma vez que eu não participei diretamente da elaboração, ela é realizada contando com diversas representações dos *campi* e é formado algo semelhante a um grupo de estudos, composto de profissionais que trabalharão no processo de elaboração, em especial: Psicólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais e Professores, sobretudo os de educação física [...] (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018. Grifo do autor).

Desse modo, percebe-se que a maior parte dos entrevistados demonstra não conhecer de modo consistente a forma que é realizada esse processo e simultaneamente, atribui praticamente toda a responsabilidade pelas ações à DAE, quando na realidade, o *campus* tem papel preponderante nas etapas do processo. Um aspecto relevante é a realização anual do Fórum de Assistência Estudantil, mencionado pelo Entrevistado 1, que é um momento de estudo, análise e reformulação da política de assistência estudantil do IFPE, com a participação de convidados, estudantes, representantes dos Grupos de Trabalho (Assistente de Alunos, Serviço Social, Pedagogia, Professores de Educação Física, Psicologia, Nutrição, outras áreas de atuação) e demais servidores, bem como Gestores da Reitoria e dos *campi*, todos em prol da permanência e do êxito discente na instituição.

Ao serem indagados sobre a importância de ser realizado o monitoramento dos programas, os entrevistados foram unânimes ao afirmarem que é de fundamental importância a realização de ações visando o acompanhamento contínuo ou periódico dos mesmos, verificando o cumprimento de metas e objetivos:

Primeiro a fidelidade ao que se propõe na própria política. A questão do acompanhamento não é simplesmente no sentido de atender a uma fiscalização, por exemplo. Claro que a gente trabalha de uma forma organizada, mas a fiscalização não é a finalidade da nossa atividade. Então nesse sentido, eu posso te dizer que é mais uma questão de avaliação de gestão ou de trabalho e aí a questão do acompanhamento da política e de repensar essa política, são feitos em consonância com esse propósito de sempre estar se avaliando para procurar um melhoramento e ao mesmo tempo ter como

consequência o atendimento às demandas externas no caso, que seriam os órgãos de controle e assim por diante [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Eu vejo com melhores olhos a realização de acompanhamentos contínuos, porque o resultado deve ser mais efetivo. Se você faz um acompanhamento periódico, algumas observações podem deixar de serem realizadas, por não ser feito um monitoramento continuado das ações [...] (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Eu acredito que o acompanhamento vai proporcionar um melhor gasto dos recursos da assistência estudantil e poderá alcançar um público maior. Você pode tirar e deixar de dar assistência a um estudante em detrimento de outro. Pode ter estudante que receba vários auxílios, por falta de monitoramento, sendo que um recebe muitos e outros não recebem nada ou pouco (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Eu acho que o principal é saber se o programa está realmente contribuindo para a permanência do estudante, porque se ele não está, nós temos que reavaliar os programas e criar estratégias para que ele alcance o seu objetivo, porque não adianta nada nós termos vários programas e no final eles não atenderem os estudantes e os mesmos não conseguem concluir os seus cursos e voltar para casa sem o diploma (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

[...] uma vez que se lida com dinheiro, a gente vai lidar com pessoas que tem uma boa índole e uma má índole. Então, pessoas que realmente vão pegar o dinheiro porque realmente necessitam e pessoas que vão pegar o dinheiro para usar com coisas supérfluas (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018. Grifo do autor).

Apesar de todos os entrevistados afirmarem que é importante a realização do acompanhamento contínuo ou periódico da execução dos programas, a relevância evidenciada nas falas não é traduzida na prática organizacional de forma consistente e alinhada com o que a autora Rua (2009) preconiza, por exemplo, sobre a avaliação e o monitoramento de políticas públicas, que para ela são etapas fundamentais para a análise contínua dos processos, programas, resultados e impactos das ações realizadas, sendo imprescindíveis para aperfeiçoar a formulação das políticas, em busca de melhores decisões e de aprimoramentos gerenciais.

O Decreto nº 7.234/2010 estabelece que as IFES devem fixar mecanismos de acompanhamento e de avaliação do PNAES, no entanto, nem todos os entrevistados possuíam conhecimento acerca dessa determinação legal:

Sim, tenho consciência. Isso as vezes é um pouco delicado justamente porque quando o Decreto pensa numa realidade e deixa a outra de uma forma muito... vamos dizer assim, como apêndice, ele acaba de alguma forma não sendo... vamos dizer assim, justo com toda a abrangência que ele mesmo se propõe. Então, eu penso que nesse sentido a gente entende que o Decreto, sobre a questão do acompanhamento e da avaliação, é necessário não só por ser um Decreto, mas acerca de qualquer diretriz que venha nortear a nossa ação, mas a gente também entende que ele deixa muito... vamos dizer assim, subjetivo, do ponto de vista institucional, esses elementos de acompanhamento e de avaliação (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Não. Confesso que é a primeira vez que estou ouvindo falar desse decreto que regulamenta esse acompanhamento. É tanto que, pela falta de acompanhamento, a gente não tem nem conhecimento dessa legislação, até porque a nossa área não se detém ao acompanhamento eficaz da execução dos programas (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Não. Não sabia dessa obrigação por parte das instituições, contemplada no decreto (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Tenho conhecimento sim acerca dessa determinação (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

A maioria dos entrevistados possui conhecimento sobre a necessidade legal das IFES fixarem mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, no entanto, um aspecto que chama bastante a atenção foi apresentado pelo Entrevistado 1, quando o mesmo afirma que os IFs fazem parte do PNAES, através do Decreto, como uma espécie de “apêndice” do programa, considerando que eles foram incluídos na legislação que até então atendia apenas as universidades, bem como destaca que o próprio Decreto é muito vago em relação aos dispositivos legais que devem embasar a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação dos programas.

Arelada ao Decreto, a política de assistência estudantil do IFPE deve ser gerenciada por uma equipe multiprofissional, a qual é constituída de Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, dentre outros profissionais, que de acordo com a competência de cada um, exercerá suas atribuições relativas aos Programas que constituem a política. Essa equipe deve ser designada por Portaria, emitida pela Direção-Geral de cada *campus*, cabendo a referida equipe apresentar à DAE, relatório anual dos resultados das ações empreendidas, propondo reordenamentos de ações, quando necessários, a fim de fortalecer as ações desenvolvidas ou redefinir estratégias de ação, com vistas a assegurar os objetivos da política.

Desse modo, ao serem indagados sobre a existência dessa equipe na instituição, os entrevistados apresentaram percepções distintas sobre a atuação da mesma:

Parcialmente, certo? Os *campi* mais antigos nós temos esta equipe de forma mais completa. Nos *campi* da expansão II existem parcialmente e nos da expansão III é praticamente inexistente. Esta equipe multiprofissional ainda não existe, justamente porque tem *campus* que tem uma área, mas não tem as outras [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Nós temos sim a Equipe Multiprofissional, inclusive nesses próximos dias nós estamos atualizando a comissão e nessa atualização nós vamos reunir o pessoal e vamos discutir a atribuição que cada um teria [...] (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Na verdade, não existe uma portaria (ato administrativo formal) dessa equipe. Esses profissionais que atuam de forma independente e isolada. Não há uma

comissão formada para gerenciar a política no *campus* (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Aqui no *campus*, nós temos os profissionais que deveriam formar essa equipe multiprofissional, mas essa equipe não é constituída de forma oficial aqui no *campus*. Eu acredito que existe uma portaria (ato administrativo da Direção-Geral) bem antiga, da época que eu ainda não atuava aqui, a qual possui o nome da antiga Assistente Social e da antiga Psicóloga e até de uma Pedagoga que também já não está mais no *campus*. O fato é que de maneira formal, nós não temos uma equipe multiprofissional. E percebo que nós trabalhamos muito individualmente, por exemplo: se eu tenho uma proximidade maior com a Psicóloga, é mais uma questão de relacionamento pessoal, que eu sei que se eu for até ela precisando de algum apoio, ela vai me atender bem e eu poderei encaminhar para ela algum estudante que eu identifiquei que possuía alguma necessidade de acompanhamento psicológico. Da mesma forma acontece com a Pedagoga, porém não tem nada formalizado. Nós não nos reunimos e inclusive a pedagogia hoje não está dentro da assistência estudantil [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

Sim. Em relação às atribuições gerais, de forma bem resumida são: identificar e tentar resolver da melhor forma possível as necessidades dos estudantes (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Possui sim. Essa equipe multiprofissional atuava especialmente próximo dos estudantes que necessitavam dos recursos disponibilizados pelos programas [...] (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Diferentemente de outros *campi* do IFPE, o *Campus* Belo Jardim possui todos os profissionais que são habilitados a compor a equipe multiprofissional, no entanto, de acordo com os achados da pesquisa, a mesma não atua de forma conjunta e organizada, bem como o ato administrativo que a constituiu está desatualizado, o qual foi formalizado no ano de 2014 e os seus membros não mais atuam na instituição. Tal situação implica diretamente na gestão dos programas do PNAES, bem como interfere no monitoramento das ações, uma vez que os profissionais dessa equipe são os responsáveis pela condução dos programas ofertados aos beneficiários, conforme consta no escopo da política.

Ainda em relação à atuação da equipe multiprofissional, mais especificamente sobre a elaboração e apresentação de relatório anual dos resultados das ações implementadas, foi verificado que o mesmo não é elaborado e apresentado de acordo com o que está estabelecido na política, conforme foi destacado pela maioria dos entrevistados:

Há uma provocação da Reitoria... da DAE especificamente, em relação a isso, mas não do ponto de vista de uma ação convocatória e sim, de uma ação de convite. Então, nós temos *campi* que conseguem prestar contas nesse sentido e outros que não conseguem chegar junto ao ponto de termos essas ações (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Como eu mencionei, a última equipe multiprofissional foi constituída em 2014 e desse período até 2018, a comissão não estava atuando como deveria. Então, nós estamos reorganizando para que sejam iniciadas as ações que devem ser

executadas, como por exemplo, o acompanhamento das atividades dos programas, dentre outras (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Sim. Como falei anteriormente, a equipe mesmo atuando de forma independente, elabora esse relatório. O relatório é divulgado para a comunidade acadêmica do *campus* (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

[...] em relação a minha parte, todas as informações eu encaminho diretamente para a DAE e, principalmente em cada final de processo seletivo, nós costumamos nos reunir e caso tenhamos oportunidade, nós apontamos os pontos negativos e positivos do processo seletivo que a gente acompanhou [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Sim e não. Porque eu tenho conhecimento das atividades da Assistente Social por ter convivido com ela e trabalhado há um certo tempo no mesmo ambiente físico de trabalho e ela fazia muitos relatórios (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Eu não sei te informar (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Desse modo, verifica-se o descumprimento de um dos dispositivos legais da política, bem como a não realização de ações relacionadas à *accountability* da política, uma vez que há prejuízos nas análises que permitem que os resultados de investimentos públicos do PNAES sejam julgados com base em evidências empíricas.

No tocante à existência de ações claras e objetivas na política de assistência estudantil, visando a realização do acompanhamento dos programas ofertados, os entrevistados apresentaram entendimentos distintos:

Então, o bolsa permanência por ter sido uma norma técnica e criada posteriormente à política, a normativa traz essas informações mais detalhadas. Naquele documento inicial, no texto de 2010, nós não temos essas ações de forma tão clara, sendo que em alguns momentos são evidentes e em outros não. Inclusive, já faz 8 anos que essa política foi criada e até então ela não tinha sido revisitada e os *campi* foram criando mecanismos dessa natureza de forma muito autônoma e muitas vezes sem dialogar uns com os outros [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Eu não tenho uma certeza acerca da existência dessas ações. Eu teria que observar com mais calma e atenção a resolução do CONSUP. Eu sei que cada política ou resolução traz o seu objetivo, mas em relação ao acompanhamento e controle, eu não consigo afirmar nesse momento (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Sim. Na política de assistência estudantil constam as ações de acompanhamento que devem ser realizadas (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

A política do IFPE não. Não que eu tenha conhecimento, porque eu foco muito nos programas. Na última vez que eu consultei a política, eu só vi mesmo a descrição dos programas, mas até mesmo nas descrições dos programas só tem esses critérios básicos [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Sim, contempla sim essas ações (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Ela contempla sim. Agora, eu acredito que pode melhorar nessa questão da clareza, por exemplo: eu poderia estar mais informada (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Os apontamentos apresentados pelos entrevistados coadunam com os resultados provenientes da análise documental acerca da inexistência de dispositivos legais claros e objetivos na política, onde a mesma apresenta uma ênfase maior na implementação das ações em detrimento ao monitoramento e à avaliação das ações.

No que se refere à verificação dos resultados dos programas, sob a perspectiva dos beneficiários, os entrevistados apresentaram as seguintes percepções:

No momento, eu posso dizer que a gente ainda não faz esse tipo de avaliação, inclusive, porque quando o aluno recebe o recurso, já é praticamente o momento de a gente começar a trabalhar no edital de seleção para um novo grupo de alunos que chegará no segundo semestre (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

É feito da seguinte forma, por exemplo: o Programa Monitoria, são aplicados questionários aos estudantes, mas o programa Bolsa Permanência, por exemplo, não há esse questionário e essa pesquisa. Particularmente, eu não tenho o conhecimento se a Coordenadoria de Orientação Educacional (COE) ou a comissão realizam essas pesquisas no Bolsa Permanência, mas eu não posso afirmar que todos os programas têm essas pesquisas, pois as vezes pode ser feito de forma isolada, quando por exemplo, uma comissão que gerencia determinado programa acredita que é importante fazer e vai lá e realiza (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Não. Se foi realizada alguma pesquisa desse tipo, eu não tive conhecimento durante esse tempo que atuo no *campus* (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Infelizmente não são realizadas. Eu acho que essas pesquisas não são feitas de forma ideal e necessária, para verificar se os resultados pretendidos estão sendo alcançados (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Não tenho esse conhecimento, infelizmente (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Assim, constatou-se que não são realizadas pesquisas avaliativas junto aos beneficiários dos programas, as quais são de fundamental importância para o processo de avaliação da própria política e, conforme Ala-Harja e Helgason (2000), essa etapa de avaliação compreende a análise dos resultados de um programa em relação aos objetivos propostos.

4.2.2.3 Categoria III: ações realizadas no processo de acompanhamento e seus limites

Na categoria “ações realizadas no processo de acompanhamento e seus limites”, a partir da análise temática das entrevistas, manifestaram-se como unidades de significado: 1) atrasos

nos cronogramas de seleção; 2) insuficiência de recursos orçamentários; 3) controles administrativos precários; 4) estrutura de softwares insuficiente; 5) percepção dos atores institucionais a respeito das contribuições da política; 6) atuação tímida dos órgãos de controle; 7) ausência de normativos internos.

Quando indagados sobre os principais desafios que são enfrentados para o integral cumprimento do Decreto nº 7.234/2010, os entrevistados afirmaram que há necessidade de mais recursos orçamentários e servidores públicos para a execução do PNAES; ocorrem atrasos de cronogramas de seleção e de constituição de comissões responsáveis pelos programas; o monitoramento das ações realizadas é insuficiente; há uma grande abrangência dos programas; e, a transparência e comunicação são insuficientes:

Primeiro nós teríamos esse decreto em sua plenitude se nós tivéssemos, pelo menos de modo proporcional, o aumento do recurso financeiro em relação à demanda de alunos que nós temos, e posteriormente, um cuidado maior no sentido também de aumento de recursos humanos para poder se chegar junto ao estudo, à aplicação e a avaliação desse recurso, e conseqüentemente do seu beneficiário, certo? (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Assim, eu acho que as dificuldades são essas questões de atrasos na publicação e conclusão de editais de seleção dos programas [...] Eu acho uma grande falha existente logo início dos trabalhos do ano acadêmico. Uma lentidão muito grande (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

O número limitado de benefícios, uma disponibilidade orçamentária ainda aquém do que realmente os estudantes precisam [...] (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Eu acredito que o principal desafio é porque ele se propõe a realizar muitas ações e muitas vezes a gente não tem orçamento suficiente para isso (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

[...] ao meu ver, o principal desafio é ter a segurança que aquele benefício financeiro concedido está sendo bem utilizado pelo estudante, porque uma vez que a gente identifica as necessidades, não se tem a certeza, muitas vezes, se aquele recurso vai ser tão bem empregado quanto a gente deseja ou imagina que seria (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Eu analiso três questões: orçamento, transparência e comunicação. Orçamento para garantir mesmo que a gente contemple o maior número de estudantes, porque a gente sabe que não consegue atender a todos que precisam. Pelo menos eu percebia isso quando eu atuava no *campus*, pois a gente não tinha como atender a todos. A transparência e a comunicação são justamente para que a comunidade em geral tenha conhecimento e clareza sobre os programas, especialmente sobre esse acompanhamento (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

A partir da fala dos entrevistados, é possível observar que o aspecto orçamentário e a ausência de um adequado monitoramento das ações, são um dos principais obstáculos que

afetam a execução integral dos programas previstos, tanto no Decreto quanto na política do IFPE.

Em relação às contribuições que a política oferece aos beneficiários e conseqüentemente à instituição, foram apresentadas percepções convergentes por parte dos entrevistados, no sentido de que as ações realizadas no âmbito institucional contribuem positivamente, tanto para a redução das taxas de retenção e evasão quanto para a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes beneficiários:

Eu acredito que os alunos que participam dos programas tendem a permanecer na instituição e não se evadirem, bem como logram êxito na conclusão dos cursos (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Nós não temos os dados estatísticos, mas a gente percebe que realmente diminuem as taxas de retenção e evasão, pois quando o estudante não possui a Bolsa Permanência, por exemplo, ele muitas vezes desiste, principalmente o estudante oriundo da zona rural [...] (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Eu acho que poderia contribuir mais se fosse feito um acompanhamento mais efetivo, mas principalmente porque os editais de auxílio financeiro demoram muito para serem publicados. É muito atraso! Os estudantes recebem as primeiras bolsas já no final do primeiro semestre e assim, eu não considero que essas bolsas iniciais contribuem muito para a permanência, pois como é que o estudante fica o semestre inteiro assistindo aula sem o auxílio e só vai receber no final do primeiro semestre. É uma situação muito complicada para os estudantes, que muitas vezes ficam dependendo de empréstimos com terceiros para poder vir para as aulas ou então eles escolhem um dia ou dois para vir, porque eles não têm condições econômicas de vir todos os dias. Se não atrasasse tanto, acho que seria melhor, pois os atrasos prejudicam muito (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Contribui sim, mas não somente ela. A gente precisa melhorar urgentemente o acompanhamento, porque somente a política em si não consegue dar conta da redução dessas taxas não e isso está mais do que comprovado, que mesmo a gente ofertando uma série de auxílios que são distribuídos pelos programas, nós também temos altas taxas de retenção e evasão (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Contudo, o E1 afirmou que a política contribui significativamente quando as ações são realizadas de forma tempestiva, sem que haja atrasos nas concessões dos benefícios, considerando a demanda existente por parte dos estudantes:

Quando os programas conseguem atender a tempo o estudante, contribuem sim. Quando os programas conseguem. Quando de fato o programa tem dificuldade na sua execução, ou por questões orçamentárias ou até mesmo pela demanda do recurso humano, aí infelizmente a gente percebe claramente que a evasão se torna um fato (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

A partir dos achados, há evidências de ineficiência nos processos seletivos dos programas, em virtude de atrasos nas etapas de seleção e, conseqüentemente, no início da concessão dos benefícios para aqueles que estão necessitando do auxílio, situação esta que se distancia daquilo que está estabelecido no Decreto nº 7.234/2010, em seus artigos 1º e 2º.

Apesar dos entrevistados afirmarem que a política contribui para a melhoria de alguns indicadores institucionais, eles também argumentam que os programas não conseguem atender plenamente as necessidades dos beneficiários, sobretudo devido à insuficiência orçamentária existente, constatando-se assim um paradoxo durante a execução do PNAES na instituição:

Não. Não é suficiente. Como eu já disse, hoje nós temos muito mais alunos, inclusive necessitando de recurso e o recurso cada vez mais escasso, além de ser mais compatível com a realidade. Do ano passado para cá, nós perdemos cerca de R\$ 1.000.000,00 em assistência estudantil e mesmo assim, estamos com um recurso equiparado à realidade de 2012 (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Não, pois a gente podia ter um recurso maior (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

De forma qualitativa sim. No entanto, de forma quantitativa, não. A oferta deixa a desejar, considerando a demanda existente (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

De forma quantitativa sim, porque como eu já falei, aqui no *campus* Belo Jardim, a gente consegue atender os estudantes que estão no perfil e que entregaram toda a documentação necessária, ou seja, aqueles que fazem de maneira certa todas as etapas da seleção. Mas, de forma qualitativa, a oferta de benefícios não é suficiente para suprir a demanda de Assistência Estudantil [...] (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Acho que não. A oferta de benefícios não é suficiente para suprir a demanda de Assistência Estudantil (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Ainda em relação aos recursos orçamentários do PNAES, a maior parte dos entrevistados afirmou que, assim como a oferta de benefícios, os valores deles que são definidos nos editais de seleção e na política, são insuficientes para suprir as necessidades dos estudantes:

Nós sabemos que, por exemplo, R\$ 230,00 que é o valor máximo da bolsa permanência, para você custear moradia, transporte e alimentação, não é suficiente. Mas, existe inclusive em alguns programas da política, a questão do orçamento vinculado ao valor do salário-mínimo, tipo: 10%, 20% e 25%. Então, existe o salário-mínimo como parâmetro e também se fossemos olhar externamente, o salário mínimo hoje já não atende minimamente as necessidades básicas de sobrevivência. Então, por tabela, a assistência também não consegue (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Também não, pois poderia ser um benefício maior. Um exemplo prático dessa insuficiência se dá no Programa Monitoria, onde há estudantes monitores com bolsas e outros estudantes colaboradores que apenas não voluntários, mas

desenvolvem as mesmas atividades daqueles que recebem o auxílio (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Não são suficientes, pois são muito baixos e não sei como os estudantes conseguem custear as despesas que existem considerando o valor das bolsas (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

No entanto, não foram informadas se tais constatações são verificadas a partir da realização de pesquisas junto aos beneficiários, por exemplo, constatando-se assim uma fragilidade nas percepções apresentadas.

No que diz respeito à utilização de ferramentas computacionais para o gerenciamento e controle dos programas, a partir das falas dos entrevistados, foi observada uma insuficiência de estrutura de softwares vinculada ao PNAES:

Até o presente momento, nós só temos um programa informatizado que foi construído há seis meses e ele ainda está na sua primeira versão, sendo que nós já identificamos alguns aspectos que precisam de aprimoramentos. Assim, vai agora para a segunda versão e a perspectiva é informatizar toda a assistência estudantil com o passar do tempo. A gente estabelece algumas metas de trabalho para a gestão e em parceria com a DADT, que é a unidade na Reitoria que cuida da tecnologia da informação dentro do IFPE, a gente tenta fazer esse trabalho (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

O único que a gente usa é o sistema Q-Acadêmico, através do qual a frequência é monitorada e esse mesmo sistema proporciona algumas estatísticas que nós utilizamos para outros fins (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Sim, porém, apenas no Programa Bolsa Permanência, ainda que de forma ineficiente (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Eu diria que não. Pelo menos dos programas que sou responsável, a única ferramenta que eu utilizo para acompanhamento e realização de organização de dados são planilhas do Libre Office (Calc) e além disso, têm os questionários socioeconômicos que são contemplados no sistema desenvolvidos e gerenciado pela DADT do IFPE, os quais são organizados, e após as inscrições dos estudantes, é realizada toda a condensação das informações para que em seguida nos sejam enviados em forma de planilha (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Sim, acho que sim. Eu não utilizo esses sistemas. O que a gente utiliza é o sistema Q-Acadêmico, que de uma certa forma apenas acompanha o rendimento do aluno, mas essa questão é mais específica para quem atua nessa área mais diretamente (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Utilizava sim. Não sei agora especificar se essa ferramenta era apenas do *campus* ou se era algo do MEC ou do IFPE, mas eu sei que utilizava sim. Nós trabalhávamos com algumas planilhas, por exemplo, que eram encaminhadas pelo Pesquisador Institucional acerca dos dados de evasão, retenção e rendimento (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

O IFPE *Campus* Belo Jardim, assim como o IFPE como um todo, não dispõe de sistemas de informações gerenciais para cada programa da política. Neste ano de 2018, foi implantado

um sistema para a realização de inscrições relativas ao Programa Bolsa Permanência, no entanto, o mesmo é utilizado apenas como sistema *online*, permitindo que os estudantes submetem todos os documentos e formulários, exigidos pelo edital de seleção, no formato eletrônico.

No que se refere à atuação dos órgãos de controle, a maioria dos entrevistados afirmou desconhecer a realização de auditorias internas ou externas nos processos de concessão de benefícios aos estudantes:

[...] as auditorias têm acontecido de uma forma cada vez mais presente e os próprios *campi* possuem auditores internos. Recentemente, nós atendemos à Controladoria-Geral da União (CGU) em duas solicitações: uma que já foi finalizada por completo, a qual dizia respeito somente ao ano de 2017 e outra que tem demorado mais a respondermos, mas também está em trâmite, porque é uma demanda referente a três anos, acerca de tudo que foi feito no âmbito da assistência estudantil (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Sim. São realizadas sempre auditorias dessa natureza aqui na instituição (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

São realizadas sim. Existem também auditorias internas sobre os estudantes que recebem auxílios e de que forma são utilizados esses recursos. Então, tem todos esses acompanhamentos das auditorias (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Não. Não há, até o momento, controle nenhum por parte dos auditores para fazer as auditorias. Nós aqui dificilmente recebemos alguma indagação ou questionamento a respeito de algum benefício que foi pago de forma correta ou incorreta, que acredito que até o momento nenhum foi feito de forma incorreta, mas até o momento não há indagação nenhuma a respeito disso (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Não. Pelo menos não tenho conhecimento da realização de auditorias dessa natureza. No momento atual, por exemplo, não estão sendo realizadas auditorias no *campus*. Estou há dois anos na CAE e nunca participei ativamente de quaisquer processos de auditorias do PNAES (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Desde que eu cheguei aqui no *campus*, não (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Os controles internos exercidos pelas instituições, tornam-se mecanismos de *accountability*, durante os períodos de governo ou de gestão, com o objetivo de concretizar a fiscalização da administração pública, das finanças e, ainda, das ações governamentais, cuja finalidade principal é garantir a probidade, ou seja, a honestidade, o uso correto do dinheiro público e a dignidade administrativa, conforme definição apresentada por Montesquieu (1996).

A partir das falas dos entrevistados, infere-se que as ações de auditoria que são realizadas na instituição não são devidamente divulgadas de forma institucional, bem como

podem ser insuficientes, considerando o volume de recursos orçamentários destinados ao PNAES, bem como a relevância dos programas para a comunidade discente. Além disso, há sinais de falta de engajamento de algumas unidades organizacionais nesse processo de controle.

Ao serem indagados sobre os dispositivos legais existentes para a realização de ações de acompanhamento, os entrevistados desconhecem sobre a existência de normativos no *campus* sobre as ações de acompanhamento, bem como na política de assistência estudantil:

A existência de normativos internos nos *campi* eu desconheço. O que eu conheço são os modelos de monitoramento que nós temos na Reitoria e que a gente aplica aos *campi* e concede um prazo para resposta, que também tem essa periodicidade semestral. Mas, assim internamente eu ainda desconheço sobre esses normativos [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Como falei anteriormente, nós cumprimos aquilo que está estabelecido nas resoluções do CONSUP e eu não tenho a certeza de que há dispositivos formais dessa natureza. Eu sei que contempla objetivos, público-alvo, metas a serem atingidas, justificativa, mas não me lembro de existir questões de acompanhamento e de controle (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Não há formalmente, na política de assistência estudantil do IFPE, o detalhamento das ações de monitoramento que devem ser realizadas. No *Campus* Belo Jardim, também não existem quaisquer normativos internos dessa natureza (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Não que eu tenha conhecimento. Tanto na política de assistência estudantil do IFPE quanto no *Campus* Belo Jardim, desconheço quaisquer formalizações detalhadas de ações de monitoramento e existência de normativos internos de ações de acompanhamento (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Não. Eu não tenho conhecimento. Em relação ao *Campus* Belo Jardim, existem sim normativos internos de ações de acompanhamento (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Eu sei que ela contempla, mas não sei te dizer como é esse dispositivo, porém eu sei que ela contempla. Eu sei devido às conversas com os meus pares que participam da elaboração e reformulação da política, aí eu sei que tem, mas não sei te dizer qual e nem como [...] (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Os discursos dos entrevistados estão alinhados com a análise documental realizada, a qual constatou que não há na política de assistência estudantil do IFPE um dispositivo legal que determine as ações de monitoramento do PNAES, bem como a sua metodologia. Além disso, no *campus* também não existem normativos internos que regulamentem o acompanhamento das ações executadas nos programas.

4.2.2.4 Categoria IV: aperfeiçoamento das ações de monitoramento da política de assistência estudantil

Na categoria “aperfeiçoamento das ações de monitoramento da política de assistência estudantil”, emergiram seis subcategorias: 1) insuficiência orçamentária do PNAES; 2) necessidade de atualização do Decreto nº 7.234/2010; 3) informatização dos programas; 4) acompanhamento trimestral das ações; 5) elaboração de normativos para o monitoramento; e, 6) baixa efetividade nas ações de monitoramento.

Ao serem indagados acerca das críticas ao PNAES, os entrevistados apresentaram apontamentos convergentes em relação à insuficiência de recursos orçamentários para viabilizar inúmeras ações do programa:

[...] a gente teria que junto com a Reitoria e em conjunto com todos os *campi*, nos reunirmos e trocarmos algumas ideias e boas práticas na gestão desses programas, porque isso não é uma prática comum no IFPE (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

A questão orçamentária é a principal, pois eu acho o valor ainda baixo para o *campus* e deveria ser maior. E a outra é a baixa quantidade de pessoas envolvidas nas comissões que gerenciam os programas. Seriam necessários mais servidores para se dedicarem a essas atividades (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

Eu vejo ainda muitos estudantes carentes que não atendidos pelo programa. Além disso, o valor baixo do Programa Bolsa Permanência é um ponto importante a ser criticado, uma vez que não temos orçamento suficiente para garantir a execução de todos os programas (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Eu acho que a principal é a questão do orçamento mesmo, uma vez que ele se propõe a fazer mais do que o orçamento permite (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Eu acho que hoje, com a diminuição das verbas, eu acho que a gente está perdendo muita oportunidade de dar assistência e de dar condições aos nossos alunos e ao educando. Realmente dar o acesso à instituição, até mesmo por parte dos cidadãos em geral. [...] Então, está havendo um distanciamento muito grande entre essa política de assistência e as necessidades reais do cidadão (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Minha crítica seria mais diretamente relacionada à distribuição do orçamento para implementar as ações dele, mas especialmente à política eu não tenho (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Além disso, a necessidade de atualização do Decreto - o qual foi elaborado e publicado em 2010, a partir da existência da Portaria Normativa do MEC nº 39/2007 – e as especificidades

dos IFs – os quais passaram a fazer parte do PNAES apenas a partir da publicação do Decreto – foram outras críticas que foram destacadas:

[...] primeiro a questão de ele ainda não comportar todas as especificidades dos institutos federais, e quando os menciona, deixa uma lacuna muito grande, certo? Essa é a minha principal crítica. Depois, em relação ao Decreto, que ao meu ver também precisa de uma revisitação em relação a alguns conceitos e algumas diretrizes, as quais precisam ser repensadas (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

A partir dos discursos acima, deduz-se que a necessidade de mais recursos orçamentários para viabilizar ainda mais ações é a principal limitação do PNAES, considerando que, de acordo com o Entrevistado 1, a dotação orçamentária do ano de 2018 possui o mesmo valor do que era executado no ano de 2012, havendo apenas reajustes da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Além disso, a falta de revisão e atualização do Decreto é apontada como algo que limita a efetividade dos programas, o qual foi elaborado e publicado há oito anos e durante esse período, as instituições e o contexto econômico e social passaram por modificações em suas estruturas.

Quanto às sugestões para a realização do monitoramento da política, os entrevistados apresentaram propostas distintas, porém, complementares:

[...] eu penso que se nós reduzíssemos de seis meses para talvez três meses esse acompanhamento que hoje é realizado, seria uma forma de ter esses dados cada vez mais recentes. E a segunda sugestão, é a questão da informatização de todos os programas por meio do uso da tecnologia da informação, porque facilita o acesso e o estudo de cada caso [...] (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Eu acredito que ouvindo mais as pessoas da comunidade acadêmica, sobretudo os alunos e os atores envolvidos na gestão dos programas. [...] Assim, eu acredito que a gente poderia dar uma melhoria muito grande na política de assistência estudantil do IFPE *Campus* Belo Jardim (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

Criação de uma comissão, como já existe a equipe multiprofissional, de modo a possibilitar a realização do acompanhamento dos programas por parte dela, verificando se as metas estão sendo atingidas, evitando assim que apenas a DEPEX seja responsável pelas ações de controle e de monitoramento (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

As ações que poderiam ser implantadas são várias: desde a organização dos dados e das solicitações de pagamentos, ser realizada uma cobrança a respeito do desempenho estudantil e acadêmico na sala de aula, para que o estudante tenha o direito ao benefício [...] (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Elaborar e formalizar documentos contendo indicadores e estratégias para os programas e a criação de uma comissão para gerenciar todas essas informações do PNAES (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Eu acredito que deveria ser elaborado algum documento formal que organizasse realmente esse acompanhamento e monitoramento, o qual hoje a gente não possui. [...] Eu acho que deveria ter pelo menos uma comissão com no mínimo os profissionais que compõem a equipe multiprofissional, para nós fazermos o devido acompanhamento e o monitoramento, porque isso não existe hoje e tem que ter (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018. Grifo do autor).

A realização de mais visitas às famílias assistidas. [...] Então, conhecer essas famílias, saber onde os alunos moram, conversar com eles e suas famílias, para que eles se sintam realmente assistidos e assim eles se sintam mais estimulados a reagir (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Fortalecer a equipe multiprofissional, criar uma sistemática para que esse acompanhamento aconteça de forma efetiva, para que não se perca ou deixe de ser realizado ao longo do tempo [...] (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Os achados da pesquisa evidenciam as seguintes necessidades principais em relação ao monitoramento da política: 1) ampliar a realização do acompanhamento periódico, preferencialmente de forma trimestral; 2) consultar o público-alvo e os servidores envolvidos com os programas, de modo a identificar as fragilidades e implementar ações que potencializem os resultados do PNAES; 3) elaborar uma normativa que regulamente as ações que devem ser adotadas, visando o monitoramentos dos programas; 4) fortalecer os trabalhos dos profissionais que constituem a Equipe Multiprofissional; e, 5) conhecer mais de perto a realidade familiar dos beneficiários.

Ao serem questionados sobre o porquê de as propostas apresentadas ainda não serem realizadas com o objetivo de monitorar a política, os entrevistados destacaram as seguintes razões: deficiência de pessoal, a falta de prioridade por parte da própria gestão institucional, a desatualização da política e a necessidade de realizar toda uma logística de trabalho sistêmico na instituição, visando planejar, elaborar e implementar ações direcionadas ao monitoramento dos programas:

Então... primeiro porque os grupos de trabalho da assistência estavam existindo, mas não estavam se reunindo. Depois, não pode ser simplesmente uma atividade do querer da gestão, tem que ser de fato um trabalho de pertencimento, um trabalho que seja reconhecida a sua importância e isso requer um certo tempo [...]. Desse modo, toda uma logística de trabalho de reformulação da política ou até mesmo de permanência deste fórum, requer muito mais do que a vontade do gestor, pois requer uma série de situações que a gente precisa ter paciência para aos poucos ir se construindo (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018).

Eu acredito que até por uma questão de acomodação da gente mesmo. A gente já deveria ter colocado isso em prática. Não vejo obstáculos para a gente deixar de implementar essas ações não (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Devido à falta de mais servidores, pois hoje nós temos uma limitação na quantidade de servidores no *campus* (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018).

A gente percebe que as pessoas que deveriam impulsionar o bom andamento das ações, ou estão sobrecarregadas ou não conseguem visualizar o todo para a implantação de ações que contribuíssem com o monitoramento (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Devido à falta de uma política específica para esse programa e de prioridade de gestão institucional mesmo (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Eu acredito que é o que eu falei inicialmente: a assistência estudantil não é vista com a devida importância, porque se ela fosse vista com a devida importância, isso geraria mais ações em prol da sua melhoria e ela não estaria como está hoje. Ela tem que ser mais aproveitada e mais valorizada (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Devido à insuficiência de pessoal, pois a mão de obra é pequena no *campus*. Além disso, as questões de logística de transportes. Basicamente isso, por conta das questões de falta de recursos necessários disponíveis (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Na minha opinião, elas precisam melhorar. E por que elas precisam melhorar? Porque o cotidiano acadêmico que vai interferindo nas ações realizadas, considerando que são muitas responsabilidades, são muitas ações, vários e diferentes eixos e as vezes a gente acaba deixando escapar algumas coisas ou deixando as ações na responsabilidade de uma pessoa só [...] (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018).

Os apontamentos realizados pelos entrevistados coadunam com os resultados provenientes da análise documental, sobretudo no que diz respeito à necessidade de atualização do Decreto nº 7.234/2010 e da política de assistência estudantil do IFPE, bem como em relação à ausência de normativos internos sobre as ações de monitoramento dos programas. Além disso, há indícios que não houve uma priorização das atividades de acompanhamento gerencial por parte da instituição, através dos responsáveis dos programas do PNAES, conforme o Entrevistado 6 apontou.

A eficiência diz respeito à realização das atividades com presteza, perfeição, rendimento e rapidez, desempenhando-as com resultados positivos e com o atendimento satisfatório das necessidades coletivas, utilizando a menor quantidade de recursos possível. Por sua vez, a eficácia é uma medida normativa de alcance de resultados e se refere à capacidade que uma organização tem de satisfazer suas necessidades, através da implementação de ações voltadas ao alcance dos resultados positivos, independentemente da quantidade de recursos empregados. Por fim, a efetividade é a relação entre os resultados e os objetivos, em que os mesmos são devidamente alcançados, de forma eficiente (ENAP, 2010).

Desse modo, quanto à efetividade das ações de monitoramento, que é a capacidade institucional de realizar as atividades de acompanhamento de maneira eficiente e eficaz, os

entrevistados E1, E4, E5, E7, afirmaram que a instituição tem sido efetiva nesse aspecto. Por sua vez, os entrevistados E1, E3 e E6, argumentaram que as ações de monitoramento têm sido parcialmente efetivas e poderiam ser ainda melhores, a partir da realização de atividades de acompanhamento de cada programa vinculado à política. No entanto, os entrevistados E2 e E8, argumentaram que essas ações realizadas pela instituição não têm sido efetivas:

Quando elas são colaborativas, têm sim. Eu vejo que, por exemplo, a nossa demanda de prestação de contas à CGU no ano passado, foi uma força tarefa enorme, mas só foi possível porque os *campi* de fato entenderam a demanda e a importância do momento, e chegaram juntos. [...] quando o trabalho é colaborativo, há efetividade nas ações e quando não, a gente tem um monitoramento, mas em certos momentos tem parcialmente e em outros não, no sentido da confiabilidade dos dados e assim vai (Entrevistado 1, entrevista em 10/05/2018. Grifo do autor).

Eu diria que não, pois a gente tem que melhorar muito nesse aspecto do monitoramento. Acredito que monitorando e acompanhando mais, a gente conseguirá melhores resultados para cada programa de assistência estudantil [...] (Entrevistado 2, entrevista em 24/04/2018).

Em parte, não é? Poderia ser melhor e nós poderíamos ter resultados bem melhores se tivesse esse acompanhamento de maneira mais próxima e menos isolada. Se tivessem comissões acompanhando o andamento de cada programa, a qual fosse composta de servidores que não atuam no programa, mas sim estão de fora do processo e apenas realizam o monitoramento, a efetividade seria mais observada no monitoramento da política. Esse olhar de quem está de fora, realizando o acompanhamento, seria de fundamental importância para verificar as fragilidades existentes (Entrevistado 3, entrevista em 25/04/2018. Grifo do autor).

Sim. Algumas ações que a gente pode perceber, de forma pontual, que há um monitoramento e elas são efetivas. Como por exemplo, a concessão de algumas bolsas: o programa de monitoria, cujo acompanhamento é em tempo real do que é realizado e executado e aquelas bolsas que há uma prestação de contas no final do objetivo dela, como por exemplo o auxílio financeiro para a compra de algum material didático ou compra de óculos, onde há uma prestação de contas no final (Entrevistado 4, entrevista em 24/04/2018).

Na minha visão, as ações de monitoramento têm sido efetivas sim, considerando tudo aquilo que mencionei anteriormente (Entrevistado 5, entrevista em 24/04/2018).

Poderiam ser bem mais efetivas. Do ponto de vista dos programas que eu sou responsável, a gente consegue atender, mas se realmente os valores das bolsas fossem maiores, se tivesse realmente o acompanhamento do rendimento acadêmico e uma equipe multiprofissional que realmente agisse de forma integrada, eu tenho certeza que os resultados seriam bem melhores (Entrevistado 6, entrevista em 24/04/2018).

Sim, ao meu ver elas têm sido efetivas. Nem sempre o desejado e esperado é alcançado, devido ao grande número de alunos que a gente precisa atender e acompanhar, mas, dentro das possibilidades, eu acho que as ações de monitoramento têm sido efetivas sim (Entrevistado 7, entrevista em 25/04/2018).

Acho que não. Por que não? Elas não têm sido efetivas, porque ao meu ver elas não garantem a efetividade ao longo do processo, entendes? De repente a gente responde alguma necessidade urgente, mas não há uma sistemática que acompanhe do início até o fim, e pelo menos para mim não ficava claro esse acompanhamento e esse monitoramento. Então, por essas razões, eu considero que elas não têm sido efetivas (Entrevistado 8, entrevista em 27/04/2018. Grifo do autor).

As divergências observadas nas falas dos entrevistados demonstram em certa medida a incompreensão do conceito de efetividade, uma vez que de acordo com os dados coletados e analisados até aqui, percebe-se que o IFPE *Campus* Belo Jardim não realiza ações de monitoramento dos programas do PNAES de forma adequada e efetiva, sobretudo pelo fato de não serem utilizados indicadores e sistemas de informações computacionais; não existirem normativos internos para a realização de acompanhamento da política; e, a equipe multiprofissional não atuar em conformidade com o que está estabelecido na própria política da instituição.

5 CONCLUSÕES

Este capítulo apresenta as conclusões da pesquisa realizada, contemplando também, a resposta à pergunta de pesquisa e as recomendações.

5.1 CONCLUSÕES

O Problema de pesquisa desta dissertação foi: as ações adotadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim asseguram o efetivo monitoramento da política de assistência estudantil?

Em função do problema e da delimitação espacial do estudo, emergiu uma hipótese de pesquisa: o monitoramento da política de assistência estudantil no IFPE *Campus* Belo Jardim não é realizado de maneira efetiva, em virtude da fragilidade dos controles administrativos dos programas vinculados à política.

Por sua vez, surgiu o objetivo geral de pesquisa: verificar a efetividade das ações de monitoramento da política de assistência estudantil realizadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim.

O objetivo geral foi abordado mediante um conjunto de objetivos específicos, a saber: identificar as estratégias e os mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil, previstos e utilizados pelo IFPE *Campus* Belo Jardim; verificar a percepção dos gestores acerca da realização de ações de monitoramento dos programas de assistência estudantil; identificar eventuais fragilidades no processo de acompanhamento do desempenho dos programas de assistência estudantil e suas respectivas causas; e, propor sugestões para o IFPE *Campus* Belo Jardim quanto à adoção de mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil do IFPE.

Para se alcançar os objetivos, procedeu-se com uma investigação de base qualitativa, que envolveu coleta de dados indiretos por meio de pesquisas bibliográfica, documental e de campo, sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com atores institucionais que atuam diretamente no PNAES.

A rigor, a resposta ao problema de pesquisa foi dada a partir das evidências obtidas em cada objetivo específico.

5.1.1 Identificar as Estratégias e os Mecanismos de Monitoramento da Política de Assistência Estudantil, Previstos e Utilizados pelo IFPE *Campus* Belo Jardim

Tomando como base as definições e os conceitos contidos na revisão de literatura, a análise documental realizada e as entrevistas junto aos principais atores institucionais que atuam

diretamente no PNAES, constatou-se uma quantidade insuficiente de estratégias e mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil, uma vez que o IFPE *Campus* Belo Jardim não realiza o monitoramento e a avaliação sobre os resultados dos programas de assistência estudantil, junto aos alunos beneficiários; não são utilizados indicadores para acompanhamento dos programas; não há mapeamentos de processos administrativos devidamente formalizados pelas unidades organizacionais da instituição; há poucos mecanismos de acompanhamento e de avaliação; e, os dispositivos legais que possibilitam a utilização deles é praticamente inexistente, resumindo-se apenas ao que é contemplado nos editais de seleção e ao que está previsto de forma superficial na formalização da política.

As informações e observações realizadas mostraram alguns avanços na realização de avaliações regulares dos perfis dos beneficiários do Programa Bolsa Permanência, a elaboração de relatórios de prestações de contas referentes a alguns dos programas da política e a existência de critérios para exclusão de beneficiários que eventualmente descumprirem aquilo que está estabelecido na política e/ou nos editais de seleção. No entanto, ainda é necessário um maior esforço na ampliação das avaliações de perfis em outros programas executados, a formalização e implementação de contrapartidas em alguns dos programas e a ampliação das formalizações necessárias à prestação de contas dos recursos públicos concedidos e utilizados.

No bojo da análise dos dados coletados, observou-se a necessidade de ser realizado o efetivo acompanhamento do rendimento acadêmico dos beneficiários dos programas, bem como a elaboração de indicadores referentes aos casos de evasão e retenção de estudantes beneficiários. Além disso, manter o controle da manutenção das condições de ingresso nos programas pelo estudante, bem como o uso adequado dos recursos concedidos.

5.1.2 Verificar a Percepção dos Gestores Acerca da Realização de Ações de Monitoramento dos Programas de Assistência Estudantil

Quanto ao entendimento sobre as ações de monitoramento dos programas, por parte dos gestores que atuam no PNAES, percebeu-se que a maioria deles considera importante a realização do acompanhamento contínuo ou periódico da execução dos programas, bem como possui conhecimento sobre a responsabilidade que as IFES têm em relação ao estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação. Além disso, constatou-se a falta de ações claras e objetivas sobre as formas de realizar ações dessa natureza, tanto na política quanto no Decreto.

A partir dos dados coletados, foi verificada uma situação de fragilidade que afeta negativamente a realização do monitoramento dos programas, que é o fato da equipe multiprofissional do IFPE *Campus* Belo Jardim não atuar de forma conjunta, coordenada e organizada, bem como o ato administrativo que a constituiu está desatualizado, o qual foi formalizado no ano de 2014 e os seus membros não mais atuam na instituição.

As informações coletadas e as análises realizadas mostraram que os atores institucionais percebem que alguns avanços têm ocorrido no que se refere à gestão dos programas na instituição, no tocante ao controle e ao monitoramento, contudo, ainda é necessária uma maior organização destas ações a partir da categorização dos arquivos, criação de bancos de dados e indicadores, utilização de sistemas de informação para o monitoramento e avaliação, maior trabalho em equipe, bem como o acompanhamento sistemático de todos esses dados institucionais.

5.1.3 Identificar Eventuais Fragilidades no Processo de Acompanhamento do Desempenho dos Programas de Assistência Estudantil e suas Respectivas Causas

Em relação às fragilidades existentes no processo de acompanhamento do desempenho dos programas, constatou-se a ausência de ações de monitoramento de taxas de evasão, reprovação e retenção de estudantes beneficiários; a não utilização de sistemas informatizados para coleta e processamento de dados referentes aos programas; o baixo número de auditorias internas e externas realizadas; e, a falta de dispositivos legais devidamente detalhados e formalizados para a realização do monitoramento do PNAES, tanto no Decreto nº 7.234/2010 quanto na própria política de assistência estudantil do IFPE. Além disso, verificou-se a ausência de pesquisas de avaliação acerca da percepção e satisfação dos beneficiários dos programas, bem como a inexistência de avaliações de resultados dos mesmos.

Diante das fragilidades detectadas, acreditamos que a união de esforços entre a DAE e as unidades organizacionais do IFPE *Campus* Belo Jardim é uma solução para a realização do adequado e efetivo monitoramento dos programas de assistência estudantil, em busca da criação de condições para o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes no IFPE.

5.1.4 Propor Sugestões para o IFPE Campus Belo Jardim Quanto à Adoção de Mecanismos de Monitoramento da Política de Assistência Estudantil do IFPE

As sugestões propostas visando facilitar à adoção de mecanismos de monitoramento da política de assistência estudantil do IFPE, contemplaram um conjunto de iniciativas que, além de servirem como elementos norteadores das ações do *campus* – caso decida formalizar e implementar as estratégias e os mecanismos propostos – constituem num dispositivo do qual os servidores que atuam no PNAES podem se valer para enfrentar e solucionar as fragilidades existentes no processo de acompanhamento dos programas da política e dos seus beneficiários.

Em síntese, as sugestões são:

- Criação e utilização de indicadores para realização do acompanhamento dos programas do PNAES, dentre eles: retenção, evasão, rendimento acadêmico, reprovação, satisfação, recursos aplicados, recursos por beneficiário, atendimento e benefícios concedidos;
- Adoção de sistemas informatizados para o monitoramento dos programas;
- Institucionalização e formalização do processo de monitoramento e de avaliação por meio da inclusão de dispositivos legais na Resolução CONSUP/IFPE nº 021/2012, a qual dispõe sobre a política de assistência estudantil;
- Elaboração de normativos internos que estabeleça os mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, a serem cumpridos pela Reitoria e *campi* do IFPE;
- Realização anual de avaliação da política, de modo a verificar e divulgar os resultados obtidos, bem como promover as eventuais correções necessárias;
- Inserção de dados dos programas de assistência estudantil do IFPE *Campus* Belo Jardim no sítio eletrônico da instituição;
- Atualização do decreto nº 7.234/2010, observando as especificidades dos institutos federais, bem como inserindo dispositivos legais detalhados para a realização do acompanhamento e da avaliação do PNAES;
- Elaboração dos mapeamentos de processos de todas as unidades organizacionais do *campus*;
- Definição de metas que permitam a realização de monitoramento e avaliação do desempenho das diversas atividades realizadas, em todas as áreas de atuação do PNAES no âmbito do IFPE *Campus* Belo Jardim, em consonância com o disposto no "caput" do art. 4º do Decreto nº 7.234/2010;

- Apuração e acompanhamento sistemático das taxas de evasão e retenção, de modo a aprimorar os mecanismos de avaliação dos resultados do PNAES, em consonância com o disposto no inciso III do art. 2º do Decreto nº 7.234/2010;
- Elaboração de instrumentos normativos que, a partir dos mapeamentos dos processos, detalhem as atribuições específicas de cada unidade organizacional do *campus* e fixem as rotinas de trabalho e responsabilidades de seus agentes nos processos e subprocessos relacionados ao gerenciamento das bolsas/auxílios; e
- Adequação dos critérios de contrapartida exigidos dos beneficiários dos programas de assistência estudantil aos ditames do Decreto nº 7.234/2010, mediante a adaptação do texto dos instrumentos normativos que regulamentam a concessão das respectivas bolsas/auxílios.

5.1.5 Problema e Hipótese de Pesquisa

A resposta ao problema de pesquisa — as ações adotadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim asseguram o efetivo monitoramento da política de assistência estudantil? — foi dada através do próprio processo de construção desta dissertação, a partir do alcance dos objetivos específicos.

A hipótese de pesquisa foi confirmada, visto que os controles administrativos relacionados aos programas da política de assistência estudantil no IFPE *Campus* Belo Jardim apresentam falhas e limitações, em virtude da ineficiência através da utilização de formulários e planilhas de preenchimento manual, da inexistência de sistemas informatizados e da ausência de indicadores para cada programa, situações estas que afetam negativamente a efetividade das ações de monitoramento da política na instituição.

Desse modo, a partir de todos os dados que foram coletados em conjunto com as observações e análises realizadas, constatou-se que as ações adotadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim não asseguram o efetivo monitoramento da política de assistência estudantil, considerando sobretudo as seguintes situações constadas: 1) atrasos nos cronogramas de seleção; 2) insuficiência de recursos orçamentários; 3) controles administrativos precários; 4) estrutura de softwares insuficiente; 5) atuação tímida dos órgãos de controle; 7) ausência de normativos internos; e, 8) trabalho em equipe desarticulado.

Ressalta-se que não foi objetivo do trabalho avaliar os impactos ou a efetividade do PNAES na instituição, mas fazer uma análise acerca da efetividade das ações de monitoramento dos programas de assistência estudantil na instituição. Desse modo, espera-se que esta pesquisa

possa colaborar com o avanço de estudos na área, tanto para o IFPE *Campus* Belo Jardim quanto para o meio acadêmico-científico.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Em síntese, as recomendações desta dissertação são:

- Replicação deste estudo em outros *campi* do IFPE, de modo a comparar as ações realizadas, bem como identificar semelhanças e diferenças entre as instituições quanto ao monitoramento do PNAES;
- Replicação deste estudo com o objetivo de verificar como tem sido realizado o atendimento dos objetivos do PNAES no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), sob a ótica dos beneficiários e da gestão do Programa nos *campi*; e
- Realização de estudo com a finalidade de verificar o efeito do Programa Bolsa Permanência concedido via PNAES, em relação às taxas de evasão e retenção para os alunos cotistas nas Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

REFERÊNCIAS

- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. **Em direção às melhores práticas de avaliação**. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ALBARELLO, C. B. **O papel do administrador na gestão pública**. Revista de Administração, Frederico Westphalen, v. 5, n. 9, p. 49-71, dez./2006. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br>>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- ALMEIDA, M. I. M.; *et al.* **Sistemas de informação**. Sistema Universidade Aberta do Brasil (apostila). 2007.
- ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, 2008.
- ARAUJO, Luis César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. **Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional**. São Paulo: Atlas, 2011.
- ARRETICHE, M.T.S. “**Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas**”, in: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre & CARVALHO, Maria do Carmo Brant (orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2011.
- BARROS, C. M. **Gestor público: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais**. 2009. 42 p. Trabalho de conclusão de curso (Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública)-Fundação Getúlio Vargas, Belo Horizonte, 2009.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Em Tese, v.2, n.1, p.68-80, jan-jul, 2005.
- BRASIL. Decreto 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasília, 2010.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos Anos 90: lógica e mecanismos de controle**. In: Cadernos do Mare, n. 1. Brasília, 1997.
- COLLIS; J.; HUSSEY, R. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre. Bookman, 2005.
- COSTA, F.L. e CASTANHAR, J.C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, 37(5): 969-992, 2003.
- ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Formação de multiplicadores do programa de capacitação em logística**. Brasília. 2010.
- FARIA, C.A.P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, V. 20 n. 59 outubro, 2005. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper44.pdf> >. Acesso em: 07 nov. 2017.

GARCIA, A.L.S. **A implementação do sistema de informação e gestão do SUAS na Política de Assistência Social**: reflexos nas práticas profissionais e na democratização das políticas públicas. Revista O Social em Questão. Rio de Janeiro, Ano XVII, nº 30, p 71-88. Editora PUC – Rio, 2013.

GARCIA, R.C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23, 7:70, 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAU, Nuria C; BOZZI, Sonia O. **Fortalecimento de los sistemas de monitoreo y evaluación (M&E) em América Latina**. Banco Mundial e CLAD, 2008. Documentos Estudios de Casos del CLAD, n. 3.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. tradução técnica Francisco G. Heidemann. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

IFPE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Reitoria: assistência estudantil**. Recife: IFPE, 2018. Disponível em: <<http://www.ifpe.edu.br>>. Acesso em 31 jul. 2018.

_____. **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**. Recife: IFPE, 2012a.

_____. **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco**. Recife: IFPE, 2012b.

JANNUZZI, P. M. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, DF, v. 36, p. 251-275, 2011a.

_____. **Monitoramento analítico como ferramenta para aprimoramento da gestão de programas sociais**. Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação. Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 38-66, 2011b.

_____. **Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, maio/ago. 2014.

_____. **Considerações sobre uso, abuso e mau uso de indicadores nas políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.36, n.1, p.51-72, 2002

_____. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Rev. do Serviço Público, Brasília, n. 1, Janeiro-Junho 2005.

KERZNER, H. **Gestão de Projetos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

KOWASKI, A. V. **Os (Des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Porto Alegre, 2012.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAURINDO, F. J. B.; PESSÔA, M. S. P. **Sistemas integrados de gestão**. In: Amato, N. J. (Org.). *Manufatura classe mundial: conceitos, estratégias e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2001. p. 114-130.

_____.; SHIMIZU, T.; CARVALHO, M. M.; RABECHINI Jr., R. **O papel da Tecnologia da Informação (TI) na estratégia das organizações**. *Gestão e Produção*, v. 8, n. 2, p. 160-179, São Carlos, ago. 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATUS, C. **O Monitoramento da Gestão Pública**. São Paulo: FUNDAF/EGAP, 1996.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Caderno de Estudo Desenvolvimento Social em Debate** – n. 2, Suplemento- Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005. ISSN 977180807504-0.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Um Novo Modelo em Educação Profissional: Concepção e Diretrizes**. Brasília, 2010.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. **O espírito das leis**. Apresentação Renato Janine Ribeiro; tradução Chistina Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MOURÃO, L. **Discussão metodológica sobre avaliação de programas sociais**. In: XIV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), 2007, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: *Campus* da UERJ, 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/pdf/trab_completo_298.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

NOGUEIRA, Vera M. R. N. **Avaliação e monitoramento de políticas e programas sociais – revendo conceitos básicos**. *Katálysis*. Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 141-152, jul./dez. 2002.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2010.

PENHA, Joicy Barbalho Pires. **Monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) no âmbito da UFPE – Campus Vitória de Santo Antão**. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

REIS, R. C. S.; MATOS, C. R. N. **Perfil do gestor público: elementos para formação e mudanças**. In: 1ª Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (I CIEGESI), 2012, Goiânia-GO. **Anais...** Goiânia: Universidade Estadual de Goiás, 2012. Disponível em: <www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/download/781/820>. Acesso em: 15 mar. 2018.

REZENDE, D.A. **Engenharia de Software e Sistemas de Informação**. 3ª edição ver. e ampl. Rio de Janeiro: Brasport, 2005.

RIOS, R. **Avaliação do Programa Bolsas de Permanência da Universidade Federal do Pampa por seus usuários**. 2011. 92 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

RODRIGUES, A. J. **Metodologia científica**. São Paulo: Avercamp, 2006.

ROLIM, D.C. **Efetividade do sistema de informação, monitoramento e avaliação da assistência social: Limites, Potencialidades e Desafios**. 2009. 166p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas. Instituto de Ciências, Humanas e Letras. Manaus

ROSSI, P. H. et al. **Evaluation: a systematic approach**. Thousand Oaks, California, US: Sage, 2004.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC;[Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à teoria da política pública**. In. (2007)

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabet. (orgs.) **Políticas Públicas: coletânea**. v. 1. Brasília: ENAP, 317p, 2007. _____. **Políticas Públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, v. 2, 265p, 2007.

SHAPIRO, J. **Monitoramento e Avaliação**. CIVICUS, World Alliance for Citizen Participation, 2007. Disponível em: <<https://www.civicus.org>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

SOARES, V. B.; OHAYON, P.; ROSENBERG, G. **O Perfil e a formação do administrador público: uma análise curricular em seis instituições de ensino superior do Brasil**. In: II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ), 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2009. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/~anpad/>>. Acesso em 15 mar. 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**, Caderno Sociologias ano 8, nº 16, p. 20-45. 2006.

TAPAJÓS, Luziele. **Gestão da Informação no SUAS**. In: Serviço Social e Sociedade, Ano XXVII, n. 87 – Setembro 2006.

TEIXEIRA, Aníbal. **Reengenharia no governo: paradigmas para o Brasil 2000**. São Paulo: Makron Books, 1996.

VAITSMAN, J.; RODRIGUES, R.W.S; PAES-SOUSA, R. **O sistema de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil**. Brasília, DF: Unesco, 2006. 77 p. (Management of Social Transformations Most 2; Policy papers, 17).

VILLANUEVA, L. F. A. **Estudio introdutório**. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI, E. (Org.). Políticas públicas: coletânea. Brasília, DF: Enap, 2006. p. 43-65.

APÊNDICE A - QUESTÕES APLICADAS NAS ENTREVISTAS

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Caro (a) Gestor (a),

Estou realizando uma pesquisa no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, cujo tema é “MONITORAMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (PNAES): EM ANÁLISE O IFPE *CAMPUS* BELO JARDIM”.

Identificação da Entrevista

Autorização n°: _____ Data: ____/____/____ ID do Áudio: _____

Identificação do(a) Entrevistado(a)

Nome: _____

Formação: _____

Cargo/Função: _____ Tempo no Cargo/Função: _____

I – QUANTO ÀS ESTRATÉGIAS E AOS MECANISMOS DE MONITORAMENTO

- 1) Dentre as ações discriminadas no art. 3º do Decreto nº 7.234/10 (PNAES), quais delas são executadas no âmbito da Assistência Estudantil do IFPE?
- 2) Enquanto servidor público do IFPE, quais atividades você realiza na execução da Política de Assistência Estudantil?
- 3) No IFPE *Campus* Belo Jardim, existem mecanismos de acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil formalizados?
- 4) É realizado o acompanhamento da Política de Assistência Estudantil da instituição? Caso positivo, quais ações são executadas para esse fim?
- 5) O IFPE *Campus* Belo Jardim realiza avaliações regulares do perfil dos beneficiários da assistência estudantil? Com que frequência? Existe algum modelo de avaliação?
- 6) É elaborado algum relatório ou prestação de contas dos recursos destinados à assistência estudantil pelos alunos beneficiados e/ou pela administração?
- 7) Existe um registro/banco de dados com as informações do monitoramento do PNAES? Essas informações são de livre acesso?
- 8) O rendimento acadêmico dos alunos beneficiários é acompanhado? De que forma? É identificado casos de evasão e retenção de alunos beneficiários?
- 9) O processo de implementação e ampliação da Assistência Estudantil acompanhou o aumento do número de estudantes na instituição?
- 10) Há critérios de exclusão de beneficiários dos programas, além dos requisitos pré-estabelecidos pelo PNAES?
- 11) O IFPE *Campus* Belo Jardim realiza o monitoramento dos auxílios distribuídos, através do programa de assistência estudantil? Em caso positivo, de que maneira e com que frequência?
- 12) O IFPE *Campus* Belo Jardim utiliza indicadores para cada programa de assistência estudantil, a partir de dados primários e/ou secundários?

II – QUANTO À PERCEPÇÃO DOS GESTORES ACERCA DAS AÇÕES DE MONITORAMENTO

- 13) Quais benefícios você considera indispensáveis para a permanência dos alunos na instituição?
- 14) Já ocorreu algum desligamento de alunos em programas de assistência estudantil no IFPE *Campus* Belo Jardim? Em caso positivo, qual foi o motivo?
- 15) De forma resumida, como é realizado na prática o processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação da Política de Assistência Estudantil do IFPE?
- 16) Em relação à Política de Assistência estudantil, qual a importância de ser realizado o acompanhamento contínuo ou periódico da execução dos programas, observando se as metas e os objetivos estão sendo alcançados?
- 17) Você tem conhecimento que o Decreto nº 7.234/10 (PNAES) dispõe que as IFES devem estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES?
- 18) O IFPE *Campus* Belo Jardim possui equipe multiprofissional que exerce atribuições relativas aos programas de assistência estudantil? Em caso positivo, quais as atribuições gerais dessa equipe?
- 19) A Equipe Multiprofissional elabora e apresenta o relatório anual dos resultados das ações empreendidas, propondo reordenamentos de ações, quando necessários, com vistas a assegurar os objetivos da Política da Assistência Estudantil na Instituição?
- 20) A Política de Assistência Estudantil contempla ações claras e objetivas acerca da realização do acompanhamento dos programas ofertados?
- 21) São realizadas pesquisas avaliativas junto aos beneficiários dos programas, com a finalidade de verificar se os resultados pretendidos estão sendo alcançados?

III – QUANTO ÀS EVENTUAIS FRAGILIDADES NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO

- 22) Levando-se em consideração o que dispõe o Decreto nº 7.234/10 (PNAES), quais são os principais desafios que gestão enfrenta para o integral cumprimento deste Decreto?
- 23) A Política de Assistência Estudantil do IFPE *Campus* Belo Jardim contribui para a redução das taxas de retenção e evasão?
- 24) A Política de Assistência Estudantil do IFPE *Campus* Belo Jardim contribui para a melhoria do desempenho acadêmico do estudante beneficiário?
- 25) Atualmente, a oferta de benefícios é suficiente para suprir a demanda de Assistência Estudantil?
- 26) Os benefícios concedidos, por meio da Assistência Estudantil, são suficientes para suprir as necessidades dos estudantes?
- 27) Os benefícios concedidos contribuem para a manutenção dos estudantes na instituição?
- 28) O PNAES atende as necessidades de seus beneficiários? Em caso positivo, em quais aspectos?
- 29) O IFPE *Campus* Belo Jardim dispõe e utiliza ferramentas computacionais (sistemas de informações) para coletar, processar dados e disponibilizar informações em diversos formatos de acordo com o tipo de programa a ser monitorado?
- 30) São realizadas rotineiramente auditorias internas e/ou externas nos processos de pagamento de benefícios aos estudantes?
- 31) A Política de Assistência Estudantil do IFPE contempla formalmente o detalhamento das ações de monitoramento que devem ser realizadas nos *Campi*? No *Campus* Belo Jardim, existem normativos internos de ações de acompanhamento?

IV – QUANTO ÀS CRÍTICAS E SUGESTÕES

- 32) Quais as críticas que você tem com relação ao PNAES?
- 33) Quais ações você sugere para realizar o monitoramento da Política de Assistência Estudantil do IFPE *Campus* Belo Jardim?
- 34) Na sua visão, por que essas ações que você sugeriu ainda não são realizadas?
- 35) Por fim, as ações de monitoramento da Política de Assistência Estudantil, realizadas pelo IFPE *Campus* Belo Jardim, têm sido efetivas?